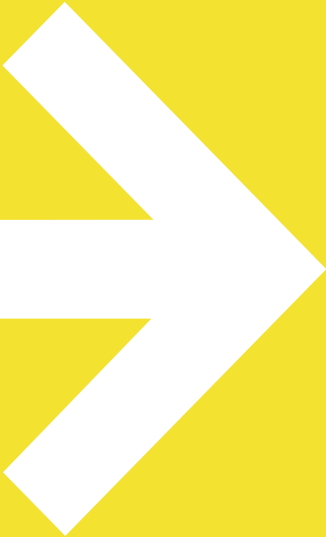




IMIGRANTES DESEMPREGADOS EM PORTUGAL E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO

**ANA CLÁUDIA VALENTE
(COORD.)**

**JOÃO H. C. ANTÓNIO
TÂNIA CORREIA
LEONOR P. DA COSTA**

59

NOVEMBRO 2016



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES



IMIGRANTES DESEMPREGADOS EM PORTUGAL E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO

ANA CLÁUDIA VALENTE (COORD.)

JOÃO H. C. ANTÓNIO

TÂNIA CORREIA

LEONOR P. DA COSTA

VALENTE, Ana Cláudia e outros

Imigrantes desempregados em Portugal e os desafios das políticas ativas de emprego

Ana Cláudia Valente ... [et al.]. – 1ª ed. – (Estudos 59)

ISBN 978-989-685-081-4

I – VALENTE, Ana Cláudia, 1970

CDU 316

PROMOTOR

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES (OM)

www.om.acm.gov.pt/om@acm.gov.pt

COORDENADORA DO OM

CATARINA REIS DE OLIVEIRA

AUTORES

ANA CLÁUDIA VALENTE (COORD.)

JOÃO H. C. ANTÓNIO

TÂNIA CORREIA

LEONOR P. DA COSTA

EDIÇÃO

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P. (ACM, I.P.)

RUA ÁLVARO COUTINHO, 14, 1150-025 LISBOA

TELEFONE: (00351) 21 810 61 00 FAX: (00351) 21 810 61 17

EXECUÇÃO GRÁFICA

CMVA Print

PRIMEIRA EDIÇÃO

750 EXEMPLARES

ISBN

978-989-685-081-4

DEPÓSITO LEGAL

428207/17

LISBOA, NOVEMBRO 2016

ÍNDICE GERAL

PRÉÂMBULO	11
NOTA DE ABERTURA	13
NOTA DA COORDENADORA DO OM	15
IMIGRANTES DESEMPREGADOS EM PORTUGAL E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO	19
AGRADECIMENTOS	21
INTRODUÇÃO	23
CAP. 1. IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL	31
1. IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL: TENDÊNCIAS RECENTES	31
2. CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL	33
CAP. 2. IMIGRAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL	43
1. A INSERÇÃO LABORAL DE IMIGRANTES: BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO	43
2. O CRESCENTE DESEMPREGO DE IMIGRANTES	50
2.1. A evolução das taxas de desemprego	50
2.2. O desemprego de longa duração	54
2.3. O desemprego registado	58
2.4. Imigrantes desempregados registados nos Serviços de Emprego: características	65
CAP. 3. INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES E POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO EM PORTUGAL	75
1. AS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES	75
2. AS POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO	79
3. A PARTICIPAÇÃO DE NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS (NPT) EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO: EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS	82

CAP. 4. INQUÉRITO AOS IMIGRANTES DESEMPREGADOS

ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS RESULTADOS 101

1. CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS	101
2. EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO EM PORTUGAL	111
2.1. Evolução das experiências de trabalho em Portugal	111
2.2. Experiências de desemprego em Portugal	116
2.3. Perceções e expectativas acerca da (re)inserção no mercado de trabalho	120
2.4. Práticas individuais de procura de emprego	125
2.5. Conhecimento, acesso e grau de satisfação relativamente às medidas ativas de emprego	135
2.6. Permanência no país, retorno ao país de origem ou remigração para outro país	141
3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: UM MERCADO DE TRABALHO MAIS DIFÍCIL PARA TODOS, ESPECIALMENTE PARA OS IMIGRANTES	148
3.1. O agravamento do desemprego de longa duração	151
3.2. A volatilidade do desemprego de imigrantes	152
3.3. Os imigrantes desempregados inscritos nos centros de emprego	154
3.4. Expectativas de regresso ao emprego e procura ativa de emprego	156
3.5. O conhecimento, a participação e a satisfação dos imigrantes relativamente às medidas ativas de emprego	157
3.6. Os imigrantes NPT abrangidos por medidas ativas de emprego	160
3.7. Continuidade em Portugal, retorno ao país de origem ou remigração?	161

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 163

BIBLIOGRAFIA 173

ANEXOS 177

ANEXO 1. ABRANGIDOS NPT POR MEDIDA ATIVA DE EMPREGO EM PORTUGAL, 2014	177
ANEXO 2. INQUÉRITO AOS IMIGRANTES DESEMPREGADOS 2015: NOTA METODOLÓGICA	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População de nacionalidade estrangeira residente em Portugal, 1991-2011	31
Gráfico 2. População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) – 2003 a 2014	32
Gráfico 3. Variação populacional e suas componentes, Portugal, 2004-2014	32
Gráfico 4. Saldo migratório e suas componentes, Portugal, 2004-2014	33
Gráfico 5. População estrangeira residente em Portugal, por sexo – 2004 a 2014	36
Gráfico 6. População portuguesa e estrangeira por grupo etário, residente em Portugal, 2011	39
Gráfico 7. Principal profissão da população estrangeira, residente em Portugal, por nacionalidade 2011	46
Gráfico 8. Taxa de desemprego (%), dos 15 aos 74 anos, nacionais e estrangeiros, 2004 a 2014, em Portugal	51
Gráfico 9. Taxa de desemprego (%), dos 15 aos 74 anos, nacionais, 2014, nos países da UE28 + Islândia, Noruega e Suíça	52
Gráfico 10. Taxa de desemprego, dos 15 aos 74 anos, estrangeiros, 2014, nos países da UE28	53
Gráfico 11. Taxa de desemprego (15-74) da população estrangeira residente em Portugal por nacionalidade de países da UE28 e extra UE28, 2006 a 2014	54
Gráfico 12. Taxa de desemprego de longa duração (%), 2004 a 2014, em Portugal	55
Gráfico 13. Taxa de desemprego de longa duração (%), 2014, nos países da UE28	55
Gráfico 14. Desemprego de longa duração (12 meses ou mais) em % do desemprego total, em Portugal, 2004-2014	56
Gráfico 15. Desemprego de longa duração (12 meses ou mais) em % do desemprego total, por nacionalidade (nacional e estrangeiro), em Portugal, 2004-2014	57
Gráfico 16. Número de desempregados registados (estrangeiros) – 2004 a 2014	58
Gráfico 17. Número de desempregados registados (estrangeiros e portugueses) – 2004 a 2014	59
Gráfico 18. Evolução do desemprego registado em relação a 2004, por nacionalidade (portugueses vs. estrangeiros) – 2004 a 2014	60
Gráfico 19. Número de desempregados registados (estrangeiros), por região de origem (UE+EFTA vs Países terceiros) – 2004 a 2014	62
Gráfico 20. Evolução do desemprego registado em relação a 2004, por região de origem (estrangeiros, UE +EFTA vs Países terceiros) – 2004 a 2014	63
Gráfico 21. Número de desempregados registados (estrangeiros de países terceiros), por região de origem – 2004 a 2014	64

Gráfico 22. Evolução do desemprego registado em relação a 2004, por região de origem (estrangeiros de países terceiros) – 2004 a 2014	65
Gráfico 23. Número de desempregados registados (estrangeiros), por sexo, em Portugal – 2004 a 2014	66
Gráfico 24. Número de desempregados registados (estrangeiros), por idade, em Portugal – 2004 a 2014	67
Gráfico 25. Número de desempregados registados (estrangeiros), por nível de escolaridade, em Portugal – 2004 a 2014	68
Gráfico 26. Número de desempregados registados (estrangeiros), por setor de atividade económica, em Portugal – 2004 a 2014	69
Gráfico 27. Número de desempregados registados (estrangeiros), por setor de atividade económica nos Serviços, em Portugal – 2004 a 2014	70
Gráfico 28. Número de desempregados registados (estrangeiros), por setor de atividade económica na Indústria e Construção, em Portugal – 2004 a 2014	70
Gráfico 29. Número de desempregados registados (estrangeiros), pelos principais grupos profissionais, em Portugal – 2004 a 2013	72
Gráfico 30. Número de desempregados registados (estrangeiros) pelas regiões NUT II do Continente, em Portugal – 2004 a 2014	73
Gráfico 31. Despesa em medidas ativas de emprego (milhões de euros) em Portugal, de 2004 a 2013	80
Gráfico 32. Despesa em medidas ativas de emprego (% PIB) em Portugal, de 2004 a 2013	80
Gráfico 33. Participantes em medidas ativas de emprego (stock) em Portugal, de 2004 a 2013	81
Gráfico 34. Participantes em medidas ativas de emprego (stock), por tipo de medida, em Portugal, de 2004 a 2013	82
Gráfico 35. Número de abrangidos em medidas ativas de emprego, total e nacionais de países terceiros (NPT), em Portugal, 2005 a 2014	84
Gráfico 36. Tempo de permanência em Portugal, por região de origem	103
Gráfico 37. Região de origem por escalões etários	104
Gráfico 38. Rendimento médio mensal do agregado familiar (depois de efetuados os descontos) por região de origem	110
Gráfico 39. Duração da primeira ocupação/profissão, por região de origem	113
Gráfico 40. Situação de emprego e desemprego durante permanência em Portugal	119
Gráfico 41. Acha provável encontrar trabalho nos próximos 6 meses, em Portugal? por tempo atual de desemprego	120
Gráfico 42. Acha provável encontrar trabalho nos próximos 6 meses, em Portugal? por região de origem	121

Gráfico 43. Durante quanto tempo procurou trabalho, desde que está desempregado?	129
Gráfico 44. Desde quando é que está à procura de trabalho?	130
Gráfico 45. Desde quando é que está à procura de trabalho? por região de origem	131
Gráfico 46. Desde quando é que está à procura de trabalho? por experiência de trabalho	132
Gráfico 47. Respondentes que referem conhecer programas de apoio aos desempregados, por região de origem	135
Gráfico 48. Conhecimento dos diferentes programas de apoio aos desempregados por tempo de permanência em Portugal	136
Gráfico 49. Conhecimento dos diferentes programas de apoio aos desempregados por região de origem	136
Gráfico 50. Conhecimento das medidas de apoio ao empreendedorismo do Centro de Emprego, por grau de escolaridade	137
Gráfico 51. Disponibilidade em participar nas diferentes medidas de apoio aos desempregados, por aqueles que não tinham qualquer conhecimento dessas medidas	138
Gráfico 52. Média da Satisfação para com as medidas/programas de inserção laboral de desempregados, por medida avaliada	140
Gráfico 53. Planos para o futuro por região de origem	143
Gráfico 54. Planos para o futuro por tempo atual de desemprego	144
Gráfico 55. Planos para o futuro por rendimento auferido pelo agregado	144
Gráfico 56. Momento de saída de Portugal	145
Gráfico 57 Planos para o futuro por expectativas de encontrar emprego em Portugal nos próximos 6 meses	146
Gráfico 58. Planos para o futuro por expectativas de rendimento num próximo emprego	146
Gráfico 59. Planos para o futuro por expectativas de valorização profissional num próximo emprego	147
Gráfico 60. Planos para o futuro por previsão de saída de Portugal	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) em Portugal, por grupos de Nacionalidade (continentes), em 2004 e 2014	34
Tabela 2. As 10 principais nacionalidades da população estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) em Portugal, em 2004 e 2014	35
Tabela 3. População estrangeira residente em Portugal, total e segundo o tipo de enquadramento legal, 2000 a 2014	37

Tabela 4. População estrangeira residente em Portugal, por distrito, segundo o sexo e o tipo de enquadramento legal, em 2013	38
Tabela 5. População estrangeira e população portuguesa, residente em Portugal, por nível de escolaridade mais elevado completo (%), em 2011	40
Tabela 6. População estrangeira, residente em Portugal, por nível de escolaridade mais elevado completo (%) segundo a região de origem, em 2011	41
Tabela 7. População estrangeira, residente em Portugal, por nível de escolaridade mais elevado completo (%) segundo a nacionalidade, em 2011	42
Tabela 8. Inserção laboral da população estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal, em 2011	45
Tabela 9. Desempregados registados (estrangeiros), por grupos profissionais, em Portugal – 2004 a 2013	71
Tabela 10. Número de desempregados registados (estrangeiros) à procura do 1.º ou de novo emprego, em Portugal – 2004 a 2014	73
Tabela 11. Número de desempregados registados (estrangeiros), por duração do desemprego – 2004 a 2014	74
Tabela 12. Participantes em medidas ativas de emprego (stock), por tipo de medida, em Portugal, de 2004 a 2013	81
Tabela 13. Número de abrangidos em medidas ativas de emprego, total e nacionais de países terceiros (NPT), em Portugal, 2005 a 2014	83
Tabela 14. Número de abrangidos em medidas ativas de emprego, nacionais de países terceiros (NPT) por região de origem, em Portugal, 2014	84
Tabela 15. As 10 principais nacionalidades de acordo com o número de abrangidos em medidas ativas de emprego, nacionais de países terceiros (NPT), em Portugal, 2014	85
Tabela 16. Número de abrangidos em medidas ativas de emprego, total e nacionais de países terceiros (NPT), por área de intervenção, em Portugal, 2014	86
Tabela 17. Número de abrangidos em medidas ativas de emprego, total e nacionais de países terceiros (NPT), por área de intervenção e tipo de medida, em Portugal, 2014	87
Tabela 18. As 10 principais medidas ativas de emprego de acordo com o número de abrangidos nacionais de países terceiros (NPT), em Portugal, 2014	88
Tabela 19. As 10 principais medidas ativas de emprego de acordo com o número total de abrangidos, em Portugal, 2014	89
Tabela 20. Distribuição dos abrangidos em medidas ativas de emprego (%), total e nacionais de países terceiros (NPT), por sexo, grupo etário, nível de escolaridade e situação face ao emprego à entrada, em Portugal, 2014	92

Tabela 21. As 10 medidas ativas de emprego mais participadas por Nacionais de Países Terceiros (NPT), em Portugal, 2014	96
Tabela 22. País / Região de origem dos inquiridos	102
Tabela 23. Inquiridos, por tipo de visto	104
Tabela 24. Região de origem por sexo e escolaridade	105
Tabela 25. Região de origem por número de anos de escolaridade concluídos na região de origem em Portugal	106
Tabela 26. Região de origem dos inquiridos por estado civil atual	106
Tabela 27. Com quem vive atualmente em Portugal?	107
Tabela 28. Fontes de rendimento dos inquiridos (resposta múltipla)	108
Tabela 29. Fontes de rendimento por região de origem e tempo atual de desemprego (resposta múltipla)	109
Tabela 30. Primeira profissão ou ocupação em Portugal, por sexo e origem	112
Tabela 31. Contrato estabelecido na primeira profissão ou ocupação em Portugal, por região de origem	113
Tabela 32. Última profissão ou ocupação em Portugal, por sexo e origem	114
Tabela 33. Contrato estabelecido na última profissão ou ocupação em Portugal (antes do desemprego), por região de origem	115
Tabela 34. Tempo de desemprego, por sexo e região de origem	117
Tabela 35. Inscrição no Centro de Emprego, por sexo e região de origem	118
Tabela 36. Subsídio de desemprego, por sexo e região de origem	118
Tabela 37. Situação de emprego e desemprego durante permanência em Portugal, por região de origem	119
Tabela 38. <i>Acha provável encontrar trabalho nos próximos 6 meses, em Portugal?</i> <i>Por expectativas relativas ao próximo trabalho</i>	122
Tabela 39. <i>Caso encontre trabalho, acha que este vai ser:</i> por escalões etários, escolaridade, região de origem, tempo atual de desemprego e tempo de permanência em Portugal?	124
Tabela 40. Nas últimas 4 semanas procurou algum trabalho? Por escalões etários, escolaridade, região de origem experiência de trabalho	125
Tabela 41. Razões para não procurar emprego ou trabalho (resposta múltipla)	126
Tabela 42. Razões para não procurar emprego ou trabalho por escalões etários (resposta múltipla)	127
Tabela 43. <i>Desde que está desempregado/a alguma vez procurou trabalho?</i> Por escalões etários, tempo atual de desemprego e região de origem	128
Tabela 44. <i>O que fez para procurar trabalho?</i> (resposta múltipla)	132

Tabela 45. <i>O que fez para procurar trabalho?</i> Por experiência de trabalho e região de origem (resposta múltipla)	133
Tabela 46. Satisfação para com as medidas/programas de inserção laboral de desempregados, média e desvio padrão	139
Tabela 47. Planos para o futuro dos imigrantes desempregados em Portugal, frequência absoluta e relativa	141
Tabela 48. Média e Desvio padrão dos anos de permanência em Portugal, por planos para o futuro dos imigrantes desempregados em Portugal	142

PREÂMBULO

As migrações assumem, na Europa e no Mundo, um papel fundamental para o equilíbrio das economias sustentáveis. Este é um pressuposto amplamente reconhecido que os estudos confirmam e que as organizações internacionais, com responsabilidades ao nível mundial, não desmentem, tendo mesmo conduzido à definição de uma visão partilhada para o mundo, substanciada na ambiciosa Agenda 2030.

Neste contexto, Portugal não é uma exceção. Com uma população estrangeira que ronda os cerca de 4% do total da população residente, Portugal ilustra bem a fragilidade demográfica em que se encontra a Europa e a importância das migrações para o desenvolvimento económico.

No caso português sendo a população estrangeira tendencialmente mais jovem que a população portuguesa, mostra segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), uma grande concentração nas idades ativas, entre os 20-49 anos (62,5%), o que não se verifica na população de nacionalidade portuguesa que regista percentagens mais baixas no mesmo intervalo de idades (38,9%).

A este cenário não é alheia a situação de crise económica e de austeridade que se fez sentir no nosso país, com impactos graves ao nível do desemprego o que conduziu a uma redução dos fluxos migratórios e a um aumento da emigração. Em contexto de recessão económica, agravada pelo desemprego e a redução dos apoios sociais, os imigrantes são sempre os mais expostos aos constrangimentos decorrentes de trabalhos flexíveis, precários e pouco qualificativos, como salienta o Relatório Estatístico Anual 2016 do Observatório das Migrações.

Porém, regista-se que no mercado de trabalho português, segmentado em função das nacionalidades dos trabalhadores, os imigrantes nem sempre são os que mais beneficiam de programas e medidas de reinserção no mercado de trabalho, seja por desconhecimento ou por outros motivos que importa rever ao nível das políticas de emprego em Portugal, facto para o qual o presente estudo chama a atenção.

Torna-se por isso fundamental, em nome do trabalho digno e do crescimento económico, combater as vulnerabilidades que afetam as comunidades imigrantes no acesso ao mercado de trabalho, em particular quando sabemos que a taxa de atividade dos estrangeiros (61%) é superior à taxa de atividade dos portugueses (47%) e que a taxa de variação de empregadores estrangeiros (+3,8%) foi superior à registada para os portugueses (-0,2%), revelando assim o potencial da população migrante em idade ativa, incluindo a sua capacidade empreendedora.

CATARINA MARCELINO

SECRETÁRIA DE ESTADO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

NOTA DE ABERTURA

O estudo 59 do Observatório das Migrações, outro dos estudos que obteve cofinanciamento do FEINPT no âmbito do convite de 2014 do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), retrata um tema da atualidade dos últimos anos em Portugal: o desemprego.

Não é de hoje, nem é específico do contexto português, que em anos de crise económica nas sociedades de acolhimento são os imigrantes os que mais afetados ficam pelo aumento do desemprego, refletindo também a sua associação aos trabalhos mais exigentes e instáveis do mercado de trabalho. De muito perto, o Alto Comissariado para as Migrações, nomeadamente através dos seus gabinetes de apoio ao emprego dos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), presenciou os desafios de inserção laboral dos imigrantes, apostando em respostas de incentivo à formação e de integração económica por outras vias, nomeadamente pelo empreendedorismo.

Este estudo realça as tendências dos últimos anos, caracterizando aprofundadamente, e a partir de fontes de dados oficiais, a relação entre os imigrantes residentes em Portugal e o desemprego no país. Complementarmente, o estudo mostra-se particularmente sólido por basear a sua análise e ilações nos resultados de um inquérito por questionário aplicado a cerca de mil imigrantes desempregados residentes no país.

Embora outros estudos do Observatório das Migrações tenham trabalhado a situação dos imigrantes no mercado de trabalho e a sua exposição ao desemprego, este estudo assume-se como pioneiro ao analisar as políticas ativas de emprego em Portugal e os seus impactos nos nacionais de países terceiros residentes no país.

É, pois, com particular interesse que se devem considerar as pertinentes reflexões e recomendações a que esta equipa de investigadores, coordenada por Cláudia Valente, chega e a quem dou os meus parabéns pelo trabalho tão rigoroso e bem conseguido.

PEDRO CALADO

ALTO-COMISSÁRIO PARA AS MIGRAÇÕES

NOTA DA COORDENADORA DO OM

Esta segunda década do século XXI encontra-se muito marcada pela situação económica e financeira do país, tendo os trabalhadores estrangeiros sofrido alguns dos maiores impactos da crise: diminuição das oportunidades de trabalho, crescimento da precarização das relações laborais e da fragilidade contratual, aumento global do desemprego no contexto nacional, aumento da distância das suas remunerações face aos trabalhadores portugueses, entre outros (Oliveira e Gomes, 2016: 87-121).

Se durante a década passada os estrangeiros residentes em Portugal sempre apresentaram taxas de desemprego próximas das da população nacional – refletindo uma imigração laboral que era absorvida pelos trabalhos mais mal pagos e de grande procura do mercado de trabalho português (e que os trabalhadores portugueses não queriam para si) -, desde finais da década passada com o contexto de crise económica e financeira do país e de fraco desempenho global da economia portuguesa, as taxas de desemprego dos estrangeiros (particularmente dos nacionais de países terceiros à União Europeia) ultrapassaram em grande medida as taxas de desemprego dos nacionais, aumentando bastante nos últimos anos a distância entre nacionais e estrangeiros na exposição ao desemprego. Segundo dados do Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2001 os estrangeiros de países extracomunitários apresentavam apenas mais 3 pontos percentuais de taxa de desemprego que o total da população residente em Portugal, passando essa distância para 4 pontos percentuais em 2008 e 14 pontos percentuais de diferença em 2013.

É, pois, evidente que os trabalhadores estrangeiros são mais afetados pelas flutuações do desemprego que os nacionais, o que reflete tanto os setores económicos e os grupos profissionais em que se inserem (mais expostos a flutuações económicas, de maior carácter temporal ou sazonal, e de menor proteção), como as relações laborais que estabelecem, assumindo-se como trabalhadores indispensáveis em contextos de crescimento económico e como dispensáveis em tempos de desaceleração dos mercados.

Inúmeros estudos – incluindo estudos promovidos por este Observatório (Peixoto, 2008; Oliveira e Pires, 2010; Igreja e Peixoto, 2013; Valadas, Góis e Marques, 2014) - têm ajudado a desconstruir o mito de que os imigrantes assumem uma competição direta pelos postos de trabalho dos nacionais, gerando o aumento do desemprego desses. Na realidade, não apenas se verifica que em caso de aumento do desemprego na sociedade de acolhimento são os imigrantes os primeiros a perder os seus postos de trabalho por assumirem normalmente relações laborais mais precárias, por apresentarem maior fragilidade contratual e por estarem associados a profissões e atividades económicas mais vulneráveis a ciclos económicos; como também se observa que os fluxos migratórios, sendo eminentemente de motivação económica na qual existe uma natural racionalidade, induzem a que quando sobe o desemprego diminuem as entradas de imigrantes e concomitantemente aumentem as saídas de imigrantes. Esta é uma tendência verificada em Portugal nos últimos anos: globalmente diminuíram os vistos de residência atribuídos nos postos consulares, desde 2011 regressou-se a saldos migratórios negativos, refletindo mais saídas do país do que entradas, e interrompeu-se a partir de 2010 a trajetória de crescimento da população estrangeira residente no país, verificando uma diminuição efetiva do universo de estrangeiros com autorização de residência. Nota-se, pois, que o potencial de atração dos destinos de imigração evolui dinamicamente com os ciclos económicos de desenvolvimento e, dada a grande mobilidade e flexibilidade da mão-de-obra imigrante, esta evolui com ele.

Ainda que o fenómeno social do desemprego imigrante não seja novo em Portugal, este assumiu nos últimos anos uma dimensão inédita e preocupante pela distância que assumiu face aos demais trabalhadores do país. Reconhece-se, pois, a necessidade de aprofundar o conhecimento acerca desta realidade e monitorizar os mecanismos de resposta e de política pública acionados e disponíveis para os desafios da atualidade.

Este volume 59 da Coleção de Estudos do Observatório das Migrações recentra, pois, o estudo do desemprego de imigrantes em Portugal no contexto particular (e urgente) dos últimos anos. A equipa coordenada por Ana Cláudia Valente assume um estudo particularmente consistente e original, baseando a sua análise em duas leituras explicativas fundamentais do aumento do

desemprego imigrante nos últimos anos: em primeiro lugar, a equipa considera a interferência da estrutura portuguesa (nos seus enquadramentos económico, legal e institucional) e, em segundo, atende ao papel e características do agente (o imigrante desempregado). A equipa promove neste estudo, por um lado, uma inédita monitorização das políticas públicas de apoio ao emprego e à integração e de acesso à proteção social por estrangeiros residentes; e, por outro lado, uma análise extensiva (baseada nos resultados de um inquérito por questionário aplicado em 2015 a cerca de mil imigrantes desempregados residentes no país) das expectativas dos imigrantes que motivados por razões económicas para migrarem, se deparam com dificuldades acrescidas ou ausência de perspectivas de trabalho em Portugal.

Resulta, pois, num muito pertinente e exímio trabalho que importa ler e atender para a reflexão e aprofundamento à luz da intervenção das políticas ativas de emprego e das políticas de integração de imigrantes de Portugal nas suas dimensões de empregabilidade e reinserção laboral.

CATARINA REIS DE OLIVEIRA

COORDENADORA DO OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

IMIGRANTES DESEMPREGADOS EM PORTUGAL E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO

AGRADECIMENTOS

A equipa de investigação responsável por este estudo agradece a contribuição de todos os inquiridos anónimos que aceitaram, com o seu tempo, disponibilidade e paciência, participar no inquérito realizado.

Estendem-se os agradecimentos aos/às técnicos/as e responsáveis de vários espaços e centros de apoio aos imigrantes pela colaboração no contacto com potenciais inquiridos e pela disponibilização das instalações para a realização do inquérito. Esperando não esquecer nenhuma instituição, agradece-se a colaboração das seguintes: Associação CAPELA, CAIS, Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) de Loulé-Almancil, CLAII Faro, Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) Faro, CNAI Lisboa, Espaço cidadania do Seixal, Gabinete de Apoio ao Imigrante (GIP) de Portimão, GIP Aguiñenso, GIP JRS – Serviço Jesuíta dos Refugiados, CLAII Porto Salvo, GIP Futuro nas tuas mãos – Setúbal, Loja do Cidadão de Faro.

À equipa do Gabinete de Apoio Administrativo e Financeiro do Alto Comissariado para as Migrações, estamos gratos pelo apoio nas várias fases do estudo.

Um agradecimento especial ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) pela colaboração a vários níveis. Muito se agradece: à Dra. Graça Castro, Diretora do Gabinete de Comunicação e Relações Externas, pela ligação entre a equipa de projeto e os vários Centros de Emprego e Formação Profissional; aos/às Diretores/as e restante pessoal dos Centros de Emprego e Formação Profissional de Almada, Barlavento, Cascais, Faro, Lisboa, Loulé, Loures-Odivelas, Seixal, Setúbal, Sintra, Sul Tejo, pela facilitação de todo o processo de inquirição; à Dra. Cristina Taveira e à Dra. Cristina Faro, da Direção de Serviço de Estudos, Planeamento e Controlo de Gestão, pelo apoio na consulta de informação estatística recolhida pelo IEFP.

A toda a equipa do CESOP – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa que, para além dos autores deste estudo, contou com o apoio científico e técnico da Professora Verónica Policarpo, Diretora do CESOP, o apoio técnico de Jorge Cerol, Diretor

Executivo do CESOP, e com o apoio de secretariado de Luís Martinho, agradece-se a dedicação, o interesse e o profissionalismo que tão bem caracteriza a sua tradição de trabalho nas várias temáticas de investigação e de inquirição que o CESOP tem vindo a desenvolver.

Ao Professor Roberto Carneiro, Presidente do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) da Universidade Católica Portuguesa, agradecemos o encorajamento, a inspiração e o apoio científico que nos proporcionou na exploração de um tema que tem sido por si sobejamente acarinhado e aprofundado.

Finalmente, queremos deixar um agradecimento também muito especial ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM) pela oportunidade que nos deu, com o apoio do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), de realizarmos este trabalho e, em particular, à Doutora Catarina Reis Oliveira que, na qualidade de Coordenadora do Observatório das Migrações, acompanhou e comentou o estudo, melhorando indubitavelmente este nosso contributo para a investigação de um tema tão premente como é o do desemprego de imigrantes em Portugal.

INTRODUÇÃO

Embora com uma inserção laboral tipicamente elevada no mercado de trabalho português, ainda que em segmentos menos protegidos e mais sujeitos à precariedade, os imigrantes em Portugal têm vivido os efeitos da crise económica e o agravamento das condições do mercado de trabalho de uma forma mais aguda que a população nacional.

De facto, os seus níveis de desemprego sendo, em geral, superiores ao da população nacional, acentuaram-se consideravelmente nestes últimos anos. Em 2014, a taxa de desemprego da população estrangeira em Portugal (15-74 anos) era já de 22,2% face aos 13,9% de desemprego entre a população nacional (INE). Nesse ano, Portugal era o terceiro país da UE28 com a mais elevada taxa de desemprego de estrangeiros, apenas superado por Espanha e Grécia.

Considerando a população estrangeira proveniente de países extracomunitários que, em 2013, com 401.320 residentes em Portugal, constituía cerca de 75% do total de imigrantes a residir no país com título de residência válido (SEF, 2013) – e na qual este estudo se foca – os elevados níveis de desemprego têm sido ainda mais notórios.

A taxa de desemprego dos nacionais de países terceiros (NPT) – ou seja, dos cidadãos que não são nacionais de países da União Europeia, Espaço Económico Europeu ou Espaço Schengen (SEF, 2013) – foi sempre, ao longo desta última década, mais elevada do que a dos estrangeiros provenientes dos países da UE28. Em 2013, registou o seu valor mais alto, com 30,3%, enquanto a taxa de desemprego dos nacionais de países da UE28 era de 24,5% (INE). Por outro lado, relativamente à taxa de desemprego dos nacionais, o seu diferencial atingia, nesse ano, os 14,3 pontos percentuais.

Não sendo um fenómeno novo, o desemprego de imigrantes assume hoje uma dimensão verdadeiramente inédita. Para além do aumento do nível de desemprego entre a população imigrante, a distância que o separa do nível de desemprego da população nacional aumentou de forma sus-

tentada entre 2008 e 2013. Parece ser cada vez mais evidente a vulnerabilidade desta população ao desemprego e com isso também o risco agravado de exclusão social, uma vez que o trabalho constitui a motivação dominante para a imigração e é um elemento fundamental na integração social e económica destas populações nos países de acolhimento.

Nesta perspetiva, a investigação sobre o desemprego de imigrantes em Portugal e, em particular, de NPT – a parcela de imigração mais vasta e mais afetada pelos elevados níveis de desemprego – assume hoje uma elevada pertinência e urgência, quer do ponto de vista do debate académico quer da intervenção e monitorização das políticas públicas, de apoio ao emprego e à integração e de acesso à proteção social. Focando-se nas dinâmicas do mercado de trabalho, este estudo pretende dar um contributo adicional e inovador à já vasta investigação, em Portugal, sobre imigrantes e sua inserção laboral. Por um lado, centrando a atenção no desemprego de imigrantes em Portugal, em particular dos oriundos de países terceiros. Por outro, reequacionando os desafios, novos e mais difíceis, com que se deparam as medidas de integração de imigrantes, em particular aquelas que promovem a sua empregabilidade e (re)inserção no mercado de trabalho, à luz da intervenção das políticas ativas de emprego.

A pesquisa sobre a inserção laboral dos imigrantes em Portugal tem sido objeto de grande atenção. Fortemente ancorada na teoria do mercado de trabalho segmentado e nas novas formas de regulação dos mercados de trabalho, esta literatura tem evidenciado em especial as características dominantes da inserção laboral de imigrantes. Caracterizada essencialmente pelo acesso a empregos menos protegidos, mais precários e flexíveis, os imigrantes têm vindo a ocupar, também no mercado de trabalho português, as ofertas disponíveis no mercado de trabalho “secundário”, bem menos atrativas para os cidadãos nacionais. Com uma inserção laboral desta natureza, a população imigrante está também mais sujeita ao desemprego, e sobretudo mais exposta ao risco de exclusão social. Recentemente os estudos de Malheiros e Esteves (2013) e de Valadas, Góis e Marques (2014) vieram chamar atenção para esta realidade, a do aumento do desemprego entre a população imigrante, e aprofundar a pesquisa em torno daquilo que apelidam de *“fenómeno social novo e, de certa forma, contraditório”* (Valadas, Góis e Marques, 2014: 55).

O agravamento das condições do mercado de trabalho em Portugal, particularmente nos últimos anos, tem vindo a refletir-se na forte intervenção pública no mercado de trabalho, contemplando esta, os serviços públicos de emprego, as medidas ativas de emprego e a assistência financeira em caso de desemprego. Neste contexto, também a diversidade de medidas ativas de emprego disponíveis e em implementação tem sido evidente. Procura-se dar resposta ao aumento do número de desempregados, às alterações recentes das suas características e às crescentes dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho.

Cobrindo um leque tão diversificado de medidas como os incentivos à inserção profissional e os apoios à contratação, o emprego apoiado e a reabilitação profissional, a formação e o estímulo ao autoemprego e à criação de empresas, as medidas ativas de emprego poderão assumir um papel fundamental no combate ao desemprego imigrante, desde que devidamente ajustadas às características e condições particulares desta população. Não bastará certamente garantir o acesso à proteção social em situação de desemprego, mas sobretudo garantir que grande parte dos imigrantes desempregados tenha também acesso a medidas ativas de emprego que promovam a sua empregabilidade e (re)inserção no mercado de trabalho.

Com uma imigração fortemente motivada por razões económicas, a dificuldade acrescida ou a ausência de perspetivas de trabalho afetam certamente as expectativas dos imigrantes desempregados face ao futuro em Portugal. Neste sentido, para além da análise da participação dos imigrantes – em particular dos nacionais de países terceiros – nas medidas ativas de emprego atualmente disponíveis, importa conhecer, em maior detalhe, as suas expectativas quanto a uma reinserção no mercado de trabalho, as formas de procura ativa de emprego, o conhecimento, o acesso e a satisfação face às medidas atualmente disponíveis. Importa ainda conhecer as suas intenções de permanência no país, de retorno ao país de origem ou de remigração para outros destinos. Com este propósito, foi realizado um inquérito a uma amostra de 983 imigrantes NPT desempregados em três distritos - Lisboa, Setúbal e Faro - onde a população imigrante e os seus níveis de desemprego são os mais elevados do país.

Tendo em conta a relevância e a amplitude do tema, este estudo tem como objetivos:

1. Analisar a evolução recente do desemprego de imigrantes nacionais de países terceiros (NPT), por comparação ao desemprego de nacionais e de outros imigrantes, em Portugal e no contexto da UE.
2. Caracterizar a população imigrante de países terceiros desempregada e a variação da incidência do desemprego relativamente ao sexo, idade, escolaridade, país de origem e distribuição geográfica no país.
3. Analisar a participação de imigrantes de países terceiros nas medidas ativas de emprego disponíveis em Portugal, por comparação à participação dos abrangidos totais, e a sua variação por sexo, idade, escolaridade, país de origem e distribuição geográfica no país.

1 De acordo com o INE, desempregado é o indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não. Consideram-se como diligências: a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações; b) contacto com empregadores; c) contactos pessoais ou com associações sindicais; d) colocação, resposta ou análise de anúncios; e) realização de provas ou entrevistas para seleção; f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte: a) no desejo de trabalhar; b) na vontade de ter atualmente um emprego remunerado ou uma atividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários; c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes. Inclui o indivíduo que, embora tendo um emprego, só vai começar a trabalhar em data posterior à do período de referência (nos próximos três meses).

4. Conhecer, por inquirição a uma amostra de imigrantes de países terceiros desempregados, as suas experiências de trabalho em Portugal, nomeadamente a de desemprego, e as suas práticas de procura de emprego; o seu grau de conhecimento, acesso e satisfação relativamente às medidas ativas de emprego disponíveis nos serviços públicos de emprego; e as suas perceções e expectativas face ao futuro em Portugal nomeadamente quanto à possibilidade de reinserção no mercado de trabalho e às intenções de permanência no país, de retorno ao país de origem ou de remigração para outro país.

A análise realizada implicou o recurso a diversas fontes de informação estatística atualmente disponíveis. No âmbito do desemprego, são usados os dados do INE relativos às taxas de desemprego e de desemprego de longa duração, com base no Inquérito ao Emprego¹, que permitem traçar a evolução dos níveis de desemprego da população estrangeira residente em Portugal, e dos nacionais de países

terceiros, ao longo do período de 2004 a 2014, e por comparação à dos nacionais. Tendo por base os mesmos indicadores, recorreu-se aos dados do Eurostat² para comparações europeias.

Ainda para a análise do desemprego, foram tratados os dados do IEFP, I. P. relativos ao desemprego registado³ de nacionais e estrangeiros, distinguindo-se, neste último caso, o de nacionais de países terceiros, foco deste estudo. A informação disponibilizada pelo IEFP permite não apenas quantificar os níveis de desemprego registado e avaliar a sua evolução em Portugal na última década (2004-2014) mas também caracterizar os desempregados, nomeadamente os NPT, quanto ao sexo, grupo etário, nível de escolaridade, setor de atividade económica e grupos profissionais de origem, e sua distribuição por regiões do país e categorias de desempregados (à procura de primeiro emprego e à procura de novo emprego; desempregado há menos de 12 meses, ou desempregado de longa duração, i.e. há 12 meses ou mais).

Relativamente às medidas ativas de emprego usam-se, primeiro, numa análise mais global, os indicadores de despesa (em milhões de Euros e em % do PIB) e de participação (stock) do Eurostat, relativamente a Portugal para os anos de 2004 a 2013. Depois, com base nos dados do IEFP, avalia-se a participação dos nacionais de países terceiros nas medidas ativas de emprego promovidas pelo Serviço Público de Emprego em Portugal. Esta análise é feita por comparação à do total de abrangidos, tendo em conta o período de 2005 a 2014, período para o qual a informação está disponível. A observação mais detalhada desta informação, para 2014, permitiu ainda identificar as medidas atualmente mais participadas pelos NPT e caracterizar os abrangidos nessas medidas relativamente a nacionalidade, sexo, idade, escolaridade e situação face ao emprego à entrada. Descrevem-se ainda sucintamente as 10 medidas ativas de emprego mais participadas.

A diversidade de fontes de informação a que se recorreu e a aplicação, no âmbito deste estudo, de um processo de inqui-

2 De acordo com o Eurostat: desempregados são todos os indivíduos que não estão empregados durante a semana de referência e procuraram ativamente emprego nas quatro semanas anteriores, isto é, tomaram ações específicas para encontrar trabalho por conta própria ou conta de outrem; estando prontos para começar a trabalhar imediatamente ou nas duas semanas seguintes; inclui também aqueles que têm já um trabalho mas ainda não se encontram a trabalhar e que iniciarão atividade, no máximo, nos três meses seguintes.

3 Segundo o IEFP, a definição de desempregado refere-se a candidatos inscritos num centro de emprego, que não têm trabalho, procuram um emprego como trabalhador por conta de outrem, estão imediatamente disponíveis e têm capacidade para o trabalho.

rição, por amostragem, a imigrantes desempregados oriundos de países terceiros permitem uma análise original e aprofundada do tema do desemprego de imigrantes em Portugal e da forma como as medidas ativas de emprego atualmente existentes estão ajustadas às características, condições e expectativas desta população ou constituem uma resposta acessível e eficaz no combate a níveis de desemprego de imigrantes, hoje mais elevados do que alguma vez foram.

Este livro começa por uma breve caracterização da imigração em Portugal, destacando as tendências recentes do ponto de vista dos fluxos migratórios e da composição desses fluxos. Apresenta, também no primeiro capítulo, as características predominantes dos imigrantes residentes no nosso país.

No capítulo 2, dedicado à problemática da imigração e do mercado de trabalho, discute-se inicialmente a inserção laboral dos imigrantes em Portugal. A literatura existente sobre o tema enquadra esta discussão, recorrendo-se ainda aos dados dos Censos de 2011 para retratar sucintamente variáveis como condição perante a atividade económica (atividade/inatividade; emprego/desemprego) e as principais profissões e ramos de atividade da população estrangeira empregada. Posteriormente, dá-se destaque ao tema do desemprego de imigrantes. Primeiro, com recurso aos dados do INE e do Eurostat, apresenta-se a evolução das taxas de desemprego ao longo desta década (2004-2014). Depois, sublinha-se a evolução do desemprego de longa duração. Finalmente, os dados do IEFP permitem caracterizar o desemprego registado de imigrantes.

No capítulo 3 apresentam-se, no contexto das políticas de integração dos imigrantes, algumas das iniciativas do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) no apoio ao emprego de imigrantes e a questão particular da participação em medidas ativas de emprego. A partir dos dados do IEFP, é analisada a forma como as medidas ativas de emprego em Portugal têm vindo a abranger os imigrantes, nomeadamente os nacionais de países terceiros.

De seguida, o capítulo 4 apresenta e discute os dados do inquérito a imigrantes desempregados, a partir da análise estatística que foi feita. Começando com uma breve caracterização

sociodemográfica dos inquiridos, a análise compreende os seguintes temas: (1) experiências de trabalho em Portugal; (2) percepções e expectativas relativamente à (re)inserção no mercado de trabalho; (3) práticas individuais de procura de emprego; (4) conhecimento, acesso e grau de satisfação relativamente às medidas ativas de emprego; (5) intenção de permanência no país, retorno ao país de origem ou remigração para outro país.

São depois apresentados e discutidos, em síntese, os principais resultados deste estudo, no capítulo 5, seguidos das conclusões e de algumas das recomendações de política pública que, no âmbito do combate ao desemprego de imigrantes, nos parecem merecer especial atenção.

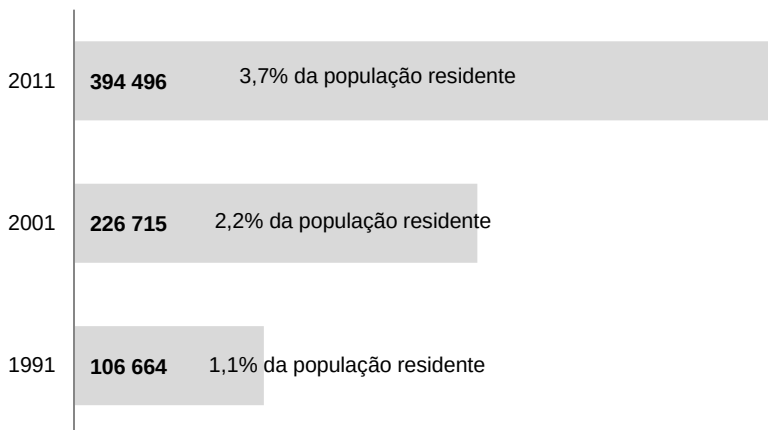
CAPÍTULO 1.

IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

1. IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL: TENDÊNCIAS RECENTES

De acordo com os Censos (INE), a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal (Gráfico 1) cresceu, entre 2001 e 2011, mais de 70%. E representava, em 2011, 3,7% do total da população residente, mais do triplo da percentagem que assumia em 1991 (1,1%).

Gráfico 1. População de nacionalidade estrangeira residente em Portugal, 1991-2011

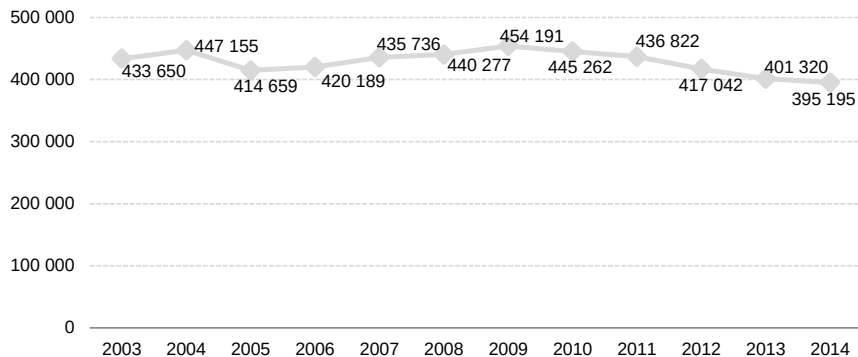


Fonte: INE, 2012, A População Estrangeira em Portugal 2011

Contudo, a evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal tem vindo a decrescer desde 2009 (Gráfico 2). Em 2014, existiam 395.195 estrangeiros residentes no país, o que significa, face aos valores registados em 2009, menos 58.996 estrangeiros residentes em Portugal. Como é referido no relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, 2014), em 2014 consolida-se a tendência de decréscimo do número de estrangeiros residentes em Portugal que se vem registando desde 2009, em parte explicada pela crise económica e pelos seus efeitos na deterioração do mercado de trabalho português.

No entanto, outros fatores têm contribuído para esta tendência, nomeadamente a aquisição da nacionalidade portuguesa e as alterações ocorridas na composição dos fluxos migratórios.

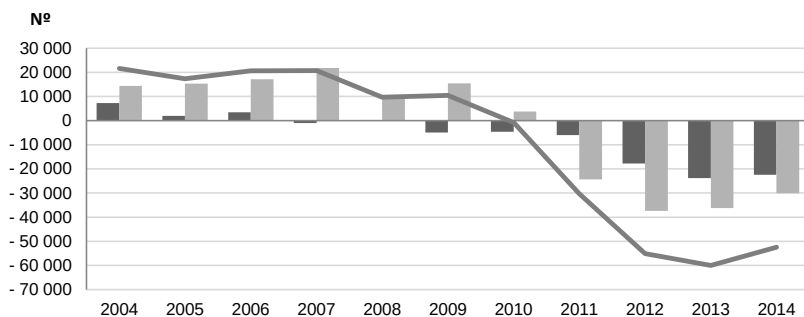
Gráfico 2. População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º), 2003 a 2014



Fonte: SEF/MAI, <http://sefstat.sef.pt/evolucao.aspx>

Com o decréscimo da população estrangeira residente em Portugal têm sido também visíveis os efeitos desta tendência na demografia do país. Com um decréscimo populacional desde 2010, Portugal registava a 31 de dezembro de 2014, uma população residente estimada em 10.374.822 pessoas, menos 52,5 mil pessoas relativamente ao ano anterior, que resulta da conjugação de saldos natural e migratório negativos (Gráfico 3). Ainda assim, nota-se um abrandamento da diminuição populacional em 2014, em consequência de uma ligeira atenuação dos valores negativos quer do saldo natural quer do saldo migratório.

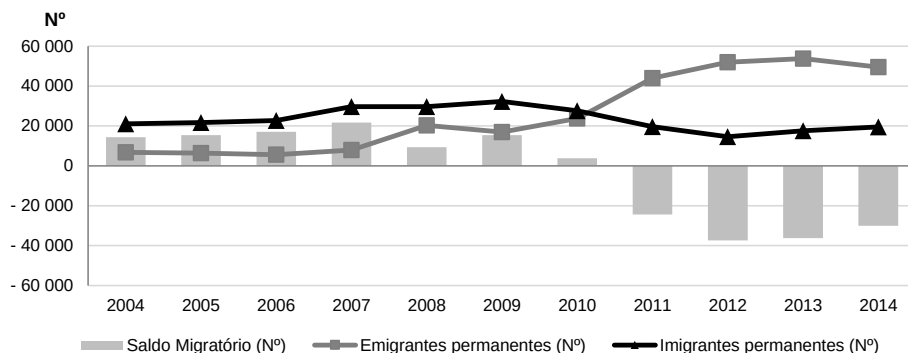
Gráfico 3. Variação populacional e suas componentes, Portugal, 2004-2014



Fonte: INE, Estimativas da População Residente em Portugal 2014

Em 2014, o saldo migratório manteve-se negativo, ainda que menos, atenuado face ao ano anterior, o que reflete o aumento do número estimado de imigrantes permanentes e a diminuição do número de emigrantes permanentes. Contudo, Portugal continua a registar, desde 2010, valores da emigração superiores aos da imigração, e um saldo migratório negativo, que é de -30.056 indivíduos em 2014 (Gráfico 4).

Gráfico 4. Saldo migratório e suas componentes, Portugal, 2004-2014



Fonte: INE, Estimativas da População Residente em Portugal 2014

Nos últimos anos, com um saldo migratório que deixou de compensar os valores negativos do saldo natural, “*Portugal encontra-se numa situação de fragilidade demográfica*” como é amplamente referido em Oliveira e Gomes (2014). O contributo dos imigrantes para a demografia do país – para o crescimento da população, para o aumento dos efetivos em idade ativa e para o incremento da natalidade – que foi evidente na primeira década do século XXI (INE, Censos 2011), está hoje significativamente reduzido atendendo à diminuição dos fluxos migratórios para Portugal e simultaneamente ao aumento do número de emigrantes.

2. CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL

Em 2013, 40% da população estrangeira residente em Portugal era nacional de países europeus – uma parte significativa desta percentagem era nacional de países não pertencentes à UE, nomeadamente a Ucrânia – enquanto os grupos de residentes com nacionalidades de países africanos e da América Central e do Sul representavam 25% cada (Tabela 1).

Tabela 1. População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) em Portugal, por grupos de Nacionalidade (continentes), em 2004 e 2014

	2014		2004	Variação 2004-2014	
	N.º	%	Nº	Nº	%
Europa	153936	39	83687	70249	84
África	98948	25	121584	-22636	-19
América do Norte	553	1	10108	-6555	-65
América Central e do Sul	90839	23	34771	56068	161
Ásia	42492	11	12331	30161	245
Oceânia	309	0	554	-245	-44
Apátrida	11	0	273	-262	-96
Desconhecida	19	0	14	5	36
Total	390133	100	263322	12791	48

Fonte: <http://www.ine.pt>; Dados do SEF. Última atualização a 11-11-2015; dados extraídos a 23-11-2015

De entre as nacionalidades mais representativas destes continentes, estão, da Europa, a Ucrânia (10%), a Roménia (9%), o Reino Unido (4%) e a Moldávia (2%); de África, em que 92% dos estrangeiros residentes em Portugal é dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), as principais comunidades são as dos nacionais de Cabo Verde (11%), Angola (5%), Guiné-Bissau (4%) e São Tomé e Príncipe (3%); da América Central e do Sul, 23% dos estrangeiros residentes em Portugal são brasileiros.

Estes dados revelam a considerável recomposição dos fluxos de imigração para Portugal que se registaram na última década, do ponto de vista das nacionalidades. Os imigrantes oriundos do Brasil ganharam expressão entre os estrangeiros residentes e passaram a ser a comunidade imigrante mais representada. Entre 2004 e 2014, esta comunidade mais do que quadruplicou o seu número. Em 2013, representavam 23% do total de estrangeiros residentes em Portugal (Tabela 2). Registando-se, no entanto, nesse ano, uma diminuição do número brasileiros a residir em Portugal (-13.502), de acordo com os dados do SEF (SEF, 2013), este facto contribuiu largamente (em 86%) para o decréscimo do total de estrangeiros residentes em Portugal.

Em contrapartida, na última década, os cidadãos dos PALOP passaram de cerca de 45% do total de estrangeiros em Portugal para apenas 24%, assistindo-se a um decréscimo de cerca de 15% no número de nacionais destes países a viver em Portugal. Este decréscimo no número de efetivos nacionais de PALOP poderá ser explicado em grande medida pelo aumento do número de aquisições de nacionalidade portuguesa que se verifica a partir de 2008 (cf. Oliveira e Gomes, 2014: 166-170). A comunidade cabo-verdiana é a mais representada e a segunda mais expressiva em Portugal (Tabela 2).

Tabela 2. As 10 principais nacionalidades da população estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) em Portugal, em 2004 e 2014

	2014		2004	Variação 2004-2014	
	N.º	%	Nº	Nº	%
Brasil	85288	22	28730	56558	197
Cabo Verde	40563	10	54788	-14225	-26
Ucrânia	37809	10	1551	36258	2338
Roménia	31505	8	1219	30286	2484
Angola	19478	5	26517	-7039	-27
China	21042	5	5278	15764	299
Guiné-Bissau	17728	5	20511	-2783	-14
Reino Unido	16559	4	17976	-1417	-8
São Tomé e Príncipe	10028	3	7828	2200	28
Moldávia	8458	2	1048	7410	707
Total 10 principais nacionalidades	288458	74	165446	123012	74
Total	390113	100	263322	126791	48

Fonte: INE - Dados do SEF. Quadro extraído em 23-11-2015

O extraordinário aumento do número de imigrantes provenientes da Europa de Leste é outra das características da transformação que se registou nas origens geográficas da vaga de imigração da última década. Os cidadãos provenientes da Ucrânia e da Roménia estão entre as quatro principais comunidades de estrangeiros residentes em Portugal.

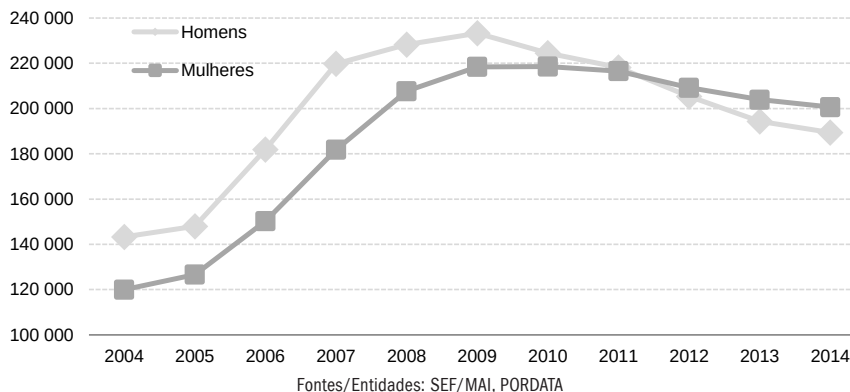
Brasil, Cabo Verde, Ucrânia e Roménia constituem atualmente as principais comunidades estrangeiras em Portugal, representando 50% do total de cidadãos estrangeiros a residir no país

em 2014 (Tabela 2). Ao longo da última década a sua preponderância na imigração tem-se mantido inalterada, embora com oscilações na importância relativa de cada nacionalidade. Globalmente também permaneceu a estrutura das dez nacionalidades mais representativas. É contudo, de notar o peso e o crescimento muito significativo da comunidade chinesa a viver em Portugal. Os imigrantes Nacionais de Países Terceiros são hoje cerca de 75% do conjunto dos imigrantes residentes em Portugal.

A evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal, por sexo, ao longo da década de 2003-2013 (Gráfico 5), mostra uma progressiva expressão do número de mulheres que, em 2010 e 2011, se aproxima do dos homens.

Em 2012 e 2013, embora se registe um decréscimo do número de residentes estrangeiros em ambos os sexos, o número mulheres estrangeiras residentes em Portugal supera o dos homens. De acordo com os dados do SEF (SEF, 2013), a predominância do sexo feminino é maior nos grupos originários de “Outros da Europa”, da América e de África, o que pode ser explicado pelo reagrupamento familiar e pela redução do número de residentes do sexo masculino, certamente associado às menores perspetivas de emprego que o mercado de trabalho em Portugal tem vindo a oferecer nos últimos anos.

Gráfico 5. População estrangeira residente em Portugal, por sexo, de 2004 a 2014



Os estrangeiros detentores de título de residência (TR), emitido nos termos da Lei de Imigração, do Regime de Livre Circulação de nacionais de Estados Membros da União Europeia e seus familiares e da Lei de Asilo, representam hoje a quase totalidade da população estrangeira legalmente residente em Portugal (99%) (Tabela 3). Os residentes estrangeiros com prorrogação de vistos de longa duração (VLD) assumem uma expressão mais significativa no distrito de Lisboa (Tabela 3).

Tabela 3. População estrangeira residente em Portugal, total e segundo o tipo de enquadramento legal, de 2000 a 2014

Ano	Título de residência	Concessão e Prorrogação de AP	Prorrogação de VLD	Total	Variação %
2000	207587			207587	8,6
2001	223997	126901		350898	69,04
2002	238929	174558		413487	17,84
2003	249995	183655		433650	4,88
2004	263322	183833		447155	3,11
2005	274631	93391	46637	414659	-7,27
2006	332137	32661	55391	420189	1,33
2007	401612	5741	28383	435736	3,7
2008	436020		4257	440277	1,04
2009	451742		2449	454191	3,16
2010	443055		2207	445262	-1,97
2011	434708		2114	436822	-1,9
2012	414610		2432	417042	-4,53
2013	398268		3052	401320	-3,77
2014	390113		5082	395195	-1,53

Fonte: <http://sefstat.sef.pt/evolucao.aspx>

A distribuição geográfica da população estrangeira residente em Portugal reflete a expressão do litoral, em particular dos distritos de Lisboa (176.963), Faro (58.839) e Setúbal (41.711) (Tabela 4). Nestes três distritos concentravam-se, em 2013, cerca de 70% do total de estrangeiros residentes no país. O número de mulheres, superior ao dos homens, representava nesse

ano 51,3% do total de estrangeiros residentes em Portugal, e com uma distribuição geográfica semelhante à dos homens.

Tabela 4. População estrangeira residente em Portugal, por distrito, segundo o sexo e o tipo de enquadramento legal, em 2013

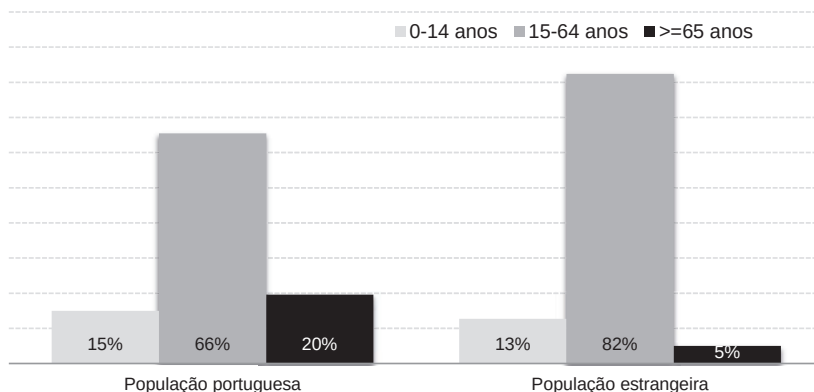
Distritos	Total	%	Homens	Mulheres	TR	VLD
Aveiro	11984	3%	5722	6262	11861	123
Beja	6836	2%	3857	2979	6829	7
Braga	9482	2%	4414	5068	9144	338
Bragança	2337	1%	1164	1173	2230	107
Castelo Branco	3072	1%	1541	1531	2972	100
Coimbra	11182	3%	5390	5792	10453	729
Évora	3723	1%	1916	1807	3600	123
Faro	57212	14%	28197	29015	57026	186
Guarda	1707	0%	849	858	1706	1
Leiria	14768	4%	7370	7398	14686	82
Lisboa	176927	45%	85628	91299	175105	1822
Portalegre	2502	1%	1219	1283	2479	23
Porto	23726	6%	10886	12840	22842	884
Santarém	11692	3%	5789	5903	11673	19
Setúbal	39763	10%	18509	21254	39566	197
Viana do Castelo	2864	1%	1387	1477	2858	6
Vila Real	1999	1%	935	1064	1952	47
Viseu	4186	1%	2158	2028	4179	7
Açores	3536	1%	1790	1746	3280	256
Madeira	5697	1%	2844	2853	5672	25
Total Nacional	395195	100%	191565	203630	390113	5082

Fonte: <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>; Última atualização de dados: 31-12-2014; Quadro extraído em 30-11-2015

A população estrangeira residente em Portugal é tipicamente mais jovem do que a população portuguesa. Segundo os dados dos Censos 2011 (INE, 2012), 82,4% da população estrangeira residente no país – num total de 394.496, à data de 21 de março – estava em idade ativa (15

aos 64 anos) comparativamente aos 65,5% dos residentes com nacionalidade portuguesa (Gráfico 6). Em 2011, e apesar da idade média dos residentes estrangeiros ter aumentado em cerca de 2 anos entre 2001 e 2011, esta era bastante inferior à dos residentes nacionais – 34,2 anos face a 42,1 anos. Os estrangeiros mais jovens encontravam-se entre os imigrantes de nacionalidade romena (29,1 anos) e os nacionais de S. Tomé e Príncipe (30,6 anos), da Moldávia (30,7 anos) e do Brasil (30,9 anos).

Gráfico 6. População portuguesa e estrangeira por grupo etário, residente em Portugal, 2011



Fonte: INE, 2012, A População Estrangeira em Portugal 2011, Dados dos Censos 2011

Nos últimos anos, é aparentemente mais notória a diferença da idade média entre residentes estrangeiros e nacionais no país. Em 2013, de acordo com os dados do SEF (SEF, 2014), 84% dos cidadãos estrangeiros residentes (337.008) faziam parte da população potencialmente ativa, sendo que o grupo etário dos 20 aos 39 anos (179.510) era predominante. O envelhecimento progressivo da população portuguesa e o facto de a imigração para Portugal ser predominantemente de motivação económica, gera naturalmente uma sobre representação dos grupos etários em idade ativa (Oliveira e Gomes, 2014).

De acordo com os dados dos Censos de 2011 (INE, 2012), a estrutura de habilitações escolares da população estrangeira residente em Portugal (Tabela 5) é, por comparação à da po-

pulação portuguesa, mais qualificada. Cerca de 28% dos estrangeiros tinham como nível mais elevado de escolaridade, o ensino secundário ou pós-secundário, não superior, face a 13,7% dos portugueses. Ao nível do ensino superior a diferença não é tão marcada mas ainda assim a percentagem de estrangeiros com um nível de qualificação superior é mais elevada do que a dos portugueses (12,7% face a 11,7%).

A predominância das baixas qualificações em Portugal reflete-se no peso ainda extraordinariamente elevado destas categorias entre os nacionais, e superior ao da população estrangeira. Contudo, é necessário ter em conta que esta estrutura de qualificações não se confina à população em idade ativa (15-64 anos) mas diz respeito à população residente em Portugal dos 0 aos 65 e mais anos, o que, por um lado, condiciona a sua distribuição por níveis de escolaridade (nomeadamente com uma expressão elevada dos níveis de escolaridade baixos), por outro lado, é condicionada pela distribuição etária típica em cada uma das populações.

Tabela 5. População estrangeira e população portuguesa, residente em Portugal, por nível de escolaridade mais elevado completo (%), em 2011

Nível de escolaridade	População estrangeira	População portuguesa
Nenhum	15%	19%
1º ciclo do ensino básico	10%	26%
2º ciclo do ensino básico	14%	13%
3º ciclo do ensino básico	21%	16%
Ensino secundário e pós-secundário	28%	14%
Ensino superior	13%	12%

Fonte: INE (2012). A População Estrangeira em Portugal, 2011. Dados dos Censos 2011.

Oliveira e Gomes, 2014

A estrutura de qualificações é, no entanto, muito diferente no seio da população estrangeira que reside em Portugal. Os estrangeiros oriundos de países da UE27 eram, em 2011, mais qualificados do que os que provinham de países terceiros (Tabela 6). Entre os primeiros, 20 em cada 100 tinham um nível de ensino superior, enquanto apenas 10 em cada 100 nacionais de países terceiros tinha este nível de ensino. Por outro lado, as diferenças ao nível do ensino

básico são também notórias: 47,8% dos nacionais de países terceiros tinham apenas o ensino básico (1.º, 2.º ou 3.º ciclo) como nível mais elevado de escolaridade, face a 34,4% dos estrangeiros vindos de países da UE27.

Tabela 6. População estrangeira, residente em Portugal, por nível de escolaridade mais elevado completo (%) segundo a região de origem, em 2011

Nível de escolaridade	UE 27	Extracomunitários
Nenhum	15%	15%
1.º ciclo do ensino básico	7%	11%
2.º ciclo do ensino básico	10%	15%
3.º ciclo do ensino básico	18%	22%
Ensino secundário e pós-secundário	30%	28%
Ensino superior	21%	10%

Fonte: INE (2012). A População Estrangeira em Portugal, 2011. Dados dos Censos 2011.

Oliveira e Gomes, 2014

De acordo com os Censos de 2011, são também evidentes diferenças muito significativas na estrutura de qualificações das 10 nacionalidades mais representadas na população estrangeira residente em Portugal nesse ano (Tabela 7), o que refletirá em parte as qualificações predominantes nessas populações de origem mas também as características diferenciadas dos fluxos de imigração desses países.

Assim, entre os que têm maior expressão do ensino superior, estão os estrangeiros oriundos de Espanha (32%), Reino Unido (22,8%), Ucrânia (20,1%) e França (19,0%), com valores muito acima dos que caracterizam quer a população estrangeira na sua totalidade (12,7%), quer a população portuguesa (11,7%). Já se tivermos em conta a percentagem de população com pelo menos o ensino secundário, são os imigrantes ucranianos que se destacam, com 60,6%, seguidos dos do Reino Unido, com 59,8%. O ensino secundário ou pós-secundário não superior é o mais expressivo entre os brasileiros e os romenos residentes em Portugal, representando cerca de 1/3. Os imigrantes oriundos dos PALOP e da China são relativamente menos escolarizados.

Tabela 7. População estrangeira, residente em Portugal, por nível de escolaridade mais elevado completo (%) segundo a nacionalidade, em 2011

	Nenhum	1.º ciclo do ensino básico	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino secundário e pós-secundário	Ensino superior
Brasil	12%	10%	15%	20%	35%	8%
Cabo Verde	21%	24%	19%	21%	13%	3%
Ucrânia	12%	3%	7%	18%	41%	20%
Angola	12%	13%	21%	30%	19%	7%
Roménia	17%	6%	12%	24%	33%	8%
Guiné-Bissau	18%	16%	18%	28%	16%	5%
Reino Unido	18%	3%	5%	14%	37%	23%
França	12%	10%	16%	21%	22%	19%
China	29%	9%	17%	26%	16%	3%
Espanha	17%	13%	9%	13%	17%	32%

Fonte: INE (2012). A População Estrangeira em Portugal, 2011. Dados dos Censos 2011.

Oliveira e Gomes, 2014

CAPÍTULO 2.

IMIGRAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL

1. A INSERÇÃO LABORAL DE IMIGRANTES: BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A teoria do mercado de trabalho segmentado tem, desde há muito, enquadrado o estudo das migrações laborais, sobretudo as que têm origem em países menos desenvolvidos. A existência de mercados de trabalho “secundários” (Piore, 1979; Portes, 1999), que afastam a maioria dos cidadãos nacionais pelas fracas recompensas económicas e sociais que oferecem, continua a constituir uma atração específica deste tipo de migrações. Normalmente sobre representados em trabalhos designados de 3 D (*dirty, demanding and dangerous*), os imigrantes, sobretudo os provenientes de regiões menos favorecidas, encontram nesta possibilidade um padrão de vida superior ao que tinham no seu país de origem, pelo menos durante uma primeira fase.

Com a desregulação progressiva dos mercados de trabalho, a flexibilização das relações laborais generalizou-se. Ainda assim, esta parece incidir de forma seletiva e mais intensa nalgumas categorias de trabalhadores (Kovács, 2005). Com efeito, desde há algumas décadas que o trabalho imigrante tem vindo a responder à tendência crescente de desregulação do mercado de trabalho, ao propósito da flexibilização laboral (Phizacklea, 2005) e à procura de mão-de-obra barata e facilmente ajustável às flutuações dos ciclos económicos, sobretudo em setores específicos da economia.

Em Portugal, tem sido abundante a pesquisa sobre a inserção laboral dos imigrantes (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999; Malheiros e Esteves, 2013). Os imigrantes encontram-se maioritariamente inseridos em segmentos menos protegidos do mercado de trabalho ou no mercado de trabalho “secundário”. Por oposição ao segmento “primário”, o mercado “secundário” é composto por empregos com insegurança contratual, baixos salários, fracas oportunidades de

promoção, ausência ou escassa proteção social e baixo estatuto social. Os imigrantes estão mais sujeitos a arranjos flexíveis e precários de trabalho e a percursos laborais mais irregulares e problemáticos frequentemente caracterizados por situações de subemprego, sobre qualificação, sucessão de empregos mal remunerados e incertos e exposição acrescida ao desemprego (Peixoto, 2008; Peixoto e Iorio, 2011; Igreja e Peixoto, 2013; Cerdeira *et al.*, 2013).

Com uma inserção laboral de imigrantes predominante nos denominados trabalhos 3 D's, o estudo de Oliveira e Pires (2010), a propósito da sinistralidade laboral, mostra que a sua maior incidência entre trabalhadores imigrantes em Portugal resulta sobretudo dos setores, profissões e condições em que estes trabalhadores tipicamente trabalham. A acrescida vulnerabilidade dos trabalhadores imigrantes à sinistralidade laboral decorre da precariedade dos vínculos contratuais a que estão sujeitos e que se reflete, entre outros aspetos, no excesso de horas de trabalho, em maior esforço físico ou exigência psicológica, na falta de acesso a benefícios sociais ou seguros de proteção, nomeadamente quando em situação de subcontratação ou de trabalho informal, e numa inexistente ou insuficiente formação e informação em segurança e saúde no trabalho. A esta segmentação do mercado de trabalho associam-se também características dos trabalhadores imigrantes – dificuldades linguísticas, sub e sobre qualificação para as tarefas que desempenham, maior mobilidade laboral, menor informação e fraco poder reivindicativo relativamente às condições de trabalho no país de acolhimento – que tendem a agudizar as consequências negativas da sua inserção laboral.

De acordo com o retrato estatístico feito pelo INE, em 2011, relativamente à população estrangeira residente em Portugal, a inserção laboral dos imigrantes caracterizava-se de acordo com os dados apresentados na Tabela 8.

São cinco as profissões em que se concentravam cerca de 40% do total de estrangeiros empregados. A maior parte é trabalhadores da limpeza em casas particulares, hotéis e similares (15,2%) seguindo-se os vendedores em lojas (8,8%), os trabalhadores qualificados da construção (7,0%), os cozinheiros (5,2%) e os empregados de mesa e bar (3,5%).

Tabela 8. Inserção laboral da população estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal, em 2011

	Nº	%
Condição perante atividade económica (Total)	394496	
Ativa	241050	61%
Empregada	196296	50%
Desempregada	44754	11%
Inativa	153446	39%
Principais profissões da população empregada (Total)	196296	
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis...	29911	15%
Vendedores em lojas	17261	9%
Trabalhadores qualificados da construção	13773	7%
Principais ramos de atividade económica da população empregada (Total)	196296	
Restauração e similares	24830	13%
Promoção imobiliária; construção de edifícios	23612	12%
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	23088	12%

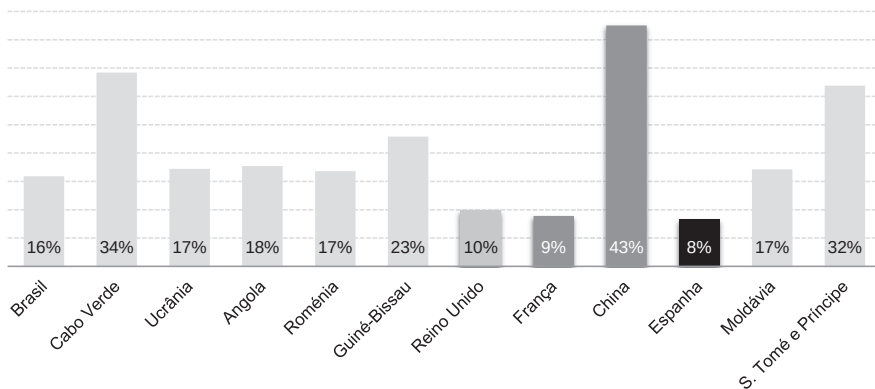
Fonte: INE (2012), A População Estrangeira em Portugal, 2011. Dados dos Censos 2011

Com uma inserção profissional deste tipo, as atividades económicas mais representadas são a restauração, a construção e o comércio a retalho, que empregavam respetivamente 12,6%, 12,0% e 11,8% do total de imigrantes a trabalhar em Portugal. Embora sejam estes os setores económicos mais empregadores em Portugal e, portanto, onde há também mais portugueses a trabalhar, a concentração do emprego de estrangeiros nestes setores é significativa.

Contudo, a análise pelas principais nacionalidades dos imigrantes empregados, de acordo com os dados do INE (Censos 2011), mostra algumas diferenças relevantes (0,9% dos trabalhadores romenos. (Gráfico 7). Enquanto a profissão de trabalhadores da limpeza era a principal para 8 das 12 nacionalidades estrangeiras mais representativas, ela destaca-se entre a população cabo-verdiana (34%), são-tomense (32%) e nacionais da Guiné-Bissau (23%).

Os trabalhadores qualificados da construção civil representavam 19,3% da comunidade guineense empregada, 15,7% da moldava, 12,7% da cabo-verdiana e 10,9% dos trabalhadores romenos.

Gráfico 7. Principal profissão da população estrangeira, residente em Portugal, por nacionalidade 2011



Fonte: INE, 2012, A População Estrangeira em Portugal 2011, Dados dos Censos 2011

Os chineses distinguem-se das restantes comunidades estrangeiras pela sua maior expressão no comércio a retalho, com as profissões de vendedores em lojas a representar 42,5% e a de diretores e gerentes do comércio, 21,8%.

Os brasileiros, a maior e uma das mais jovens comunidades estrangeiras em Portugal, que estavam, na sua maioria, empregados, trabalhavam predominantemente nas atividades de restauração e similares. Apesar da área da restauração ser, no cômputo geral, a mais representada, as profissões com maior expressividade entre os brasileiros são os trabalhadores de limpeza em casas particulares (15,9%) e os vendedores em lojas (10%) (INE, 2011; INE, 2013). Por outro lado, esta comunidade caracteriza-se por ser predominantemente feminina e possuir o ensino secundário.

Já com profissões mais qualificadas, na área da saúde (médicos e profissionais de enfermagem), destacavam-se os estrangeiros de nacionalidade espanhola, enquanto na área da educação, se destacavam os nacionais do Reino Unido, sendo 10% destas pessoas professores em Portugal.

Com efeito, do ponto de vista da inserção laboral, os imigrantes em Portugal estão longe de poderem ser considerados um todo homogéneo, verificando-se, como sugerem Oliveira e Gomes (2014), três formas de inserção no mercado de trabalho: a *imigração laboral*, sobretudo evidente entre os imigrantes dos PALOP, do Brasil e dos países da Europa de Leste, estes últimos com maior expressão nos fluxos migratórios mais recentes; a *imigração profissional*, essencialmente evidente entre os trabalhadores oriundos da UE e do continente americano; por fim, a *imigração empresarial*, onde se destacam os asiáticos, em particular, os chineses.

Esta diversidade na inserção laboral dos imigrantes revela também diferentes vulnerabilidades ao desemprego. Determinados segmentos de imigrantes, pelas suas características e atividades que desempenham, estão mais sujeitos ao desemprego e, em particular, ao desemprego de longa duração. Nomeadamente os oriundos dos PALOP, com menos recursos e muito dependentes da inserção nos setores e atividades mais afetados pela crise económica que se fez sentir nos últimos anos, têm menos facilidade em se adaptarem às alterações do mercado de trabalho por comparação aos europeus de leste, com mais qualificações e, por isso, tendencialmente mais empregáveis.

Ainda que com características distintas, a inserção de imigrantes no mercado de trabalho português tem sido muito significativa. Com uma taxa de atividade muito superior à da população portuguesa, que segundo os Censos de 2011 era de 61% entre os estrangeiros residentes em Portugal enquanto a dos portugueses era de 47%, e com cerca de 80% destes ativos empregados, fica evidente a significativa inserção laboral dos imigrantes em Portugal, refletindo tanto a estrutura etária mais jovem desta população, comparativamente à nacional, como as motivações da imigração portuguesa, fortemente ancoradas na procura de trabalho. Os imigrantes apresentaram ao longo da última década (2000-2010), de forma regular, taxas de emprego superiores às dos nacionais, em contraste com o que ocorria na UE27.

Como refere Peixoto (2008: 20), as causas de uma tão elevada inserção laboral de imigrantes no mercado de trabalho português não se explicam apenas pela habitual motivação económica da migração internacional. Estas passam por outros fatores como sejam a procura efetiva de trabalho imigrante na economia nacional, sobretudo para setores mais intensivos em mão de obra e trabalhos mais precários e mal pagos, muitas vezes de natureza informal, ainda que também essa procura tenha sido afetada nos últimos anos pela crise; a existência de canais que tem vindo a permitir uma entrada rápida dos imigrantes nesses segmentos laborais; e ainda a aparente complementaridade entre a elevada taxa de atividade dos imigrantes e a dos nacionais, traduzida na ocupação de empregos e profissões de natureza e estatuto diferenciados.

Contudo, com a crise económica sentida em Portugal, a procura de trabalho imigrante também se reduziu. Como referido por Malheiros e Esteves (2013), a atual conjuntura parece estar a atingir de forma mais aguda os imigrantes. Em 2010, a taxa de emprego da população imigrante em Portugal foi inferior à dos nacionais, registando, entre 2009 e 2010, uma queda mais abrupta do que para os nacionais. Embora as taxas de desemprego dos estrangeiros em Portugal tenham sido, na década de 2000-2010, superiores às dos nacionais, a distância entre os dois grupos tem vindo a aumentar, de forma sustentada, em detrimento dos primeiros. Em 2010 a diferença entre os dois grupos é, pela segunda vez nos últimos 10 anos, ligeiramente maior em Portugal do que no espaço comunitário (Malheiros e Esteves, 2013).

Dados de estudos anteriores, também indicam que quando se analisa o número de empregos que os imigrantes tiveram no período de 10 anos, compreendido entre 1998 e 2009/2010, o seu valor médio ronda os 2,8 empregos, significando que em média, estes imigrantes mantiveram o mesmo trabalho por períodos de 3,9 anos, valores bastante inferiores aos registados entre os portugueses – em média 7,1 anos (Malheiros e Esteves, 2013). Este estudo aponta ainda para níveis de rotatividade laboral superiores entre os imigrantes não comunitários, o que aumenta o risco de desemprego. Um estudo anterior, sobre a mobilidade ocupacional dos imigrantes em Portugal (Carneiro, 2006), chamava a atenção que cerca de 66% dos imigrantes movimentam-se entre mais do que dois empregos desde a sua chegada a Portugal.

Numa investigação desenvolvida em 2011 em várias cidades europeias (Huddleston, T. e Tjaden, J. D., 2012), foram inquiridos, em Portugal, imigrantes de países terceiros residentes nas três cidades com uma maior percentagem de imigrantes: Lisboa, Setúbal e Faro. Os resultados deste estudo revelaram que, entre as várias cidades europeias inquiridas, os imigrantes residentes em Portugal foram aqueles que referiram, em maior número, ter dificuldades em encontrar emprego: 78% dos imigrantes em Setúbal, 79% em Lisboa e 83% em Faro. Entre os vários problemas apresentados, os mais referidos diziam respeito a contratos de trabalho temporários (entre 54% a 59%) e a trabalho não legal (entre 37% a 42%). Também nesta questão, os valores apresentados foram superiores aos dos outros países presentes no estudo. De facto, quando comparamos estes resultados com outros estudos (CLAI/ACIDI, 2009/2010 *in* Malheiros e Esteves, 2013), é nestas regiões onde se encontram maiores taxas de imigrantes desempregados: 13,7% na região da Área Metropolitana de Lisboa Sul, seguidos de 12,7% que referem estar nesta situação de desemprego no Algarve.

Considerando que a motivação para a imigração é essencialmente económica (Peixoto, 2008), a inserção laboral dos imigrantes é um pilar essencial e imprescindível para a sua boa integração no país de acolhimento. Como referem Valadas, Góis e Marques (2014: 55), *“os riscos de exclusão social são mais elevados entre a população imigrante, sobretudo quando os imigrantes são excluídos do mercado de trabalho, tal como são mais difíceis os obstáculos que impedem a sua reinserção no mercado de trabalho”*.

Resultados de um estudo junto da população portuguesa (António e Policarpo, 2012) levam-nos a considerar que a integração dos imigrantes no mercado de trabalho, com impacto evidente na vida e na integração dos próprios imigrantes, tem também grande relevância na aceitação desta população pelos portugueses, exponenciando a verdadeira integração no país de acolhimento.

Quando questionados sobre a importância dos imigrantes na economia portuguesa, a maioria dos portugueses considera a sua presença fundamental para a vida económica do país (61% das respostas válidas) e que realizam trabalhos que os portugueses não querem (78%). Pode afirmar-se, então, que a imigração é considerada como uma realidade positiva para a sociedade portuguesa e, em especial,

para a economia nacional. Contudo, os resultados deste estudo fazem também notar que o aumento significativo, e global, do desemprego e a escassez de ofertas de trabalho tendem a tornar menos evidente, para os inquiridos, o contributo positivo dos imigrantes. Relativamente ao desemprego dos imigrantes, os portugueses inquiridos neste estudo acreditam, maioritariamente (57%), que os imigrantes não são mais afetados pelo desemprego do que os portugueses (António e Policarpo, 2012).

O papel do mercado de trabalho e das suas dinâmicas recentes é cada vez mais evidente no crescimento de novas migrações em Portugal, como sublinha Peixoto (2009), com reflexos no uso mais frequente de canais irregulares de imigração e em novas formas de segmentação laboral: “These migrants often entered the country in an irregular way, using the services of smugglers and traffickers, and performing the bottom jobs of the professional ladder” (Peixoto, 2009: 185). A segmentação do mercado de trabalho imigrante agudizou-se com base na etnia e no género.

Nestes últimos anos, não apenas a imigração portuguesa está a reduzir-se, em boa parte devido à deterioração do mercado de trabalho, como também se tem vindo a assistir a uma diversificação progressiva dos perfis das entradas: por um lado, com o aumento de alguns fluxos, como sejam o de estudantes, investigadores e profissionais altamente qualificados e, mais ligeiramente, o de reformados; por outro lado, com a redução de outros, como sejam as entradas para o exercício de atividades subordinadas (Oliveira e Gomes, 2014).

2. O CRESCENTE DESEMPREGO DE IMIGRANTES

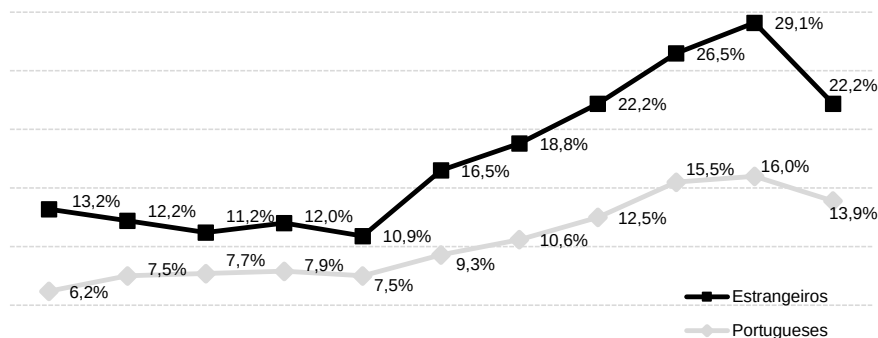
2.1. A evolução das taxas de desemprego

Portugal atravessa desde 2008 uma situação económica difícil, que tem conduzido a um aumento generalizado do desemprego. Em 2013, a taxa de desemprego atingiu o valor mais elevado da última década, com 16,2%, mais do dobro do valor que tinha em 2008 (7,6%). Em 2014, regista pela primeira vez, desde 2008, uma diminuição - passa para 13,9% - o que resulta de um abrandamento da recessão económica que o país tem vivido nestes últimos anos, com reflexos nalguma capacidade de criação de emprego e de absorção de mão de obra desempregada, da implementação extensiva de medidas de apoio à contratação e de formação em períodos de desemprego e ainda do crescente

número de indivíduos, nomeadamente jovens, nacionais e imigrantes, que em situação de desemprego optam por sair do país.

Os níveis de desemprego dos imigrantes são, em geral, superiores ao da população nacional e acentuam-se em períodos de crise económica (Peixoto e Iorio, 2011; Egreja e Peixoto, 2013). De facto, como podemos observar no gráfico 8, que compara, para o período de 2004 a 2014, a evolução da taxa de desemprego (15-74) da população nacional com a da população estrangeira, esta última tem sido sempre mais elevada. A partir de 2008, acompanha o agravamento da taxa de desemprego global de uma forma bem mais expressiva do que a da população nacional. Chega, assim, a 2013, com um valor máximo de 29,1%, enquanto a taxa de desemprego da população nacional se situava nos 16%.

Gráfico 8. Taxa de desemprego (%), dos 15 aos 74 anos, nacionais e estrangeiros, de 2004 a 2014, em Portugal

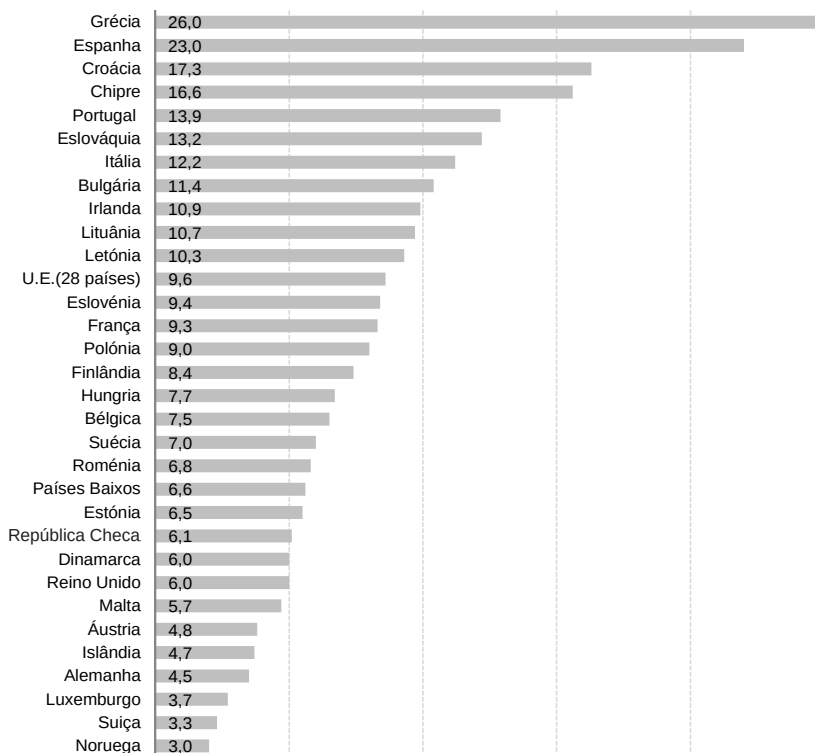


Fontes: Eurostat, INE - Inquérito ao Emprego; PORDATA

A situação de crise e recessão económica que o país tem vivido desde 2008, com efeitos evidentes no aumento generalizado do desemprego, tem limitado, para todos, as oportunidades de emprego disponíveis, mas mais particularmente para alguns segmentos de trabalhadores. Grande parte dos setores que tradicionalmente absorvem mais mão de obra imigrante, como a construção civil, a hotelaria e restauração, o comércio e os serviços domésticos, têm sido também os setores mais afetados pela crise. Por outro lado, com uma inserção laboral mais sujeita a trabalhos flexíveis e precários, facilmente ajustáveis às variações dos ciclos económicos, os imigrantes têm normalmente uma exposição acrescida ao desemprego (Peixoto, 2008; Peixoto e Iorio, 2011; Egreja e Peixoto, 2013; Cerdeira *et al.*, 2013).

Evidenciando um comportamento muito semelhante ao da evolução da taxa de desemprego da população nacional, a taxa de desemprego de estrangeiros regista, em 2014, uma quebra – de 29,1% para 22,2% – mais significativa do que aquela que se verificou nesse ano no desemprego da população nacional, o que certamente resultará não apenas de algum dinamismo da atividade económica, nomeadamente nos principais setores de absorção de mão de obra imigrante, mas também, como vimos, do aumento do fluxo de saída de imigrantes do nosso país que, com menos perspetivas de trabalho em Portugal, têm vindo a optar por estratégias de retorno aos países de origem ou de re-migração. Ainda assim, em 2014, a taxa de desemprego entre os cidadãos nacionais era de 13,9%, enquanto a taxa de desemprego de cidadãos estrangeiros a residir em Portugal era de 22,2%.

**Gráfico 9. Taxa de desemprego (%), dos 15 aos 74 anos, nacionais, 2014,
nos países da UE28 + Islândia, Noruega e Suíça**

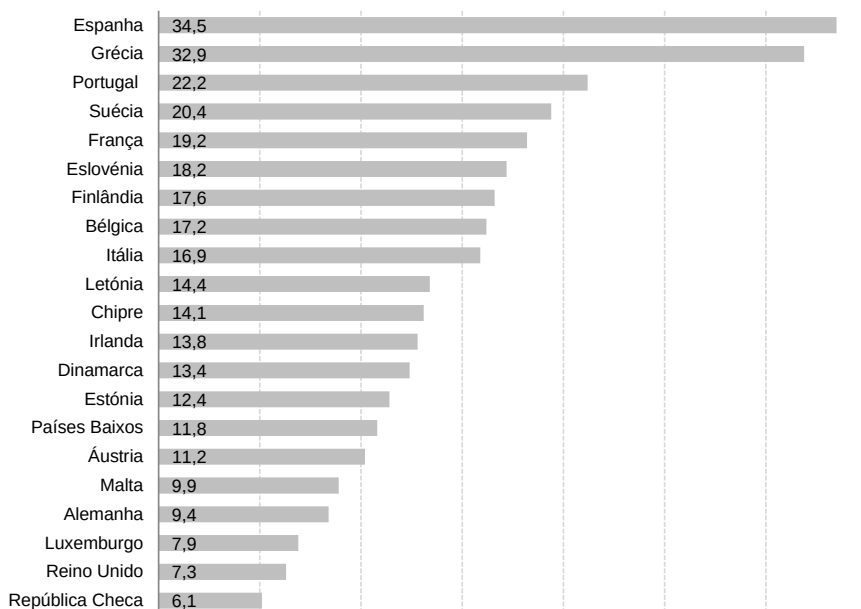


Fontes: Eurostat, INE – Inquérito ao Emprego; PORDATA

Portugal tem, assim, em 2014, a 5.^a taxa de desemprego (global e da população nacional) mais elevada, entre os países da UE28 (Gráfico 9), sendo superado pelo Chipre e pela Croácia, com 16,6% e 17,3% respetivamente e, a larga distância, pela Espanha e Grécia com 23% e 26% de desemprego entre os cidadãos nacionais.

Já no que respeita aos estrangeiros residentes, Portugal é o terceiro país da UE28 com a mais elevada taxa de desemprego (Gráfico 10), de 22,2% em 2014. É, em larga medida, superado por Espanha e pela Grécia em que o desemprego afeta cerca de 1/3 da população estrangeira (32,9% na Grécia e 34,5% em Espanha), valores 10 p.p. acima das taxas de desemprego, já por si, muito elevadas dos cidadãos nacionais destes países.

Gráfico 10. Taxa de desemprego, dos 15 aos 74 anos, estrangeiros, 2014, nos países da UE28

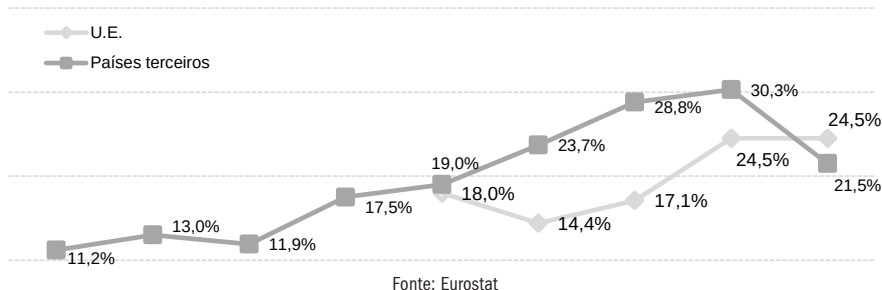


Fontes: Eurostat, INE - Inquérito ao Emprego; PORDATA. Dados indisponíveis para os países em falta

Se considerarmos a população estrangeira que provém dos países extracomunitários, podemos verificar no gráfico 11 que a taxa de desemprego dos nacionais de países terceiros (NPT) foi sem-

pre, de acordo com os dados disponíveis, mais elevada do que a dos estrangeiros provenientes dos países da UE28. Em 2013, registou o seu valor mais elevado, com 30,3%, enquanto a taxa de desemprego dos nacionais de países da UE28 era de 24,5%.

Gráfico 11. Taxa de desemprego (15-74) da população estrangeira residente em Portugal por nacionalidade de países da UE28 e extra UE28, de 2006 a 2014



No entanto, em 2014, evidencia uma forte quebra – para 21,5% – sendo, nesse ano, superior a taxa de desemprego dos nacionais de outros países da UE28 residentes em Portugal. Uma das razões desta alteração pode ser o facto de o número de residentes brasileiros em Portugal estar a reduzir-se. Como é referido no relatório do SEF (SEF, 2013), a diminuição do número de residentes de nacionalidade brasileira registada em 2013 – menos 13.502 – representava cerca de 86% do decréscimo total de estrangeiros residentes em Portugal⁴.

2.2. O desemprego de longa duração

Outro dos indicadores que tem vindo a agravar-se em Portugal é o desemprego de longa duração. Como se pode observar no gráfico 12, a taxa de desemprego de longa duração registou um crescimento significativo entre 2008 e 2013, acompanhando o aumento da taxa de desemprego global e a progressiva deterioração do mercado de trabalho. Nestes cinco anos, mais do que duplicou, passando de 4,1% em 2008 para 9,3% em 2013. Registou, também, à semelhança da taxa de desemprego, uma quebra em 2014, situando-se nos 8,4%.

⁴ Em 2014, segundo o relatório do SEF do mesmo ano (SEF, 2014), apesar da comunidade brasileira se manter como a mais significativa em Portugal, o número de residentes continuou a diminuir (menos 4627), o que representou 76% do decréscimo total de estrangeiros residentes em Portugal.

Gráfico 12. Taxa de desemprego de longa duração (%), de 2004 a 2014, em Portugal

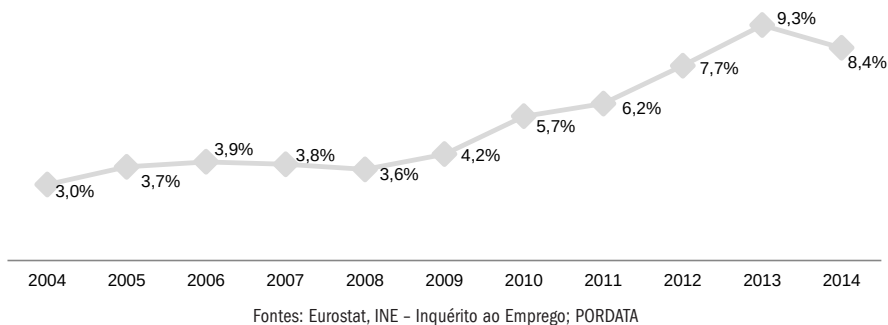
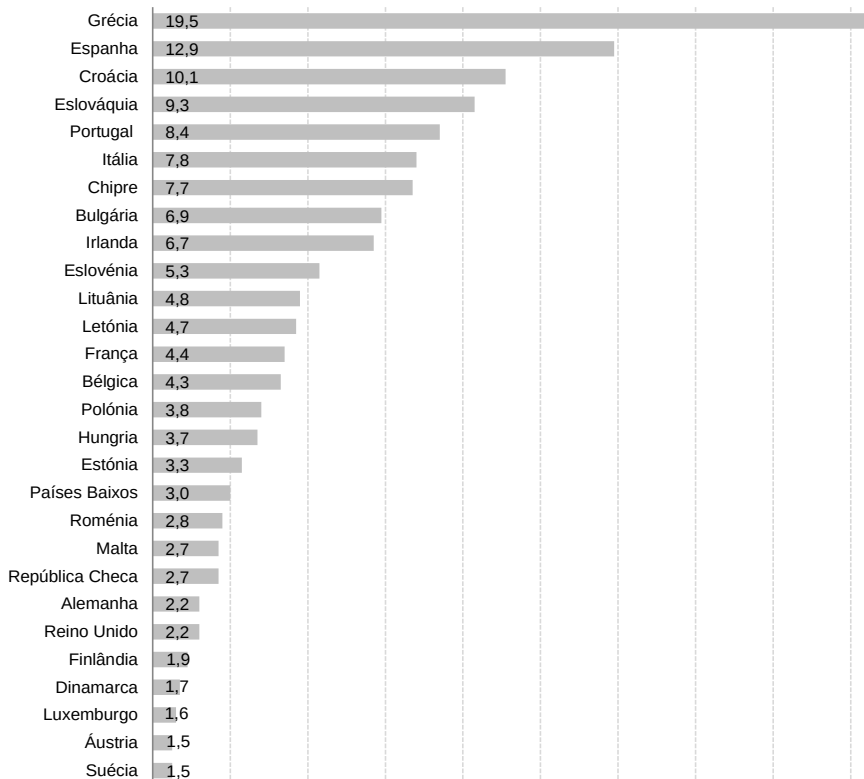


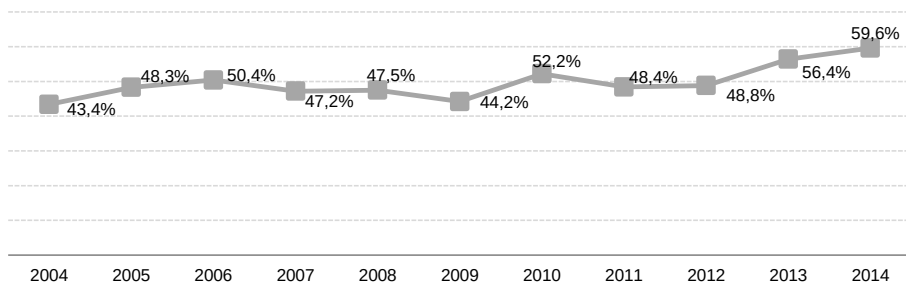
Gráfico 13. Taxa de desemprego de longa duração (%), 2014, nos países da UE28



Em 2014, Portugal estava também entre os 5 países da UE28 com mais elevada taxa de desemprego de longa duração (Gráfico 13), mantendo-se, como seria de esperar, a liderança da Grécia e da Espanha neste indicador.

O desemprego de longa duração em Portugal, medido em percentagem do desemprego total, revela, contudo, uma elevada expressão e resiliência ao longo dos últimos dez anos. Mesmo com taxas de desemprego de longa duração baixas (na ordem dos 4%), antes de 2008, o peso daqueles que estavam há um ano ou mais desempregados no total dos desempregados foi sempre muito elevado (entre 43,4% e 50,4%). A partir de 2009 estes valores têm vindo a aumentar e chegam, em 2014, num ano em que a taxa de desemprego baixou, a 59,6%, (Gráfico 14).

Gráfico 14. Desemprego de longa duração (12 meses ou mais) em % do desemprego total, em Portugal, de 2004 a 2014



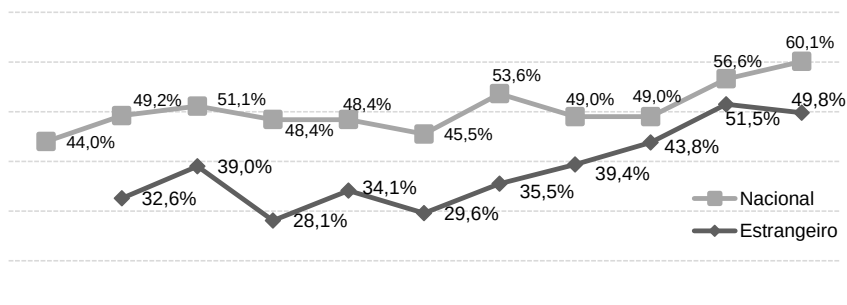
Fonte: Eurostat

Também o desemprego de longa duração entre migrantes está a agravar-se em muitos países da OCDE. Em 2012, quase um em cada dois migrantes desempregados procurava emprego há mais de um ano (OECD, 2013). Em cenário de crise, aqueles que têm sido mais afetados são os jovens imigrantes e os trabalhadores pouco qualificados. Este facto pode dever-se a uma concentração dos imigrantes pouco qualificados em setores mais vulneráveis ao ciclo económico e que por isso foram fortemente afetados pela crise. Para além disso, a precariedade e

os trabalhos de natureza informal em que estes indivíduos estão inseridos potenciam ainda mais esta situação.

Com efeito, comparando a evolução deste indicador para a população nacional e para a população estrangeira residente em Portugal (Gráfico 15), podemos verificar que a percentagem de desempregados de longa duração entre os estrangeiros é tipicamente menos elevada do que entre os nacionais, o que pode ser explicado pelo facto de, perante a perspetiva de longos períodos de desemprego, os imigrantes tendem mais facilmente a optar por sair do país, uma vez que as razões da sua mobilidade estão normalmente associadas à procura de emprego.

Gráfico 15. Desemprego de longa duração (12 meses ou mais) em % do desemprego total, por nacionalidade (nacional e estrangeiro), em Portugal, de 2004 a 2014



Fonte: Eurostat

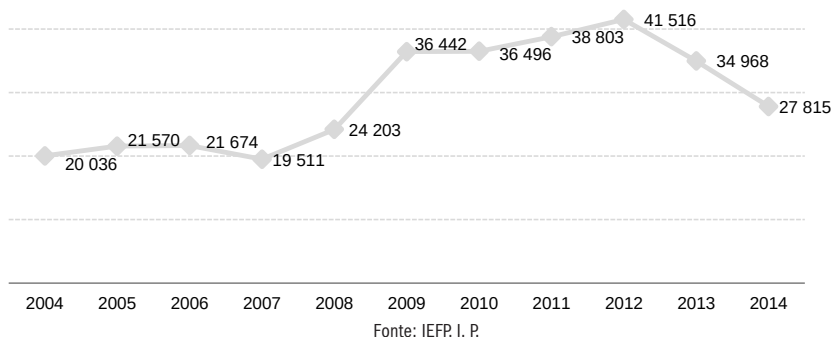
Contudo, também a partir de 2009, esta percentagem tem vindo a agravar-se, e de forma mais acelerada do que no caso dos desempregados de nacionalidade portuguesa. Em 2013, chegava a 51,5%, i.e., mais de metade dos desempregados estrangeiros estavam desempregados há pelo menos um ano, um valor já muito próximo do observado entre os desempregados nacionais. Em 2014, a redução do peso do desemprego de longa duração de estrangeiros acompanha o comportamento verificado na taxa de desemprego de estrangeiros.

2.3. O desemprego registado

A partir dos dados do IEFP, relativos ao desemprego registado⁵, é também possível traçar a evolução do número de imigrantes desempregados em Portugal bem como conhecer, mais em detalhe, as suas características.

Como mostra o gráfico 16, o número de imigrantes desempregados, registados nos centros de emprego, aumentou consideravelmente a partir de 2008, momento a partir do qual, com a crise económica que despoleta no país, se registou um aumento significativo das taxas de desemprego da população estrangeira residente em Portugal.

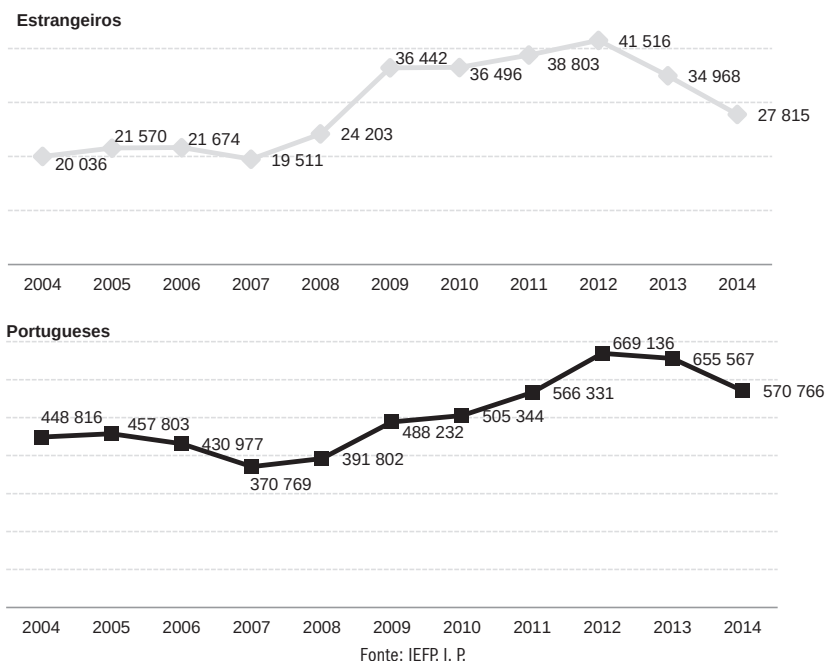
Gráfico 16. Número de desempregados registados (estrangeiros), 2004 a 2014



⁵ De acordo com o IEFP, desemprego registado são todos os desempregados, incluindo: Candidatos que anteriormente se encontravam na situação de inativos (ex. estudantes, pessoas que se ocupavam de tarefas domésticas); Reformados que procuram trabalho, tendo capacidade para trabalhar; Pensionistas por invalidez ou outras pessoas portadoras de uma incapacidade que desejam trabalhar, desde que não se encontrem afetadas por incapacidade absoluta para o trabalho. Estão excluídos: Trabalhadores temporariamente suspensos ou com redução da jornada de trabalho (por causas naturais, técnicas ou económicas), com ou sem remuneração, mas que mantêm um vínculo à Empresa, ainda que se encontrem a receber uma prestação equiparada às prestações de desemprego; Candidatos que apresentam indisponibilidade justificada para o trabalho, sendo transferidos para a categoria de "Indisponível temporariamente"; Candidatos a desenvolver trabalho socialmente necessário, a frequentar ações de formação profissional, estágios profissionais ou mais medidas ativas de emprego, à exceção das medidas que visam a criação do próprio emprego ou postos de trabalho, sendo transferidos para a categoria de "Ocupados"; Candidatos que iniciam atividade por conta própria apoiados ou sejam integrados no mercado de trabalho no âmbito dos programas de apoio à criação de empresas e/ou postos de trabalho, sendo a sua inscrição anulada.

Entre 2007 e 2012, o desemprego registado de imigrantes em Portugal mais do que duplica – de 19.511 desempregados registados de nacionalidade estrangeira em 2007, chega a 41.516 em 2012, embora tenha sido entre 2007 e 2009 que a tendência de crescimento foi mais acentuada. Entre 2012 a 2014, assiste-se a uma alteração desta tendência, com o desemprego registado de imigrantes a reduzir-se para 27.815 indivíduos, ainda assim um valor superior ao de 2008, o que pode, em parte, ser explicado pela redução das entradas de novos imigrantes e pela expressão mais significativa de fluxos de remigração e de retorno aos países de origem de imigrantes residentes em Portugal.

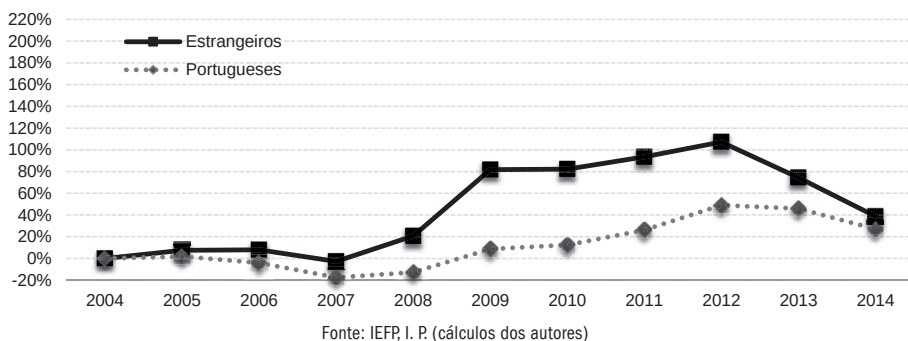
Gráfico 17. Número de desempregados registados (estrangeiros e portugueses), 2004 a 2014



Se compararmos o desemprego registado dos estrangeiros com o dos portugueses ao longo da última década (Gráfico 17), podemos verificar que, de uma forma geral, a tendência de evolução é muito semelhante, com um crescimento significativo do número de desempregados registados

nos centros de emprego no período de 2008 a 2012, seguindo-se, nos dois anos posteriores, uma diminuição. Há, no entanto, algumas diferenças a assinalar, para além da que se refere a volumes de desemprego registado muito distintos entre estrangeiros e portugueses, como seria de esperar. A primeira é o crescimento muito mais acentuado, entre os estrangeiros do que entre os portugueses, do desemprego registado entre 2007 e 2012, o período de maior agravamento das condições do mercado de trabalho em Portugal. A segunda é que, mesmo assim, a partir de 2012, em que os níveis de desemprego registado tem vindo a reduzir-se, a redução do número de estrangeiros desempregados registados nos centros de emprego tem sido maior do que a do número de portugueses. Em 2014, o número de estrangeiros desempregados estava já próximo do de 2008, enquanto, no caso dos portugueses, estava ainda ao nível daquele que se registava em 2011.

Gráfico 18. Evolução do desemprego registado em relação a 2004, por nacionalidade (portugueses vs. estrangeiros), 2004 a 2014



De facto, se analisarmos as taxas de crescimento do desemprego registado, para ambas as populações, calculadas tendo como referência o ano de 2004 (ano 1 da série), conforme mostra o gráfico 18, podemos verificar que, apesar dos volumes bastante menores de estrangeiros desempregados registados nos centros de emprego, a sua variação ao longo do tempo, e por comparação à do desemprego registado dos portugueses, tem sido sempre maior, mesmo no período de 2004 a 2007, em que os níveis de desemprego registado foram os mais baixos da

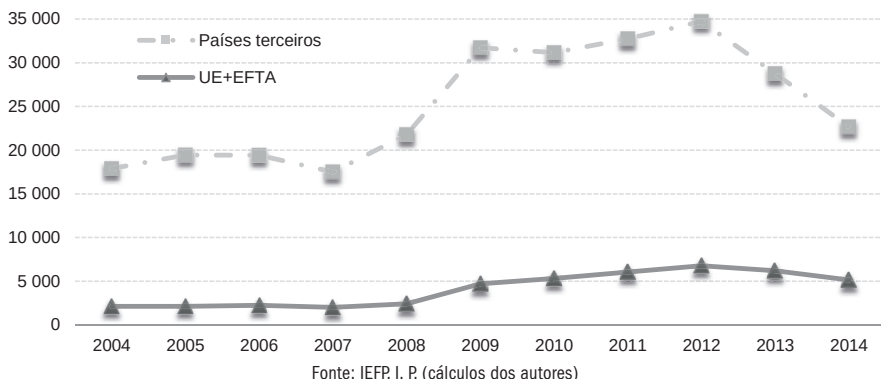
última década. Se por um lado, entre 2007 e 2012, quando se registou o maior aumento de desemprego registado, este foi mais acentuado entre os estrangeiros, por outro lado, quando se registou um decréscimo do volume de desempregados registados nos centros de emprego entre 2012 e 2014, este foi também mais marcado entre os estrangeiros.

Este comportamento parece indicar a volatilidade que caracteriza o desemprego de imigrantes, já evidente na evolução da taxa de desemprego, como vimos, mas agora espelhada no indicador do desemprego registado. Neste sentido, quando o nível de desemprego cresceu significativamente em Portugal, como foi o caso do período de 2008 a 2012, o desemprego de imigrantes cresceu mais do que o desemprego de portugueses. Quando se regista um decréscimo do desemprego, como é visível após 2012, também o desemprego de imigrantes decresceu mais do que o dos portugueses. Com efeito, a maior presença de trabalho imigrante em setores mais afetados pela crise e a existência de vínculos contratuais mais frágeis tornam o emprego desta população mais rápido e facilmente ajustável às flutuações da atividade económica, com reflexos na variação e no volume de desemprego de imigrantes. Por outro lado, a mobilidade característica desta população, sobretudo das últimas vagas de imigrantes para Portugal, tornam-na também mais rapidamente ajustável às oportunidades de emprego que o mercado de trabalho oferece. Em períodos de contração, sobretudo quando estes se prolongam, os fluxos de saída do país tendem a aumentar e os fluxos de entradas de novos imigrantes a reduzir-se, como é já visível em Portugal desde 2009. Daí que a tendência dos últimos dois anos, de decréscimo mais acentuado de imigrantes desempregados do que portugueses desempregados registados nos centros de emprego, possa ser explicada em boa parte pela saída de imigrantes do país, ainda que se possa admitir alguma recuperação da atividade económica em setores com capacidade de absorção desta mão-de-obra.

A expressão do desemprego registado entre estrangeiros oriundos de países terceiros foi sempre, ao longo desta década, muito superior à dos estrangeiros com nacionalidade dos países da UE e EFTA, como se pode observar no gráfico 19. Esta diferença reflete naturalmente a composição da população estrangeira residente em Portugal, com uma predominância dos nacionais de países terceiros (NPT), mas também as características destes imigrantes, sobretudo

do ponto de vista da sua inserção laboral. Com níveis de escolaridade normalmente inferiores aos dos nacionais de países da UE+EFTA, e com uma inserção laboral caracterizada pela elevada representação em setores e profissões menos qualificados, constituem uma população mais vulnerável ao desemprego e às flutuações dos ciclos económicos.

Gráfico 19. Número de desempregados registados (estrangeiros), por região de origem (UE+EFTA vs Países terceiros), 2004 a 2014

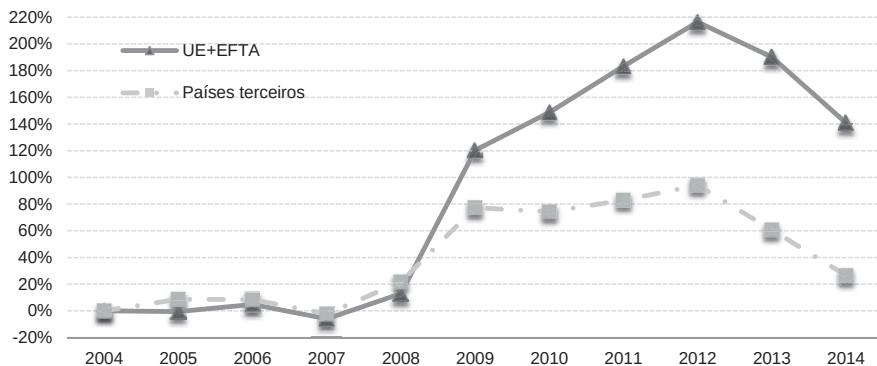


O agravamento do desemprego que se regista a partir de 2007 e que atinge o seu valor mais elevado em 2012 é, assim, bem mais notório entre os nacionais de países terceiros. Neste período, aumenta ligeiramente o volume de imigrantes desempregados oriundos de países da UE+EFTA, mas que, mesmo no seu valor mais elevado, registado também em 2012, não chega a representar 1/5 do número de desempregados NPT registados nos centros de emprego. Nesse ano, 83,7% do total dos 41.516 imigrantes desempregados, registados nos centros de emprego, eram nacionais de países terceiros. Em 2014, o seu peso é de 81,4%.

Comparando as taxas de crescimento do número desempregados registados nos centros de emprego, entre imigrantes de nacionalidade dos países da UE+EFTA e imigrantes de nacionalidade de países terceiros, calculadas tendo como referência o valor de 2004 (Gráfico 20), é, no entanto de salientar que este número cresceu muito mais, entre 2009 e 2012, entre os primeiros

do que entre os segundos, apesar do volume bastante inferior. Este comportamento expressa, essencialmente, o peso e a evolução do desemprego registado dos imigrantes de nacionalidade romena. Com efeito, esta comunidade é uma das mais numerosas em Portugal e representava, também deste ponto de vista, uma parte muito significativa do desemprego registado de estrangeiros provenientes de países comunitários e da EFTA (43,6% em 2009). Por outro lado, registou, entre 2009 e 2012, aumentos muito mais expressivos do que qualquer outra comunidade de imigrantes da UE +EFTA. Em 2012, estavam 3.539 imigrantes romenos registados nos centros de emprego como desempregados, um valor que representava 52% do total de imigrantes desempregados provenientes de países da UE e EFTA e que era nove vezes superior àquele que os imigrantes da Roménia inscritos nos centros de emprego registavam em 2004.

Gráfico 20. Evolução do desemprego registado em relação a 2004, por região de origem (estrangeiros, UE+EFTA vs Países terceiros), 2004 a 2014

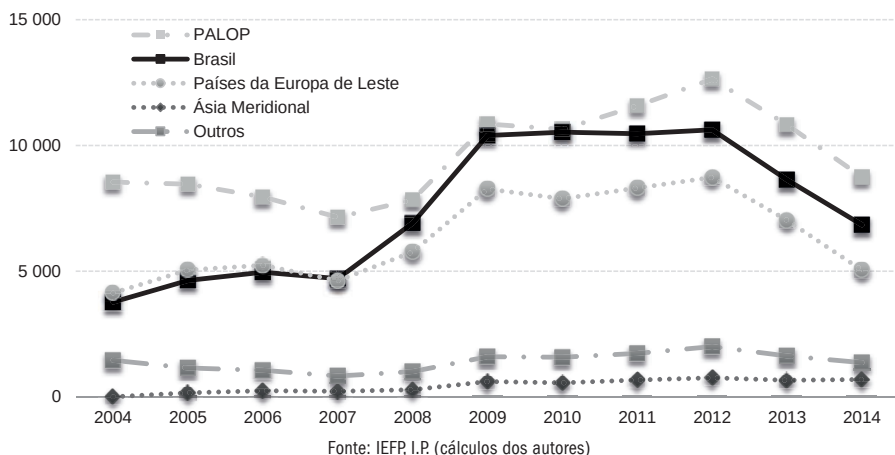


Fonte: IEFP, I. P. (cálculos dos autores)

A composição dos desempregados nacionais de países terceiros, por região de origem, reflete igualmente a expressão que os oriundos dos PALOP, do Brasil e de países da Europa de Leste (não pertencentes à UE) assume entre os estrangeiros residentes em Portugal. Os seus níveis de desemprego são, ao longo de todo o período em análise, muito mais elevados do que os dos nacionais de países da Ásia Meridional e Outros, sendo que, a partir de 2007, são também os mais afetados pelo acréscimo do desemprego (Gráfico 21). É de notar, entre os NPT, o aumento considerável do

número de desempregados de nacionalidade brasileira, sobretudo entre 2007 e 2009, ano em que praticamente iguala o número de desempregados registados nos centros de emprego oriundos dos PALOP. Estes últimos são aqueles, que ao longo de todo o período, revelam o mais elevado desempregado registado, ainda que também em decréscimo nos últimos dois anos.

Gráfico 21. Número de desempregados registados (estrangeiros de países terceiros), por região de origem, 2004 a 2014

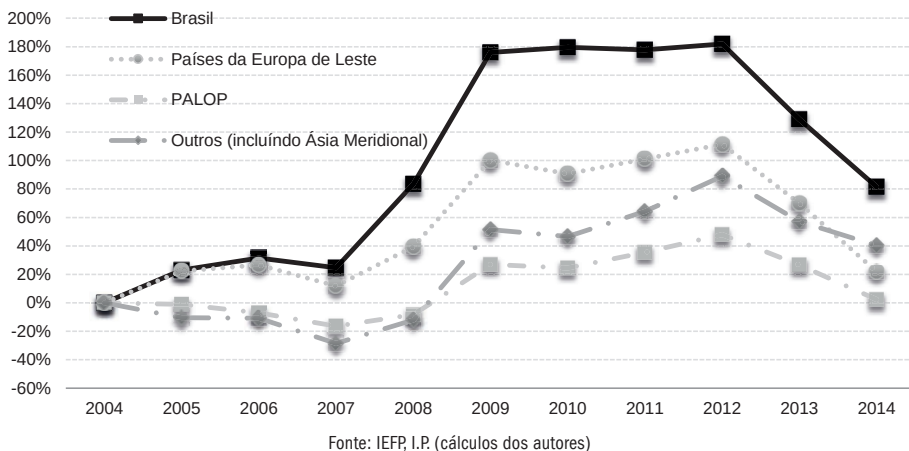


Considerando as taxas de crescimento do desemprego registado, relativas a 2004, podemos verificar no gráfico 22 que, de facto, foram os imigrantes brasileiros que assinalaram, particularmente entre 2007 e 2009, o crescimento mais significativo no número de desempregados registados, mantendo-se até 2012, muito elevado. Entre 2009 e 2012, o volume de imigrantes brasileiros inscritos nos centros de emprego representava mais 180% daquele que existia em 2004.

Seguem-se-lhes os imigrantes de países da Europa de Leste não pertencentes à UE com aumentos também muito expressivos neste período – em 2009, o seu desemprego registado tinha já duplicado o valor que registava em 2004, mantendo-se nos quatro anos posteriores nesta ordem de valores. Grande parte destes, são nacionais da Ucrânia e da Moldávia, duas comu-

nidades de imigrantes muito expressivas em Portugal. Em 2009, 66% do total de nacionais de países da Europa de Leste, não comunitários, registados nos centros de emprego como desempregados, eram imigrantes ucranianos. Em 2012, estes chegavam aos 71,7%.

Gráfico 22. Evolução do desemprego registado em relação a 2004, por região de origem (estrangeiros de países terceiros), 2004 a 2014



Os imigrantes dos PALOP, embora sejam os mais numerosos entre os nacionais de países terceiros desempregados inscritos nos centros de emprego, revelam, comparativamente aos outros, taxas de crescimento inferiores. Em 2012, o seu nível de desemprego registado tinha aumentado cerca de 40% face a 2004. Já os nacionais de outros países terceiros (incluindo países da Ásia Meridional), os grupos menos expressivos, viriam a registar aumentos que excederam os verificados entre os imigrantes dos PALOP desempregados, inscritos nos centros de emprego.

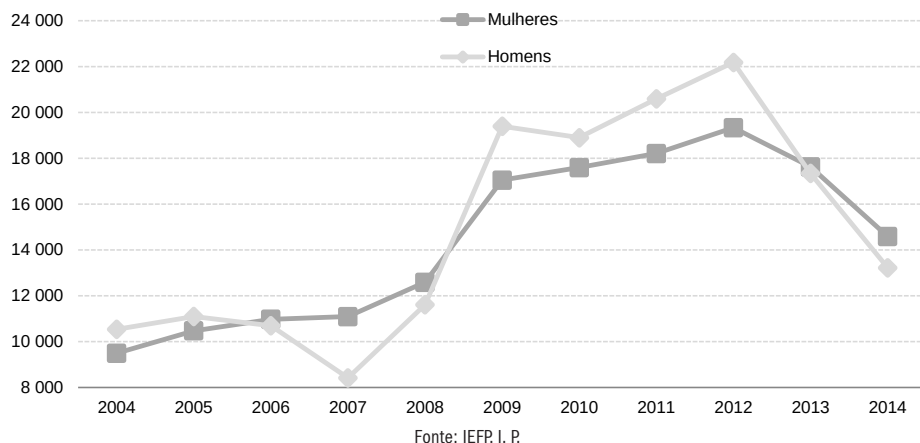
2.4. Imigrantes desempregados registados nos Serviços de Emprego: características

A partir dos dados do desemprego registado no IEFP é também possível conhecer as características dos imigrantes em situação de desemprego, nomeadamente quanto ao sexo, idade e

nível de escolaridade ou quanto aos setores de atividade e profissões em que o desemprego registado se concentra. Por outro lado, a distribuição dos imigrantes desempregados por categorias – à procura de novo emprego ou à procura de primeiro emprego – e por duração de desemprego – menos de 12 meses ou 12 meses ou mais – é igualmente indicativa da evolução desta problemática e do acesso que os imigrantes residentes em Portugal têm relativamente ao serviço público de emprego, quando em situação de desemprego.

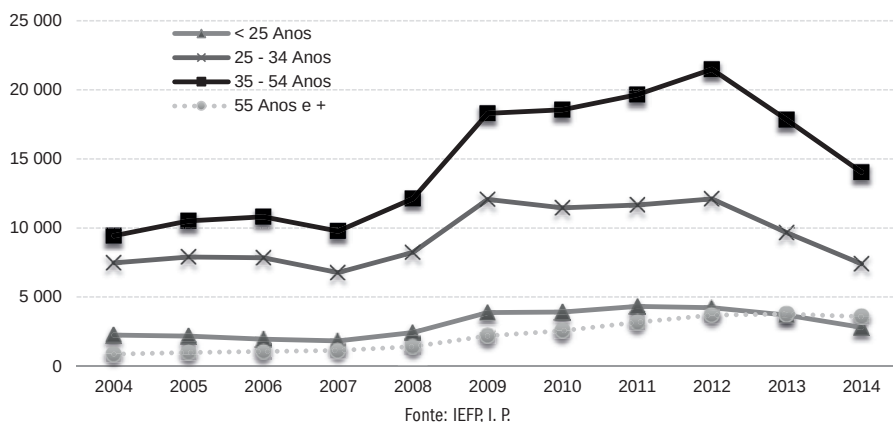
Afetando o desemprego mais os imigrantes homens do que mulheres, é expectável que estes tenham maior expressão no desemprego registado. Como mostra o gráfico 23, o período de maior agravamento do desemprego de imigrantes (de 2008 a 2012), é também aquele em que os níveis de desemprego registado entre os imigrantes homens superam os de imigrantes mulheres. Em 2012, de um total de 41.516 desempregados de nacionalidade estrangeira registados nos centros de emprego, valor mais elevado da última década (2004-2014), 53,4% destes eram homens. Já após 2012, a tendência de decréscimo que se verifica, embora refletindo-se em ambos os sexos, é bastante mais evidente entre os imigrantes homens. Em 2014, as mulheres voltam a ter uma expressão superior à dos homens com 52,4% do total de imigrantes desempregados registados nos centros de emprego, à semelhança do que acontecia no início desta década, entre 2004 e 2008.

Gráfico 23. Número de desempregados registados (estrangeiros), por sexo, em Portugal, 2004 a 2014



O crescente desemprego de imigrantes que se verificou entre 2007 e 2012 é bastante mais notório, como seria de esperar, nos grupos etários predominantes entre a população imigrante, ou sejam, entre os grupos em idade ativa, assumindo maior expressão no grupo etário dos 35 e 54 anos de idade (Gráfico 24). Em 2012, ano em que se assinalou o maior número de imigrantes desempregados registados nos centros de emprego, este grupo representava 51,7% do total. Os jovens imigrantes (menos de 25 anos) revelam níveis de desemprego registado relativamente baixos e estáveis ao longo deste período, apenas comparáveis aos registados no grupo dos 55 e mais anos.

Gráfico 24. Número de desempregados registados (estrangeiros), por idade, em Portugal, 2004 a 2014

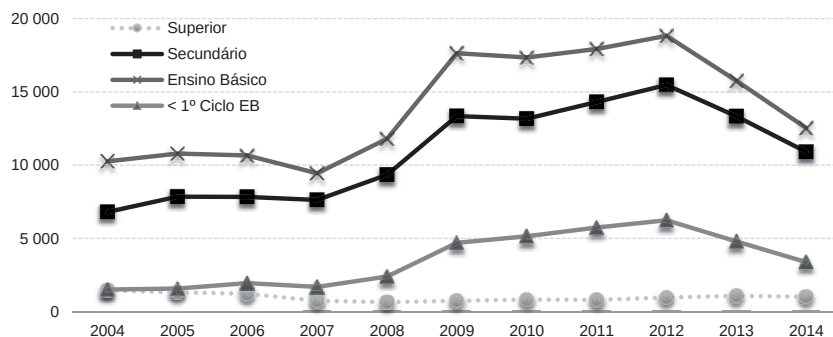


O volume e a evolução do desemprego registado de imigrantes, por nível de escolaridade, revelam, por um lado, a estrutura de qualificações típica desta população, em particular a dos nacionais de países terceiros, predominantes entre a comunidade de imigrantes em Portugal, e que se traduz numa significativa expressão dos níveis mais baixos de escolaridade e, por outro lado, a forma como o desemprego se relaciona com a educação, com níveis de desemprego normalmente mais elevados entre os menos escolarizados.

Como mostra o gráfico 25, o desemprego registado é, ao longo de toda a década, sempre mais elevado entre os imigrantes que têm, como nível mais elevado de educação, apenas o ensino básico (1.º, 2.º ou 3.º ciclos). Em 2012, estes representavam 45,3% do total de imigrantes

registados nos centros de emprego como desempregados. Face a 2007, o seu número tinha praticamente duplicado. Em contrapartida, o volume de desemprego registado é muito menor e relativamente estável entre os imigrantes com o ensino superior, o que indica não apenas a expressão bem mais reduzida deste grupo entre a comunidade de imigrantes em Portugal, como também uma inserção laboral de melhor qualidade e menos exposta ao desemprego.

Gráfico 25. Número de desempregados registados (estrangeiros), por nível de escolaridade, em Portugal, 2004 a 2014

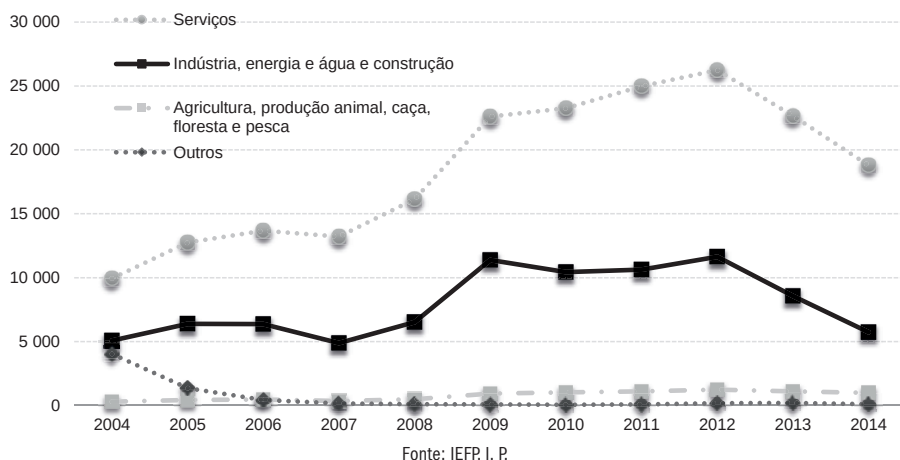


Fonte: IEFP, I. P. (cálculos dos autores)

É interessante notar a dimensão que o desemprego registado de imigrantes com ensino secundário assume em Portugal. De acordo com os dados dos Censos 2011, cerca de 28% da população estrangeira, dos 0 aos 65 e mais anos, residente no país, tinha como nível de educação mais elevado o ensino secundário ou pós-secundário não superior, uma percentagem que era, aliás, mais elevada do que a existia entre a população portuguesa (13,7%). As comunidades de imigrantes mais numerosas em Portugal, nomeadamente a brasileira, a ucraniana e a romena eram também, segundo estes dados, aquelas em que a expressão do ensino secundário era mais elevada – 35%, 40,5% e 33% – o que justificará, em grande medida, o comportamento que o desemprego registado de imigrantes com o ensino secundário revela ao longo deste período. Como vimos anteriormente, os brasileiros, os ucranianos e os romenos estão entre as nacionalidades mais representadas no número de estrangeiros inscritos nos centros de emprego e entre aqueles que registaram, neste período, maiores crescimentos de desemprego registado.

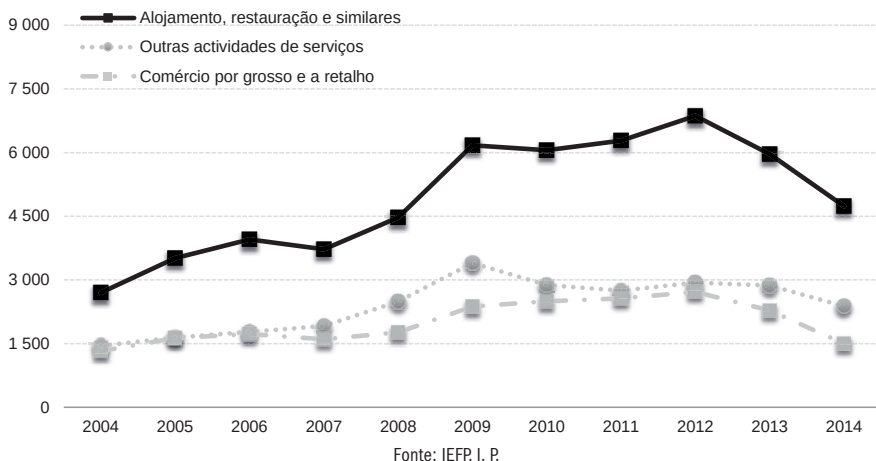
A composição do desemprego registado de imigrantes por grandes setores da atividade económica revela, conforme o gráfico 26, a elevada expressão dos serviços, seguidos da indústria e construção. Esta composição reflete, por um lado, o predomínio das atividades de restauração, comércio a retalho, serviços pessoais e construção que caracteriza a inserção laboral da população imigrante em Portugal e, por outro lado, a forma como estes setores foram particularmente afetados pela crise económica que se fez sentir no país a partir de 2008, com efeitos visíveis na redução rápida e intensa de mão de obra e na geração de desemprego proveniente destas atividades. Não apenas os serviços, a indústria e construção apresentam os mais elevados níveis de desemprego registado de estrangeiros, como também, entre 2007 e 2012, registam os maiores crescimentos. Comparativamente, o volume de desemprego registado de estrangeiros no setor primário manteve-se ao longo de todo o período baixo e praticamente estável.

Gráfico 26. Número de desempregados registados (estrangeiros), por setor de atividade económica, em Portugal, de 2004 a 2014



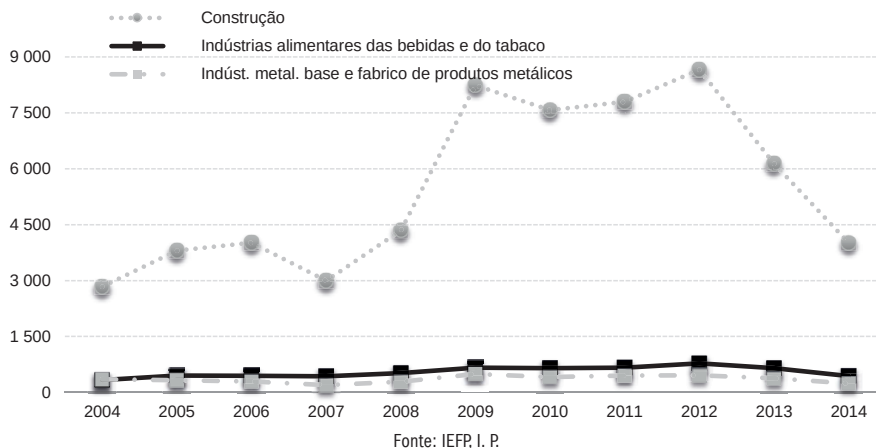
Desagregando o setor dos Serviços nas suas principais componentes (Gráfico 27) verifica-se a prevalência do subsector Alojamento, Restauração e similares ao longo dos anos, agravando-se, a partir de 2008, o fosso entre este e os restantes subsectores de Serviços.

Gráfico 27. Número de desempregados registados (estrangeiros), por setor de atividade económica nos Serviços, em Portugal, 2004 a 2014



A expressão do desemprego registado de imigrantes provenientes do setor da construção é claramente visível no gráfico 28. Em 2012, estavam 8.658 imigrantes, desempregados da construção civil, inscritos nos centros de emprego, um valor que era quase o triplo do que existia em 2007.

Gráfico 28. Número de desempregados registados (estrangeiros), por setor de atividade económica na Indústria e Construção, em Portugal, 2004 a 2014



Depois da construção, apenas as indústrias alimentar e da metalurgia assumiam alguma expressão no desemprego de imigrantes provenientes do setor secundário mas, ainda assim, a larga distância dos valores registados pela construção civil, e mantendo-se relativamente estável ao longo de todo o período em análise. Em 2012, o número de imigrantes desempregados da construção civil representava 74% do total de imigrantes desempregados do setor secundário e 22% do total de imigrantes desempregados inscritos nos centros de emprego. Depois de 2012, a tendência de redução é, no entanto, muito marcada, chegando-se a 2014 com um número de imigrantes desempregados da construção civil que é cerca de metade daquele que se registava em 2012.

Tabela 9. Desempregados registados (estrangeiros), por grupos profissionais, em Portugal, 2004 a 2013 (%)

Grupos Profissionais	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	3%	3%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Técnicos e Profissionais de nível intermédio	4%	4%	4%	4%	3%	3%	4%	3%	4%	4%
Pessoal Administrativo e Similares	8%	8%	8%	9%	8%	7%	7%	7%	6%	6%
Pessoal dos Serviços e Vendedores	19%	21%	22%	25%	23%	21%	23%	23%	23%	25%
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	1%	2%	2%	2%	2%	3%	3%	3%	3%	4%
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	22%	20%	19%	17%	20%	24%	23%	23%	23%	19%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	8%	8%	7%	7%	7%	6%	5%	5%	5%	4%
Trabalhadores não qualificados	34%	34%	34%	34%	33%	33%	33%	33%	34%	34%
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

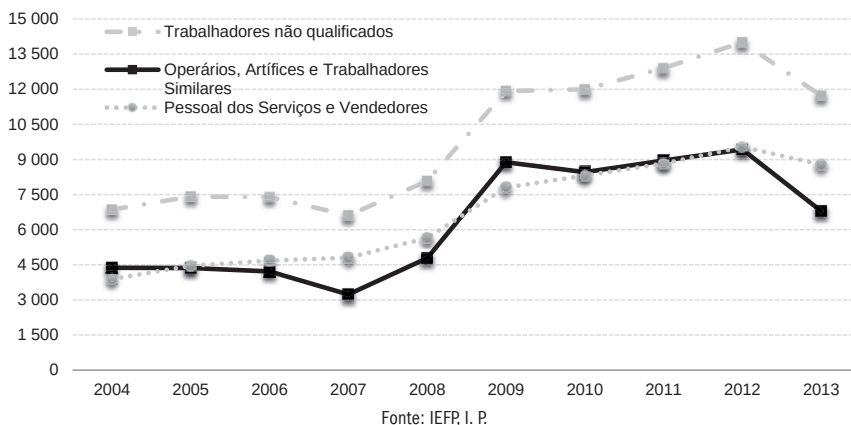
Fonte: IEFP, I. P. (cálculos dos autores)

A estrutura do desemprego registado de imigrantes por grupo profissional reflete, mais uma vez, as características do trabalho imigrante. Com uma forte expressão nestes setores, e nas profissões menos qualificadas, os maiores volumes de desemprego registado fazem-se sentir em três grupos

profissionais: trabalhadores não qualificados, pessoal de serviços e vendedores, e operários, artífices e trabalhadores similares. Estes três grupos profissionais concentravam, em 2014, 78% do total de imigrantes desempregados inscritos nos centros de emprego (Tabela 9).

Ao longo da última década, o desemprego registado de imigrantes nestes grupos profissionais (Gráfico 29) tem vindo assumir um volume bastante acentuado e um crescimento rápido, entre 2007 e 2012, em particular entre os trabalhadores não qualificados.

Gráfico 29. Número de desempregados registados (estrangeiros), pelos principais grupos profissionais, em Portugal, 2004 a 2013



Com uma significativa concentração da população estrangeira residente no distrito de Lisboa – segundo os dados do SEF, 44% do total de estrangeiros que residiam em Portugal em 2013 – é natural que o volume de desemprego registado de estrangeiros seja, de facto, bastante mais elevado na região de Lisboa (NUT II) do que em qualquer outra região do país, como se pode observar no gráfico 30. Por outro lado, é também em Lisboa que o aumento do desemprego registado foi mais acentuado, entre 2007 e 2012. Nas restantes regiões os níveis de desemprego registado, embora também aumentando neste período, revelam uma variação bastante menos pronunciada, em particular no Alentejo.

Gráfico 30. Número de desempregados registados (estrangeiros) pelas regiões NUT II do Continente, em Portugal, 2004 a 2014

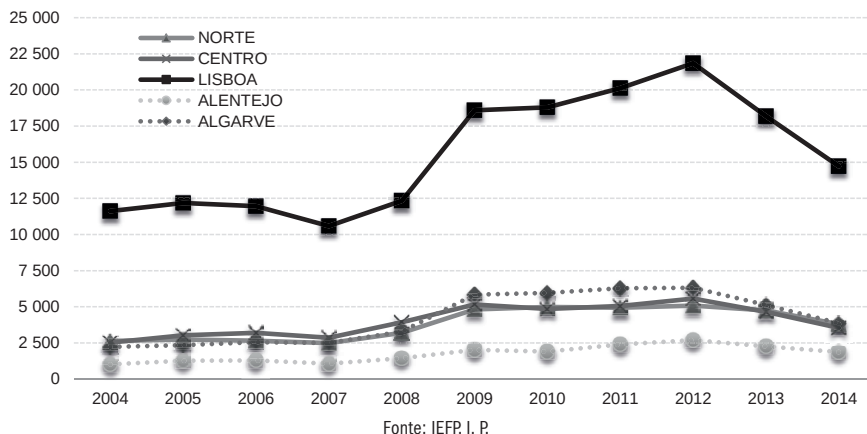


Tabela 10. Número de desempregados registados (estrangeiros) à procura do 1.º ou de novo emprego, em Portugal, 2004 a 2014

Ano	Desempregado 1.º emprego	Desempregado novo emprego	Total
2004	707	19 329	20 036
2005	668	20 902	21 570
2006	739	20 935	21 674
2007	921	18 590	19 511
2008	942	23 261	24 203
2009	1 449	34 993	36 442
2010	1 728	34 768	36 496
2011	1 996	36 807	38 803
2012	2 222	39 294	41 516
2013	2 441	32 527	34 968
2014	2 206	25 609	27 815

Fonte: IEFP, I. P.

A expressão do número de desempregados à procura de 1.º emprego, entre o total de estrangeiros desempregados registados nos centros de emprego, é, como se pode ver na tabela 10, muito baixa.

Com efeito, com uma inserção laboral relativamente fácil no mercado de trabalho português, grande parte dos imigrantes, em idade ativa, terão já tido anteriores experiências de trabalho, mais ou menos formais, pelo que quando em situação de desemprego e uma vez inscritos nos centros de emprego fazem parte da categoria de desempregados que procura novo emprego. Nomeadamente, em 2012, ano em que se registou o maior volume de desemprego registado de imigrantes da última década, 95% destes procuravam novo emprego.

A maioria dos imigrantes registados nos centros de emprego está em situação de desemprego há menos de um ano, como se pode verificar na tabela 11. Contudo, a partir de 2008, período em que o nível de desemprego se agrava, também o peso dos desempregados de longa duração – há um ano ou mais no desemprego – aumenta. Em 2008, era de 15,3%; em 2012, ano em que o volume de desemprego registado de imigrantes é o mais elevado da década, chega a 26,3%. Nos anos seguintes, e apesar da tendência de redução do desemprego registado de imigrantes, o peso do desemprego de longa duração aumenta – passou a 31,5% em 2013 e a 30,5% em 2014.

Tabela 11. Número de desempregados registados (estrangeiros), por duração do desemprego, 2004 a 2014

Ano	< 12 Meses	≥ 12 Meses (DLD)	% Desempregados de longa duração (DLD)	Total
2004	15 423	4 613	23,0%	20 036
2005	16 805	4 765	22,1%	21 570
2006	16 945	4 729	21,8%	21 674
2007	15 316	4 195	21,5%	19 511
2008	20 502	3 701	15,3%	24 203
2009	30 295	6 147	16,9%	36 442
2010	28 025	8 471	23,2%	36 496
2011	30 641	8 162	21,0%	38 803
2012	30 594	10 922	26,3%	41 516
2013	23 960	11 008	31,5%	34 968
2014	19 327	8 488	30,5%	27 815

Fonte: IEFP, I. P.

CAPÍTULO 3.

INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES E POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO EM PORTUGAL

1. AS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES

No estudo comparativo que avalia as políticas e medidas relativas à integração de imigrantes em 38 países - Índice de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEx 2015) - Portugal surge como o segundo melhor país analisado na vertente da integração dos imigrantes. Reconhece-se que, apesar do contexto de crise, Portugal continua a investir nas políticas de integração de imigrantes e a manter um consenso generalizado relativamente ao contributo positivo da população imigrante para a sociedade portuguesa (António e Policarpo 2012; MIPEx 2015).

As políticas públicas nacionais têm-se centrado na integração laboral dos imigrantes como forma de garantir a sua inserção na sociedade portuguesa, o que torna essencial a existência de um vínculo laboral. Como se viu, o desemprego é, em geral, mais elevado entre a população imigrante, o que a coloca numa posição de maior vulnerabilidade. O Estado tem assumido um conjunto de medidas de proteção social dos indivíduos em situação de desemprego que passam por aprovação de legislação própria, compensações financeiras (medidas passivas de emprego) e medidas que fomentem o emprego e promovam a (re)inserção dos desempregados no mercado de trabalho (medidas ativas de emprego).

Em março de 2015 foi aprovado em Conselho de Ministros o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (Resolução de Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março). Este plano assenta em cinco eixos prioritários: i) Eixo I – Políticas de integração de imigrantes; ii) Eixo II – Políticas de promoção da integração dos novos nacionais; iii) Eixo III – Políticas de coordenação dos fluxos migratórios; iv) Eixo IV – Políticas de reforço da legalidade migratória e

da qualidade dos serviços migratórios e v) Eixo V – Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes.

Os objetivos do primeiro eixo visam precisamente, e entre outras coisas, uma melhor articulação do trabalho de integração e capacitação dos imigrantes em Portugal com a política de emprego. Estão aqui inscritas medidas que pretendem atingir um melhor aproveitamento das competências dos imigrantes direcionando os recursos para medidas de educação, formação e capacitação dos imigrantes e seus descendentes. Como exemplo de concretização deste objetivo, uma das medidas passa pela promoção e conhecimento sobre o reconhecimento académico e profissional dos imigrantes (PEM 2015-2020, 2015). Esta será realizada não só pelo desenvolvimento de ações de sensibilização junto dos vários envolvidos, mas também pela atuação do Ministério da Educação e Ciência/Direção Geral do Ensino Superior na adequação e atualização da legislação sobre o reconhecimento de diplomas obtidos através de cursos de ensino superior de curta duração, conferidos por instituições de ensino superior estrangeiras bem como pela revisão da atual legislação, de forma a adequar a mesma aos novos cursos de ensino superior de curta duração, possibilitando o reconhecimento dos diplomas de igual natureza atribuídos pelas instituições de ensino superior estrangeiras, durante o período de vigência do presente plano (PEM 2015-2020, 2015).

Este plano apresenta ainda uma continuidade na importância atribuída ao empreendedorismo imigrante, apresentando também neste primeiro eixo uma medida cujo objetivo é aumentar o envolvimento dos imigrantes nos programas de incentivo à criação do próprio emprego através da sua capacitação e melhor utilização das linhas de financiamento existentes e às quais os imigrantes podem recorrer (PEM 2015-2020, 2015).

Várias estruturas e organizações estatais ou de financiamento público desempenham um papel importante na resposta aos problemas provocados pelo desemprego, mais concretamente pelo desemprego imigrante. A primeira das quais, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM)⁶, um instituto público que, entre as suas atribuições, se destaca *“promover e dinamizar o acolhimento, a integração, a*

⁶ Previamente designado Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI), criado em 2007.

participação e a formação profissional e cívica dos imigrantes e seus descendentes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos imigrantes que proporcionem uma resposta integrada dos serviços públicos, e de parcerias com a sociedade civil, as autarquias locais e as associações de imigrantes, tendo em vista a promoção da coesão e solidariedade social, do acesso à cidadania e o reforço das redes sociais de integração e participação pública”⁷.

Foram criados os CNAI (Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante) que integram num mesmo espaço diferentes serviços, instituições públicas e gabinetes de apoio que permitem aos imigrantes resolver numa única visita e num único espaço as várias questões relacionadas com a sua integração no país. Um dos gabinetes de apoio presentes nos CNAI (de Lisboa e Porto) é o Gabinete de Apoio ao Emprego (GAE) que “enquadrado nas competências de acolhimento e integração de cidadãos imigrantes” tem como objetivo “facilitar a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho”⁸. A sua ação é dirigida a cidadãos imigrantes que procuram emprego ou estágio, apoiando na procura ativa de emprego, dispondo para tal de uma base de dados de ofertas de emprego. O GAE tem assim duas linhas de atuação: uma mais direcionada ao empreendedorismo imigrante e outra à coordenação da Rede GIP (Gabinetes de Inserção Profissional) – Imigrante, que se trata de uma parceria entre o ACM e o IIEFP.

Os GIP são estruturas que, em cooperação com os Centros de Emprego, apoiam os jovens e adultos desempregados a criar formas de (re)inserção no mercado de trabalho, seja através de prestação de informação profissional, seja através do apoio na procura ativa de emprego ou apoiando na procura de cursos de formação, inseridos num plano de formação definido. De acordo com a informação que consta na página web do ACM, os serviços disponibilizados pelo GIP passam por: “*divulgação e encaminhamento para ofertas de emprego e qualificação*”; “*atividades de colocação*”; “*divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao empreendedorismo, emprego e formação*”; “*divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu*”; “*motivação e apoio à participação em*

⁷ Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de Fevereiro.

⁸ <http://www.acm.gov.pt/-/cna-lisboa>

ocupações temporárias ou atividades em regime de voluntariado”; e “controle de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de emprego”⁹.

O GAE criou o Núcleo de Apoio ao Empreendedorismo (NAE) que, como o nome indica, pretende ser um incentivo à criação de autoemprego por parte dos cidadãos imigrantes e dispõe de um serviço que acompanha as iniciativas empresariais, prestando informações relativas aos vários momentos na criação de empresas. O apoio especializado a empreendedores é destinado a cidadãos migrantes que já tenham um negócio criado ou ainda apenas uma ideia de negócio, independentemente do valor do investimento e da sua complexidade.

Com o objetivo de apoiar cidadãos imigrantes na estruturação e implementação de uma ideia de negócio, em 2009, foi criado o PEI (Projeto de Promoção do Empreendedorismo Imigrante). Este programa pretende fomentar o empreendedorismo sobretudo junto de comunidades imigrantes que residem em bairros de maior vulnerabilidade. Os participantes deste projeto têm acesso a um curso de apoio à criação de negócios, consultoria, *workshops* ou outros eventos realizados no âmbito do apoio ao empreendedorismo imigrante. Já em 2015, surge o PEPEI (Projeto de Empreendedorismo para Estudantes Internacionais com objetivos semelhantes ao PEI, sendo dirigido a estudantes internacionais para que estes possam ter interesse em fixar-se em Portugal e aqui explorar a possibilidade de dinamizar um negócio).

A par das iniciativas de apoio ao empreendedorismo realizadas através dos CNAI ou através de projetos de parcerias com outras instituições, como associações de imigrantes, ONG ou municípios, em 2015 o ACM criou também um novo gabinete - Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante (GAEM) - que visa reforçar as valências já existentes, gerindo diversas iniciativas de apoio ao empreendedor migrante (imigrante e emigrante). Assim, este gabinete tem como destinatário “qualquer migrante que tenha uma ideia de negócio e que solicite apoio para a sua estruturação, implementação ou gestão, independentemente da sua complexidade ou valor do investimento financeiro”. O GAEM coordena o apoio especializado a empreendedores, o Projeto de Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI), o Projeto de Empreende-

⁹ <http://www.acm.gov.pt/-/o-que-sao-os-gabinetes-de-insercao-profissional>

dorismo para Estudantes Internacionais (PEPEI), o concurso VEM – Valorização do Empreendedorismo Migrante (destinado a emigrantes) e outras iniciativas complementares à sua atividade, como *workshops*, encontros de empreendedores, etc..

Nos CNAI foi ainda criado o Gabinete de Apoio à Qualificação (GAQ) que resulta de uma parceria entre o ACM e a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ, IP). Este gabinete tem como objetivo aconselhar e encaminhar os cidadãos imigrantes para processos de qualificação que melhor se adaptem ao seu perfil. Assim, o GAQ poderá prestar informação sobre “equivalência e reconhecimento de habilitações superiores, articulando com e encaminhando para os serviços competentes neste processo” ou sobre outras formas de formação, como por exemplo, cursos, *workshops*, seminários, etc., articulando com o GAE do CNAI.

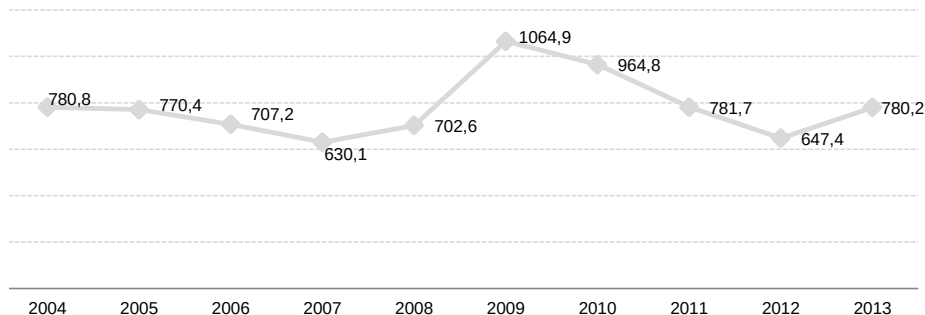
2. AS POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO

O agravamento das condições do mercado de trabalho em Portugal, particularmente nos últimos anos, tem vindo a refletir-se na forte intervenção pública no mercado de trabalho, contemplando esta, os serviços públicos de emprego, as medidas ativas de emprego e a assistência financeira em caso de desemprego ou reforma antecipada.

Neste contexto, também a diversidade de medidas ativas de emprego disponíveis e em implementação tem sido evidente. Procura dar-se resposta ao aumento do número de desempregados, às alterações recentes das suas características e às crescentes dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho. As medidas ativas de emprego, incluem para além da formação, os incentivos ao emprego, o emprego apoiado e a reabilitação profissional, a criação direta de emprego e os incentivos à criação de empresas.

A evolução da despesa em medidas ativas de emprego, na última década, tem oscilado consideravelmente (Gráfico 31). Com um decréscimo até 2007, aumentou a partir de 2008, em consequência do agravamento do desemprego, atingindo em 2009, o seu valor mais elevado. De 2009 a 2012, decresceu, no entanto, para valores próximos de 2007. Em 2013, voltou a aumentar.

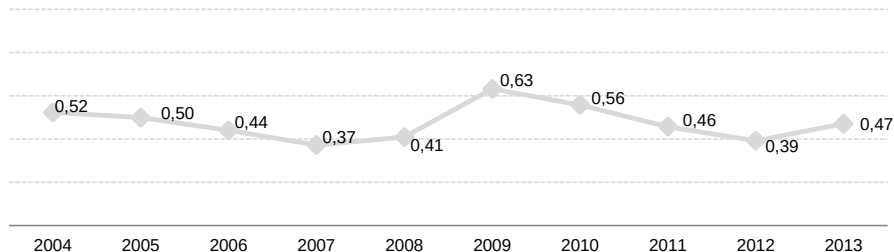
Gráfico 31. Despesa em medidas ativas de emprego (milhões de euros) em Portugal, de 2004 a 2013



Fonte: Eurostat; dados da European Commission - Directorate general for employment, social affairs and inclusion (DG EMPL);
última atualização: 19-05-2015; dados extraídos em 29-06-2015

A despesa em medidas ativas de emprego, em percentagem do PIB, tem vindo a refletir também o comportamento muito oscilante, neste período, da despesa expressa em milhões de euros (Gráfico 32). Em 2013, a despesa em medidas ativas de emprego representava, em Portugal, cerca de 0,5% do PIB.

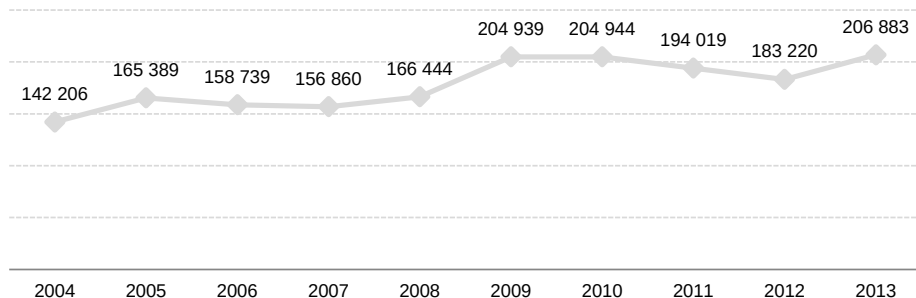
Gráfico 32. Despesa em medidas ativas de emprego (% PIB) em Portugal, de 2004 a 2013



Fonte: Eurostat; dados da European Commission - Directorate general for employment, social affairs and inclusion (DG EMPL);
última atualização: 19-05-2015; dados extraídos em 29-06-2015

Esta evolução reflete-se no número de participantes (Gráfico 33). Em 2013, participavam em medidas ativas de emprego cerca de 206 mil indivíduos, um valor semelhante ao registado em 2009, embora com um valor de despesa menor (de 5196 euros/participante em 2009 para 3770 euros/participante em 2013).

Gráfico 33. Participantes em medidas ativas de emprego (stock) em Portugal, de 2004 a 2013



Fonte: Eurostat; dados da European Commission - Directorate general for employment, social affairs and inclusion (DG EMPL); última atualização: 19-05-2015; dados extraídos em 29-06-2015

As medidas ativas mais participadas são geralmente a formação e os incentivos ao emprego - ambas representavam, em 2013, cerca de 79% do total de participantes em medidas ativas de emprego (Tabela 12) - registando também os montantes de despesa mais elevados. Em 2013, 18% dos participantes em medidas ativas de emprego em Portugal beneficiaram de incentivos à criação de emprego e de empresas, sendo que grande parte diz respeito a incentivos à criação do próprio emprego, a terceira medida mais participada.

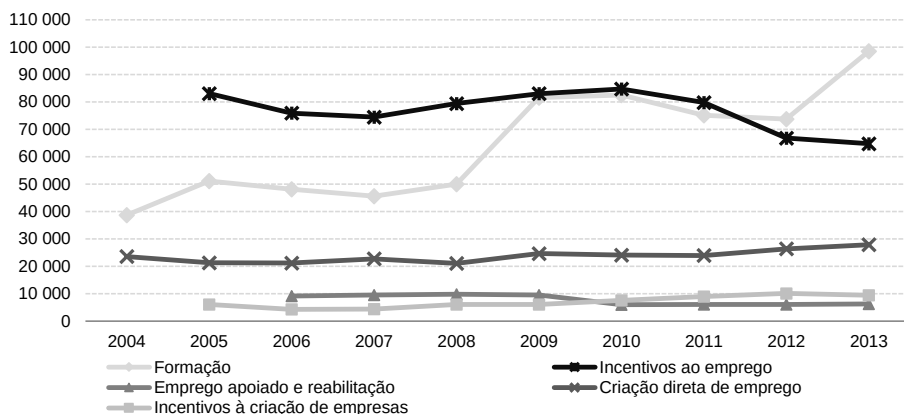
Tabela 12. Participantes em medidas ativas de emprego (stock), por tipo de medida, em Portugal, de 2004 a 2013

Medidas	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Formação	38.710	51.102	48.162	45.665	49.999	81.571	82.547	75.177	73.785	98.536
Incentivos ao emprego	-	83.074	75.936	74.487	79.430	83.035	84.745	79.813	66.815	64.778
Emprego apoiado e reabilitação	-	-	9.133	9.553	9.827	9.574	6.010	6.071	6.103	6.260
Criação direta de emprego	23.568	21.278	21.209	22.744	21.078	24.652	24.087	23.958	26.381	27.891
Incentivos à criação de empresas	-	6.120	4.299	4.411	6.110	6.107	7.555	9.000	10.136	9.418

Fonte: Eurostat; dados da European Commission - Directorate general for employment, social affairs and inclusion (DG EMPL); última atualização: 19-05-2015; dados extraídos em 29-06-2015

A evolução do número de participantes, por medida, nos últimos dez anos (2004 a 2013) mostra variações muito diferentes (Gráfico 34). As medidas de emprego apoiado e reabilitação, incentivos à criação de empresas e incentivos à criação direta de emprego têm mostrado volumes de participação constantes e menos expressivos. As medidas mais participadas – formação e incentivos ao emprego (apoios à contratação) – revelam, no entanto, dinâmicas distintas. Na formação registou-se um aumento significativo do número de participantes, sobretudo a partir de 2008, atingindo o valor mais elevado em 2013. Nos incentivos ao emprego, a tendência de estabilidade que se registou até 2010, deu lugar a uma tendência de decréscimo do número de participantes a partir desse ano e até 2013.

Gráfico 34. Participantes em medidas ativas de emprego (stock), por tipo de medida, em Portugal, de 2004 a 2013



Fonte: Eurostat; dados da European Commission - Directorate general for employment, social affairs and inclusion (DG EMPL); última atualização: 19-05-2015; dados extraídos em 29-06-2015

3. A PARTICIPAÇÃO DOS NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS (NPT) EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO: EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS

A evolução do número de abrangidos em medidas ativas de emprego, ao longo da última década, e de acordo com os dados do IEFP I.P. (Tabela 13), mostra um aumento muito significativo da participação. Em 2014, estavam abrangidos em medidas de promoção do emprego,

formação profissional e reabilitação profissional, 765.959 indivíduos, um valor que mais do que duplica aquele que se registava em 2005.

Tabela 13. Número de abrangidos em medidas ativas de emprego, total e nacionais de países terceiros (NPT), em Portugal, 2005 a 2014

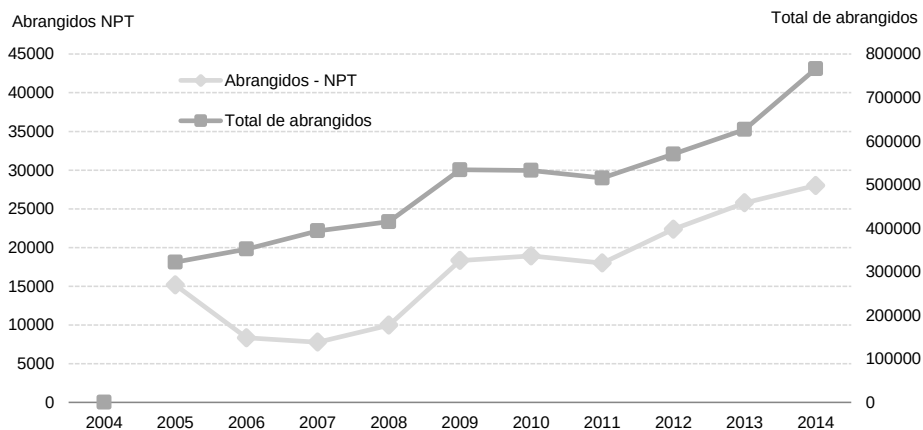
Ano	Total de abrangidos	Abrangidos - NPT
2005	322077	15162
2006	352167	8340
2007	394043	7777
2008	414752	9966
2009	534215	18328
2010	532657	18918
2011	515254	18006
2012	570244	22369
2013	626599	25767
2014	765969	28019

Fonte: IEFP, I.P. Valores acumulados a 31 de dezembro de cada ano. Dados não disponíveis para 2004

A evolução da participação dos estrangeiros nacionais de países terceiros (NPT) neste tipo de medidas revela também um aumento expressivo. Com 28.019 indivíduos em 2014, o número de NPT abrangidos em medidas ativas promovidas pelo serviço público de emprego em Portugal representava, face a 2005, um crescimento de 85%. Os NPT têm vindo a representar, desde 2009, cerca de 3,5% a 4% do total de abrangidos em medidas ativas de emprego em Portugal.

É sobretudo a partir de 2008 que este aumento é mais significativo, o que coincide com o agravamento do desemprego também entre a população imigrante. Em 2014, 85% dos NPT abrangidos em medidas ativas de emprego estavam desempregados. Nesse ano, a proporção de desempregados no total de abrangidos em medidas ativas de emprego era de 73,6%. Como se pode observar no gráfico 35, a participação em medidas ativas de emprego tem evoluído, ao longo desta última década, de forma muito semelhante entre o total de abrangidos e os nacionais de países terceiros inscritos nos serviços de emprego, apesar da discrepância evidente no volume.

Gráfico 35. Número de abrangidos em medidas ativas de emprego, total e nacionais de países terceiros (NPT), em Portugal, 2005 a 2014



Fonte: IEFP, I.P. Valores acumulados a 31 de dezembro de cada ano. Dados não disponíveis para 2004.

Quase metade dos participantes NPT em medidas ativas de emprego, em 2014, é oriunda dos PALOP, como se pode observar na tabela 14, seguidos dos imigrantes brasileiros (29%) e nacionais de países extracomunitários da Europa de Leste (15%). Esta distribuição reflete sobretudo a expressão das nacionalidades dos desempregados estrangeiros inscritos nos centros de emprego, como se viu anteriormente.

Tabela 14. Número de abrangidos em medidas ativas de emprego, nacionais de países terceiros (NPT) por região de origem, em Portugal, 2014

Nacionais de Países Terceiros	Abrangidos NPT	
	N	%
PALOP	13521	48%
Brasil	8112	29%
Países da Europa de Leste	4107	15%
Ásia meridional	242	1%
Outros	2024	7%
Total	28019	100%

Fonte: IEFP, I.P. Valores acumulados a 31 de dezembro de 2014

Entre as 10 nacionalidades mais representadas no conjunto dos NPT que participava, em 2014, em medidas ativas de emprego em Portugal – abrangendo 92,5% destes – temos, depois dos imigrantes brasileiros, os cabo-verdianos, os angolanos, os da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe e de Moçambique como nacionalidades mais expressivas dos PALOP (tabela 15). Relativamente aos NPT vindos dos países da Europa de Leste, não pertencentes à UE28, são os ucranianos que mais participavam em medidas ativas de emprego nesse ano.

Tabela 15. As 10 principais nacionalidades de acordo com o número de abrangidos em medidas ativas de emprego, nacionais de países terceiros (NPT), em Portugal, 2014

Nacionalidade	Abrangidos NPT		
	N	%	% acumulada
Brasil	8112	29,00%	29,00%
Cabo Verde	4871	17,40%	46,30%
Angola	3589	12,80%	59,10%
Ucrânia	3012	10,70%	69,90%
Guiné-Bissau	2763	9,90%	79,80%
São Tomé e Príncipe	1760	6,30%	86,00%
Moldávia	521	1,90%	87,90%
Outro	517	1,80%	89,70%
Moçambique	394	1,40%	91,10%
Rússia	385	1,40%	92,50%

Fonte: IEFPI, I.P. Valores acumulados a 31 de dezembro de 2014. Percentagens calculadas sobre o total de abrangidos NPT em medidas ativas de emprego (28019)

Neste três grupos de NPT abrangidos por medidas ativas de emprego - oriundos dos PALOP, brasileiros e nacionais de países da Europa de Leste – há, contudo, diferenças que refletem, em boa parte, as características sociodemográficas destas comunidades em Portugal. A participação das mulheres é superior à dos homens entre os brasileiros (67% face a 58%), contrariamente ao que se passa nos imigrantes dos PALOP (em que os homens representam 57% dos abrangidos em medidas ativas de emprego). No caso dos imigrantes de Leste, a participação entre homens e mulheres está equiparada. Por outro lado, os brasileiros e os dos países de Leste são também os mais qualificados – 52% destes têm o ensino secundário –

comparativamente aos dos PALOP em que 62% tinham o 9.º ano ou menos, como nível mais elevado de escolaridade.

Comparando a participação dos NPT pelas três áreas de intervenção das medidas ativas de emprego, operacionalizadas pelos serviços públicos de emprego – emprego, formação profissional e reabilitação profissional – com a participação do total de abrangidos (tabela 16), podemos constatar, mais uma vez, a preponderância das medidas de formação no contexto da ativação para o mercado de trabalho. Elas representavam, em 2014, 70% do total de abrangidos em medidas ativas de emprego e 85% dos estrangeiros, com nacionalidade de países terceiros, abrangidos. A área menos participada, em ambos os casos, é a reabilitação profissional, dada a natureza das medidas envolvidas, especificamente dirigidas a quem tem especiais dificuldades de integração socioprofissional resultantes de algum tipo de deficiência ou incapacidade.

Tabela 16. Número de abrangidos em medidas ativas de emprego, total e nacionais de países terceiros (NPT), por área de intervenção, em Portugal, 2014

Área de intervenção	Total de abrangidos		Abrangidos NPT	
	N	%	N	%
Emprego	206805	27,00%	4047	14,40%
Formação profissional	535534	69,90%	23875	85,20%
Reabilitação profissional	23630	3,10%	97	0,30%
Total	765969*	100,00%	28019	100%

Fonte: IEFP, I.P. Valores acumulados a 31 de dezembro de 2014. * Total de abrangidos IEFP + CGP, incluindo "Outros apoios para a promoção do emprego – Programa Vida – Emprego", "Outras Atividades – CGP", "Ações em cooperação com outras entidades" e "Organismo intermédio – Reabilitação".

Embora com um padrão de participação muito semelhante, é de salientar que, a par do maior peso da participação em medidas de formação profissional entre os NPT, a participação em medidas e programas de incentivo ao emprego é bastante inferior (14,4% entre os NPT face a 27% para o total de abrangidos).

Prosseguindo esta análise, por área de intervenção, mas agora com maior detalhe na participação por tipo de medida (Tabela 17), podemos verificar que, enquanto na formação profissional o predomínio da participação em medidas de qualificação de adultos é comum entre os NPT e a generalidade dos abrangidos, as maiores diferenças dizem respeito à participação em medidas de emprego, nomeadamente nas que visam facilitar a inserção profissional: muito menor em “estágios” (Estágios Emprego e Estágios Profissionais – Port. 92/2011) entre os NPT do que no conjunto dos abrangidos (16,3% face a 34,2%); mas muito mais expressiva em medidas que promovem a inserção através do “trabalho socialmente necessário”, abrangendo estas, em 2014, metade dos NPT que participavam em medidas e programas de emprego. Neste caso estão contempladas as várias modalidades da medida de “Contratos de Emprego Inserção” (CEI, CEI+ e CEI Património), ainda que a participação de NPT na primeira destas modalidades seja bastante mais expressiva do que nas outras.

Tabela 17. Número de abrangidos em medidas ativas de emprego, total e nacionais de países terceiros (NPT), por área de intervenção e tipo de medida, em Portugal, 2014

Área de intervenção	Tipo de medida	Total de abrangidos		Abrangidos NPT	
		N	%	N	%
Emprego	Inserção Profissional	70498	34,2	661	16,3
	Apoios à Contratação (ajustamentos e colocação)	56856	27,6	1299	32,1
	Apoio à criação de emprego e empresas	3147	1,5	42	1
	Inserção Profissional - Trabalho Socialmente Necessário	75403	36,6	2045	50,5
	Total*	205904	100	4047	100
Formação profissional	Qualificação de Jovens	43810	8,8	3216	13,5
	Qualificação de Adultos	450064	90,8	20654	86,5
	Formação de Formadores	1713	0,3	5	0
	Total**	495587	100	23875	100
Reabilitação profissional	Diagnóstico, Orientação e Formação	4924	41,8	22	22,7
	Apoio à Inserção e Colocação	6317	53,7	71	73,2
	Emprego Protegido	527	4,5	4	4,1
	Total***	11768	100	97	100

Fonte: IEFPI, I.P. Valores acumulados a 31 de dezembro de 2014. * Não inclui “Outros apoios para a promoção do emprego – Programa Vida – Emprego” (901 abrangidos); ** Não inclui “Outras Atividades – CGP” (6897 abrangidos) e “Ações em cooperação com outras entidades” (33050 abrangidos); *** Não inclui “Organismo intermédio – Reabilitação” (11862 abrangidos)

É interessante notar o peso muito residual, para ambos os grupos, da participação em medidas de “apoio à criação de emprego e empresas” (1,5% para o conjunto dos abrangidos e 1% para os NPT), apesar da importância que tem vindo a ser dada ao estímulo ao empreendedorismo, e neste sentido também ao empreendedorismo imigrante, no combate ao desemprego.

Tendo como referência as 10 medidas ativas de emprego mais participadas, pelos NPT e na globalidade dos abrangidos, em 2014, conforme mostram a tabela 18 e a tabela 19, podemos verificar que estas concentram entre 88% a 94% dos abrangidos, apesar da enorme diversidade de medidas disponíveis. No caso dos NPT, a concentração da participação é ainda maior (94% dos abrangidos em 10 medidas) do que na globalidade dos abrangidos. No Anexo 1 constam todas medidas ativas de emprego – perto de 40 – que em dezembro de 2014 (valores acumulados) tinham registos de participação de NPT. Uma breve apresentação destas medidas é feita na Tabela 21 apresentado no final deste capítulo. Elas referem-se essencialmente a duas áreas de intervenção – emprego e formação profissional – e, em particular, a três tipos de medidas: qualificação de adultos e de jovens, apoios à contratação e inserção profissional.

Tabela 18. As 10 principais medidas ativas de emprego de acordo com o número de abrangidos nacionais de países terceiros (NPT), em Portugal, 2014

Medida	Abrangidos NPT		
	N	%	% acumulada
Vida Ativa - Emprego Qualificado - Gestão Direta + Entidades Externas	13681	48,80%	48,80%
Aprendizagem - Entidades Externas + Gestão Direta	2920	10,40%	59,20%
Cursos EF Adultos	2386	8,50%	67,80%
Formação Modular - Ativos empregados	1794	6,40%	74,20%
Português para Todos	1680	6,00%	80,20%
Contrato Emprego Inserção	1318	4,70%	84,90%
Formação para a Inclusão	754	2,70%	87,60%
Estímulo	629	2,20%	89,80%
Estágios Emprego	587	2,10%	91,90%
Apoio à Contratação via Reembolso da TSU	517	1,80%	93,70%

Fonte: IEFP, I.P. Valores acumulados a 31 de dezembro de 2014. Percentagens calculadas sobre o total de abrangidos NPT em medidas ativas de emprego (28019)

Tabela 19. As 10 principais medidas ativas de emprego de acordo com o número total de abrangidos, em Portugal, 2014

Medida	Total de abrangidos		
	N	%	% acumulada
Vida Ativa – Emprego Qualificado – Gestão Direta + Entidades Externas	306814	40,10%	40,10%
Formação Modular – Ativos Empregados	81994	10,70%	50,80%
Estágios Emprego	70410	9,20%	60,00%
Contrato Emprego Inserção	49190	6,40%	66,40%
Cursos EF para Adultos	48830	6,40%	72,70%
Cursos de Aprendizagem – Gestão Direta + Entidades Externas	38910	5,10%	77,80%
Estímulo	35283	4,60%	82,40%
Apoio à Contratação via Reembolso da TSU	21534	2,80%	85,20%
Contrato Emprego Inserção+	13995	1,80%	87,10%
Formação para a Inclusão	9277	1,20%	88,30%

Fonte: IEFP, I.P. Valores acumulados a 31 de dezembro de 2014. Percentagens calculadas sobre o total de abrangidos em medidas ativas de emprego (765.969)

No âmbito da formação profissional e da preponderância que esta tem vindo a assumir na promoção da empregabilidade, a qualificação de adultos e, em particular, a medida Vida Ativa, representam uma parcela muito significativa das atuais medidas de ativação para o mercado de trabalho. O número, muito elevado, de participantes na medida Vida Ativa representava, no total, 40% dos abrangidos, sendo que, no caso dos NPT, abrangia cerca de 49% destes.

A medida Vida Ativa começou a ser operacionalizada nos centros de emprego e formação profissional em 2012, no âmbito da formação modular. Com um volume de desempregados muito elevado, a portaria 203/2013 de 17 de junho veio permitir o alargamento desta modalidade às Entidades Formadoras.

A Vida Ativa configura uma resposta de qualificação para os desempregados, jovens ou adultos, subsidiados ou não, e independentemente das suas habilitações escolares. No prazo máximo

de 3 meses, os desempregados registados nos centros de emprego são convocados para se proceder ao ajustamento entre os seus Planos Pessoais de Emprego (PPE) e as necessidades individuais de qualificação. São depois encaminhados para ações de formação de curta duração que permitam a aquisição de competências relevantes (através de 25 a 300 horas de formação modular certificada, podendo esta ser complementada com 3 a 6 meses de formação prática em contexto de trabalho) ou para processos de valorização de competências já detidas (através de processos de RVCC profissional e, complementarmente escolar).

Visa integrar os desempregados de forma mais célere em percursos de formação modular ou em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, nas vertentes profissional e de dupla certificação, tendo em vista a sua qualificação ou reconversão profissional, particularmente para setores de bens ou serviços transacionáveis. Esta medida assume-se como uma solução formativa de curta duração, desenhada para ser desenvolvida no período de desemprego e em estreita ligação com os planos pessoais de emprego e as necessidades de melhoria da empregabilidade. Não sendo especificamente dirigida para imigrantes desempregados representa também neste grupo uma resposta massiva.

Na verdade, no caso dos NPT, a expressão que assume a participação em medidas de formação profissional é ainda mais notória do que para o conjunto dos abrangidos. As cinco medidas mais participadas, e abrangendo 80% do total dos NPT envolvidos em medidas ativas de emprego, são todas elas de formação profissional, incluindo para além da qualificação de adultos – a medida Vida Ativa, os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e a Formação Modular dirigida a Ativos Empregados – os Cursos de Aprendizagem dirigidos aos jovens e o programa Português para Todos, com níveis de participação também significativos.

No âmbito da qualificação de adultos, cerca de 63% tinham idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, sendo que o peso daqueles com mais de 45 anos era também considerável (25%). O número de mulheres abrangidas era ligeiramente superior ao dos homens, representando 52% dos NPT abrangidos, sobretudo na medida Vida Ativa. O nível de escolaridade

predominante entre os NPT abrangidos era o secundário, seguido pela escolaridade ao nível do 9.º ano, embora com diferenças significativas entre medidas. Os participantes na Formação Modular dirigida a ativos empregados eram os mais qualificados – com mais de 50% com o ensino secundário e cerca de 25% com o 9.º ano de escolaridade.

Os NPT que participavam na medida Vida Ativa revelam também um padrão de escolaridade próximo deste. Já os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), tipicamente dirigidos a adultos de baixa escolaridade, revelam um peso elevado da escolaridade até ao 2.º ciclo do básico. As características dos participantes NPT em Formação para a Inclusão e no programa Português para Todos, este constituído por cursos de português para falantes de outras línguas especificamente dirigidos a estrangeiros são, no entanto, as mais diferenciadas: mais homens do que mulheres e menos qualificados – no primeiro caso, com 74% destes sem escolaridade; no segundo caso, com 35% com uma escolaridade igual ou inferior ao 1.º ciclo do básico.

No âmbito da formação de jovens, os Cursos de Aprendizagem, promovidos pelo IEFP, têm vindo constituir uma resposta de formação ao nível do ensino secundário com uma marcada orientação para a qualificação profissional e uma forte componente de formação em contexto de trabalho. São, em muitos casos, uma alternativa a percursos de insucesso e de abandono escolar. De acordo com os dados do IEFP, os 2920 NPT que participavam, em 2014, nestes cursos – representando 7,5% dos total de formandos em cursos de aprendizagem – eram, na sua quase totalidade, jovens até aos 24 anos de idade, com uma escolaridade até ao 9.º ano, à data de entrada nos cursos, e constituído, em mais de 60%, por jovens do sexo masculino, um perfil de participantes que, aliás, caracteriza, na generalidade, os Cursos de Aprendizagem.

De uma forma geral, as características dos NPT que, em 2014, participavam em medidas de formação profissional não se distinguem particularmente das do total de abrangidos nestas medidas. Elas são mais o resultado da especificidade das medidas, dos seus objetivos e destinatários, do que das características próprias deste grupo. É, aliás, isso que se conclui se

compararmos os dois grupos de abrangidos em medidas ativas de emprego, no seu conjunto, conforme se apresenta no quadro seguinte.

Tabela 20. Distribuição dos abrangidos em medidas ativas de emprego (%), total e nacionais de países terceiros (NPT), por sexo, grupo etário, nível de escolaridade e situação face ao emprego à entrada, em Portugal, 2014

		Total de abrangidos (%)	Abrangidos NPT (%)
Sexo	Masculino	45%	49%
	Feminino	55%	51%
Grupo etário	Até 20 anos	5%	5%
	20-24 anos	16%	17%
	25-34 anos	27%	29%
	35-44 anos	24%	27%
	45-49 anos	11%	10%
	50 ou + anos	18%	14%
Nível de escolaridade	Nenhum	2%	6%
	Até 4 anos	10%	8%
	Até 6 anos	13%	12%
	Até 9 anos	30%	31%
	Até 12 ou 13 anos	28%	39%
	Ensino superior	18%	4%
Situação face ao emprego à entrada	Empregado	19%	13%
	Desempregado	79%	85%
	Procura 1.º Emprego	40%	34%
	Procura Novo Emprego	60%	66%
	Outros	2%	2%

Fonte: IEFP, I.P. Valores acumulados a 31 de dezembro de 2014. Os dados referem-se a 716021 abrangidos, de acordo com a informação recolhida das aplicações informáticas, incluindo IEFP I. P. e CGP, o que representa 93,5% do total de abrangidos em medidas ativas de emprego

Há apenas ligeiras diferenças que poderão ser realçadas: a participação mais equilibrada entre homens e mulheres, no caso dos NPT, o que refletirá a incidência recente do desemprego em ambos os grupos; a menor expressão da participação entre os que têm mais de 50 anos de

idade, o que resultará da própria composição etária deste grupo, menos numeroso nos escalões etários mais elevados; a significativa expressão dos abrangidos com uma escolaridade ao nível do secundário – 39% – face aos 28% no total de abrangidos, espelhando a estrutura de qualificações mais elevada, sobretudo de algumas das mais numerosas comunidades de imigrantes em Portugal, como os brasileiros e os nacionais de países da Europa de Leste, extracomunitários, e que têm sido, nos últimos anos, fortemente afetados pelo desemprego; e finalmente o peso mais elevado dos NPT que se encontravam em situação de desemprego, nomeadamente à procura de novo emprego, explicável não apenas pela intensificação do desemprego de imigrantes mas certamente também pelo seu menor acesso a formação contínua ou a outras medidas de apoio dirigidas a ativos empregados.

Contudo, nas medidas e programas de incentivo ao emprego, nos quais seria expectável uma maior participação dos imigrantes desempregados, mais condizente com o objetivo de “imigrar para trabalhar” e com as suas próprias expectativas de permanência no país de acolhimento, não apenas a participação é bastante inferior à da totalidade dos abrangidos, como também é diferenciada. Estas medidas abrangiam, em 2014, apenas 14% dos NPT enquanto, no conjunto, representavam 27% do total de abrangidos em medidas ativas de emprego. A inserção profissional via prestação de trabalho socialmente necessário e especificamente a medida Contratos Emprego Inserção era, ainda assim, a mais representada, com 1318 NPT envolvidos, cerca de 5% do total de NPT abrangidos em medidas ativas de emprego. A participação noutras medidas importantes do ponto de vista de uma (re)inserção no mercado de trabalho mais rápida quer através de estágios profissionais, quer dos apoios à contratação, nomeadamente - os Estágios Emprego, a medida Estímulo Emprego e o Apoio à Contratação via Reembolso da TSU – embora constem da lista das 10 medidas mais participadas pelos NPT, envolviam, no seu conjunto, apenas 1733 NPT em 2014, cerca de 6% do total de NPT abrangidos em medidas ativas de emprego. Já no universo dos abrangidos, no mesmo ano, estas representavam 16,6% dos participantes em medidas ativas de emprego.

De uma forma geral, os NPT abrangidos por medidas e programas de incentivo ao emprego são, comparativamente àqueles que participam em medidas de formação profissional, mais

as mulheres (59%) e mais velhos – 30% têm 45 anos ou mais anos. O peso dos mais velhos é sobretudo evidente entre aqueles que participaram em medidas que promovem a inserção profissional, através do trabalho socialmente útil – neste caso, os que têm 45 ou mais anos representam 46% do total de abrangidos.

Com efeito, os Contratos Emprego Inserção aqui contemplados consistem na realização, durante um período máximo de 12 meses, de atividades consideradas socialmente úteis. Não sendo uma medida especificamente dirigida a imigrantes desempregados, os Contratos Emprego Inserção no âmbito do trabalho socialmente útil são a medida com maior expressão entre os NPT abrangidos por programas de promoção do emprego. Dos 1318 abrangidos, 61% são mulheres e a maioria tem baixa escolaridade: 70% tem o 9.º ano ou menos.

Os Contratos Emprego Inserção são genericamente dirigidos para desempregados subsidiados, beneficiários de rendimento social de inserção e outros desempregados inscritos, não beneficiários de prestações sociais, visando mais do que uma inserção estável e duradoura, um contacto temporário e frequente com o mundo do trabalho, que evite a erosão progressiva de competências socioprofissionais e o risco de isolamento e de desmotivação que tipicamente ocorrem em períodos longos de desemprego. Simultaneamente permitem, ao serviço público de emprego, vir a dispor de parte desta reserva de mão de obra não empregada para dar resposta a necessidades sociais e coletivas a nível local e regional.

Relativamente aos apoios à contratação, a medida Estímulo Emprego é a segunda medida de emprego mais participada pelos NPT, mas apenas com 629 abrangidos em 2014: 61% são mulheres; mais de 50% têm idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos; 49% dos abrangidos têm o 9.º ano ou menos, um peso já muito equivalente aos que têm o ensino secundário (48%).

O Estímulo Emprego visa promover a contratação de desempregados inscritos nos serviços de emprego, nomeadamente de alguns dos públicos mais desfavorecidos, através da redução dos custos de contratação dos empregadores. Consiste em apoiar financeiramente os empregado-

res que celebrem contratos de trabalho a termo certo por prazo igual ou superior a 6 meses ou contratos de trabalho sem termo, a tempo completo ou a tempo parcial, com desempregados inscritos nos centros de emprego, com a obrigação de proporcionarem formação profissional aos trabalhadores contratados. Para além da componente de estímulo à formação de desempregados, interessante do ponto de vista de empregabilidade futura destes trabalhadores, esta medida procura fomentar a criação de novos postos de trabalho e alguma estabilidade dos vínculos laborais praticados.

Ainda no âmbito dos apoios à contratação, o Reembolso da Taxa Social Única abrangia, em 2014, 517 NPT, ou seja, apenas 1,8% do total de NPT abrangidos por medidas ativas de emprego. Neste caso, o apoio aos empregadores que contratem desempregados inscritos nos centros de emprego consiste na isenção ou na redução, por um determinado período, das contribuições pagas pelos empregadores para a Segurança Social. Visa, através da diminuição da carga fiscal associada à contratação de mão-de-obra, incentivar a criação de emprego e a contratação de desempregados, em particular de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração.

Finalmente, os apoios à inserção profissional via realização de estágios são outra das intervenções disponíveis. Os Estágios Emprego sendo, para a globalidade dos abrangidos em medidas ativas de emprego, a terceira medida mais participada (com 70410 abrangidos, i.e. 9,2% do total, em 2014), nela participam apenas 587 NPT, ou seja, 2,1% do total de NPT abrangidos em medidas ativas de emprego.

Os Estágios Emprego visam sobretudo facilitar a inserção no mercado de trabalho, de jovens dos 18 aos 30 anos desempregados e inscritos nos centros de emprego, através da realização de estágios em contexto real de trabalho com a duração de 9 meses. Dos NPT abrangidos neste tipo de medidas, 60% são mulheres e 85% têm entre 20 e 34 anos de idade.

Os Estágios Emprego contemplam, no entanto, a possibilidade de integrar os que têm mais de 30 anos, em determinadas condições - desde que tenham obtido há menos de três anos uma

qualificação de nível 2 ou superior, estejam à procura de novo emprego e não tenham desenvolvido atividade profissional nos 12 meses anteriores à data da seleção pelo IEFPP – e ainda a reconversão profissional de desempregados em situação mais desprotegida, considerando-se vários grupos prioritários (vd. Tabela 21). Nesta perspetiva, foi mais recentemente lançada a medida REATIVAR que consiste na realização de estágios com a duração de 6 meses, neste caso, dirigidos para desempregados de longa e muita longa duração, com idade mínima de 31 anos.

Finalmente, no que respeita aos incentivos ao emprego via apoios à criação de emprego e de empresas, como foi possível observar, os níveis de participação são genericamente muito baixos. O número de participantes nestas medidas, em 2014, não chegava a 1,5%, no conjunto dos abrangidos, e a 1% entre os NPT, ainda que o estímulo ao empreendedorismo seja hoje encarado, nomeadamente no âmbito das políticas de integração dos imigrantes em Portugal, como mais uma solução para o débil desempenho do mercado de trabalho neste período de crise. Como vimos na secção anterior, têm sido várias as iniciativas do ACM no sentido de reforçar os serviços de apoio ao autoemprego e à criação de empresas por parte de (i)migrantes.

Tabela 21. As 10 medidas ativas de emprego mais participadas por Nacionais de Países Terceiros (NPT), em Portugal, 2014

Medida	Descrição	Objetivos	Destinatários
Formação Profissional			
Qualificação de Adultos			
Vida Ativa - Emprego Qualificado Portaria n.º 203/2013, de 17 de junho	Qualificação para desempregados, através de ações de formação de curta duração que permitam a aquisição de competências relevantes (25 a 300 horas de formação modular certificada, podendo ser complementada com 3 a 6 meses de formação prática em contexto de trabalho) ou de processos de RVCC profissional e, complementarmente escolar.	Potenciar o regresso ao mercado de trabalho de desempregados, através de uma rápida integração em ações de formação de curta duração.	Desempregados, jovens ou adultos, subsidiados ou não, inscritos nos Serviços de Emprego do IEFPP, independentemente das habilitações escolares.

Medida	Descrição	Objetivos	Destinatários
Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) Portaria n.º 283/2011, de 24 de outubro	Cursos de educação e formação de adultos com baixa escolaridade que permitem uma certificação ao nível do 4.º, 6.º 9.º ou 12.º ano de escolaridade e respetivo nível de qualificação do QNQ (níveis 2 ou 4).	Elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa adulta e, por esta via, melhorar as suas condições de empregabilidade.	Adultos que estejam nas seguintes condições: idade igual ou superior a 18 anos; habilitações escolares entre menos de 4 anos e 12 anos.
Formação Modular – Ativos Empregados Portaria n.º 283/2011, de 24 de outubro	Qualificação de ativos através de percursos de formação modular certificada, inseridos no CNQ – nível 2 e nível 4 de qualificação – de, no mínimo, 25 horas e no máximo de 600 horas de formação.	Atualizar e aperfeiçoar os conhecimentos teóricos e práticos da população portuguesa adulta, bem como elevar os seus níveis de habilitação escolar e profissional.	Adultos com idade igual ou superior a 18 anos, empregados ou desempregados que queiram melhorar as suas competências em domínios de âmbito geral ou específico de uma profissão.
Programa Português para Todos (PPT) Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de maio Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro	Cursos de Português para Falantes de Outras Línguas, de 150h, que permitem o acesso aos níveis A2 e B2 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, ou de 25 horas, em áreas específicas de Português técnico.	Elevar a capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa e o conhecimento dos direitos básicos de cidadania, necessários à integração dos públicos imigrantes na sociedade portuguesa.	Cidadãos imigrantes, com idade igual ou superior a 18 anos, empregados ou desempregados, com situação regularizada em Portugal.
Formação para a Inclusão Tipologia de intervenção n.º 6.1, do eixo n.º 6, «Cidadania, inclusão e desenvolvimento social», do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) (Regulamento específico em Diário da República, 2.ª série – N.º 131 – 9 de julho de 2008)	Ações de formação que favoreçam o desenvolvimento de atitudes e capacidades de aprendizagem e que visem, de forma integrada ou isoladamente, as seguintes dimensões: pessoal – estruturada para a aquisição de competências transversais; social – orientada para o desenvolvimento relacional, numa ótica de sociabilização; profissional – direcionada para a aquisição de competências técnicas.	Promover o desenvolvimento de competências profissionais, sociais e pessoais junto de grupos excluídos ou socialmente desinseridos, tendo em vista a aquisição de capacidades que lhes permitam integrar ou concluir ações de formação que confirmem certificação e ou a reintegração no mercado de trabalho.	Pessoas com particulares dificuldades no acesso ao sistema de ensino/formação, nomeadamente as que provenham de meios particularmente desfavorecidos, famílias desestruturadas, que apresentem percursos pessoais problemáticos e pertencentes a grupos excluídos e ou desfavorecidos, entre os quais: crianças, jovens ou adultos, em situação de exclusão social ou risco de exclusão; desempregados, em particular os de longa e muito longa duração; grupos de risco, designadamente ex -toxicodependentes e ex-reclusos; beneficiários do rendimento social de inserção.

Medida	Descrição	Objetivos	Destinatários
Qualificação de Jovens			
Cursos de Aprendizagem Portaria n.º 1497/2008, de 19 de dezembro	Cursos de formação inicial ao nível de ensino secundário, dirigidos a jovens e que permitem obter uma dupla certificação – 12.º ano de escolaridade e nível 4 de qualificação do QNQ. Têm a duração de 3700 horas, o que equivale a cerca de dois anos e meio de formação, com uma forte componente da formação em contexto de trabalho.	Obter uma certificação escolar e profissional, privilegiando a inserção no mercado de trabalho (potenciada por uma forte componente de formação realizada em contexto de empresa) e possibilitando o prosseguimento de estudos de nível superior.	Jovens que estejam nas seguintes condições: idade entre 14 e 24 anos; 9.º ano de escolaridade ou superior, sem conclusão do 12.º ano; nível 4 de qualificação e 12.º ano de escolaridade.
Emprego			
Inserção Profissional - Trabalho Socialmente Necessário			
Contrato Emprego Inserção Portaria n.º 20-8/2014, de 30 de janeiro	Realização, por desempregados subsidiados, de trabalho socialmente necessário que satisfaça necessidades temporárias, no âmbito de projetos promovidos por entidades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período máximo de 12 meses.	Promover as competências socioprofissionais e a manutenção do contacto com o mundo do trabalho dos desempregados subsidiados, promovendo a sua empregabilidade e evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização e simultaneamente satisfazer necessidades sociais e coletivas a nível local e regional.	Desempregados inscritos nos serviços de emprego, beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego. São considerados prioritários os desempregados que se encontrem numa das seguintes situações: pessoa com deficiência e incapacidade; desempregado de longa duração; idade igual ou superior a 45 anos; ex-recluso ou pessoa que cumpra pena em regime aberto voltado para o exterior ou outra medida judicial não privativa de liberdade; vítima de violência doméstica.
Apoios à Contratação			
Estímulo Emprego Portaria n.º 149-A/2014, de 24 de julho	Apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho a termo certo por prazo igual ou superior a 6 meses ou contratos de trabalho sem termo, a tempo completo ou a tempo parcial, com desempregados inscritos	Combater o desemprego, fomentando a criação líquida de postos de trabalho. Promover a contratação de públicos mais desfavorecidos. Reforçar vínculos	Desempregados inscritos nos serviços de emprego, numa das seguintes situações: beneficiário de prestações de desemprego; beneficiário do Rendimento Social de Inserção; cujo cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto se encontre igualmente em situação

Medida	Descrição	Objetivos	Destinatários
	nos serviços de emprego, com a obrigação de proporcionar formação profissional aos trabalhadores contratados.	laborais mais estáveis e combater a segmentação e a precariedade no mercado de trabalho.	de desemprego e inscrito no IEFP; inscrito há pelo menos 60 dias consecutivos, no caso de desempregados com idade inferior a 30 anos ou com idade mínima de 45 anos ou ainda outros desempregados que não tenham registos na segurança social como trabalhadores por conta de outrem nem como trabalhadores independentes nos últimos 12 meses que precedem a data da candidatura; que integre família monoparental; vítima de violência doméstica; pessoa com deficiência e incapacidade; ex-recluso e aquele que cumpra ou tenha cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade e esteja em condições de se inserir na vida ativa; toxicodependente em processo de recuperação; inscrito há pelo menos 6 meses consecutivos.

Apoio à contratação via reembolso da Taxa Social Única (TSU) Portaria n.º 149-A/2014, de 24 de julho que revoga a Portaria n.º 204-A/2013, de 18 de junho	Apoio financeiro às entidades empregadoras que contratem desempregados inscritos nos centros de emprego, através da isenção ou da redução da TSU paga pelo empregador, durante um determinado período de tempo.	Incentivar novas contratações, fomentando a criação líquida de postos de trabalho. Combater o desemprego de longa duração. Diminuir a carga fiscal associada à contratação.	Desempregados inscritos nos serviços de emprego, nomeadamente jovens à procura do 1.º emprego e desempregados de longa duração; ou pessoa que esteja presa em regime aberto e trabalhadores com deficiência.
--	---	---	--

Inserção Profissional

Estágios Emprego Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho alterada pelas Portaria n.º 375/2013, de 27 de dezembro, Portaria n.º 20-	Estágios com a duração de 9 meses tendo em vista promover a inserção de jovens no mercado de trabalho ou a reconversão profissional de desempregados.	Complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um primeiro ou novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade.	Desempregados inscritos nos serviços de emprego e que se encontrem numa das seguintes situações: jovens com idade entre os 18 e os 30 anos, inclusive, com uma qualificação de nível 2, 3, 4, 5, 6, 7 ou 8 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ); com idade
---	---	--	---

Medida	Descrição	Objetivos	Destinatários
A/2014, de 30 de janeiro e Portaria n.º 149-B/2014, de 24 de julho.		Promover a integração profissional de desempregados em situação mais desprotegida. Apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho. Promover o conhecimento sobre novas formações e competências junto das empresas e promover a criação de emprego em novas áreas. Apoiar a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva.	superior a 30 anos, desde que tenham obtido há menos de três anos uma qualificação de nível 2 ou superior, estejam à procura de novo emprego e não tenham desenvolvido atividade profissional nos 12 meses anteriores à data da seleção pelo IEFP; pessoas com deficiência e incapacidade; integrem família monoparental; pessoas cujos cônjuges ou pessoas com quem vivam em união de facto se encontrem igualmente inscritos no IEFP como desempregados; vítimas de violência doméstica; ex-reclusos e aqueles que cumpram ou tenham cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade e estejam em condições de se inserirem na vida ativa.

CAPÍTULO 4.

INQUÉRITO AOS IMIGRANTES DESEMPREGADOS: ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS RESULTADOS

1. CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

Este inquérito dirigiu-se apenas a indivíduos oriundos de países terceiros (extracomunitários), sem nacionalidade portuguesa ou de outro país da U.E., em idade ativa (entre os 18 e os 65 anos), e que se considerassem desempregados¹⁰. Estas questões iniciais permitiram filtrar quem efetivamente participou neste estudo, repercutindo-se obviamente na caracterização geral dos respondentes.

País/Região de origem

A maioria dos inquiridos é originária dos PALOP, sendo Cabo Verde e a Guiné-Bissau os países com maior representação na amostra, seguidos do Brasil. Visto existir alguma diversidade no que se refere aos países de origem dos indivíduos, de modo a tornar a leitura da informação mais clara, agruparam-se os vários países em cinco regiões distintas. Na tabela 22 é possível observar os países de origem, bem como as regiões onde se incluem¹¹.

Data de chegada a Portugal e estatuto legal

O tempo médio de permanência em Portugal é de doze anos¹², estando 48% dos inquiridos no país há 10 ou mais anos. Cerca de 26% encontra-se em Portugal entre um e cinco anos e idêntica percentagem é verificada para os que se encontram no país há entre seis e nove anos.

10 A definição de desempregado varia de acordo com a entidade que analisa os dados. Também a definição de imigrante não é absoluta. Neste inquérito, imigrante desempregado oriundo de Países Terceiros é aquele ou aquela pessoa que, simultaneamente: (1) nasceu fora de Portugal e fora da UE; (2) não tem nacionalidade portuguesa nem de qualquer outro país da UE.; (3) vive em Portugal há pelo menos um ano; (4) não tem visto de estudo, turístico ou de curta duração; (5) considera-se desempregado; (6) não se considera empregado/a, estudante, reformado/a, doméstico/a nem incapacitado/a para o trabalho.

11 As somas dos valores percentuais dos países nem sempre são idênticas à percentagem da região que esse grupo de países originou. Tal deve-se a arredondamentos efetuados. Os países em cada região encontram-se ordenados por ordem decrescente das frequências relativas.

12 Mediana = 9; Desvio-padrão = 9,815

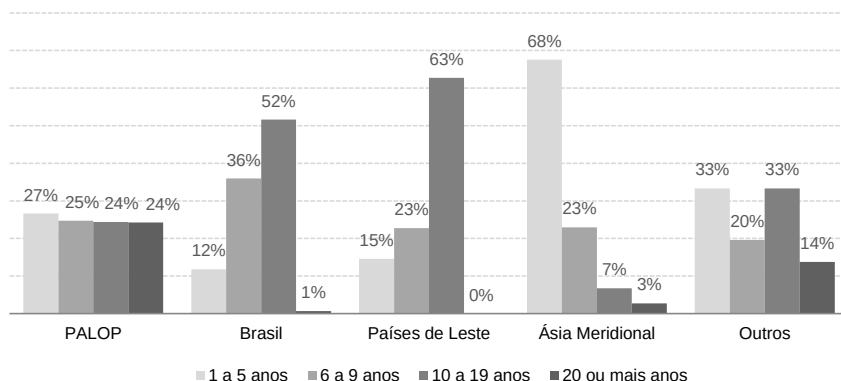
Tabela 22. País/Região de origem dos inquiridos

País/Região	Frequência absoluta	Frequência relativa
Cabo Verde	234	24%
Guiné-Bissau	163	17%
Angola	96	10%
São Tomé e Príncipe	83	8%
Moçambique	19	2%
PALOP	594	60%
Brasil	154	16%
Ucrânia	69	7%
Moldávia	21	2%
Rússia	13	1%
Cazaquistão	6	1%
Bielorrússia	1	0,10%
Uzbequistão	1	0,10%
Países de Leste	110	11%
Nepal	32	3%
Paquistão	17	2%
Bangladesh	14	1%
Índia	11	1%
Ásia Meridional	74	8%
Guiné-Conacri	12	1%
Senegal	9	1%
Costa do Marfim	7	1%
Marrocos	4	0,40%
Mali	4	0,40%
Gâmbia	3	0,30%
Nigéria	3	0,30%
China	2	0,20%
Argélia	2	0,20%
Iraque	2	0,20%
Congo	1	0,20%
Cuba	1	0,20%
Gana	1	0,10%
Libéria	1	0,10%
Estados Unidos	1	0,10%
Outros	51	5%

Para os indivíduos com origem nos PALOP, as percentagens relativas ao tempo de estadia em Portugal distribuem-se de forma homogénea, indiciando alguma continuidade destes fluxos migratórios. No entanto, sendo que os originários dos PALOP registam normalmente a maior percentagem de residentes mais antigos em Portugal, este resultado refletirá também o seu crescente acesso à nacionalidade portuguesa.

No total de indivíduos do Brasil e dos Países de Leste, a maioria diz residir em Portugal há pelo menos dez e até dezanove anos (52% e 63% respetivamente). Destaca-se, no caso dos brasileiros, os 36% que referem estar no país há entre seis e nove anos (36%). Assim, enquanto a imigração dos indivíduos de países de Leste se encontra sobretudo circunscrita a um período, a imigração de indivíduos provenientes do Brasil foi mais prolongada no tempo. A maioria dos inquiridos com origem na Ásia Meridional encontra-se em Portugal há menos de cinco anos¹³.

Gráfico 36. Tempo de permanência em Portugal dos inquiridos, por região de origem



A grande maioria dos inquiridos possui autorização de residência temporária ou permanente (84%). Tendo em consideração que o inquérito só poderia ser respondido por indivíduos que vivessem em Portugal há pelo menos um ano, é compreensível que a autorização de residência seja o tipo de visto mais comum, em detrimento de outros que remetem para estadias

13 $\chi^2 = 225,777; p < 0,001$

de menor duração. Cerca de 9% de indivíduos dizem não ter qualquer visto ou autorização de residência.

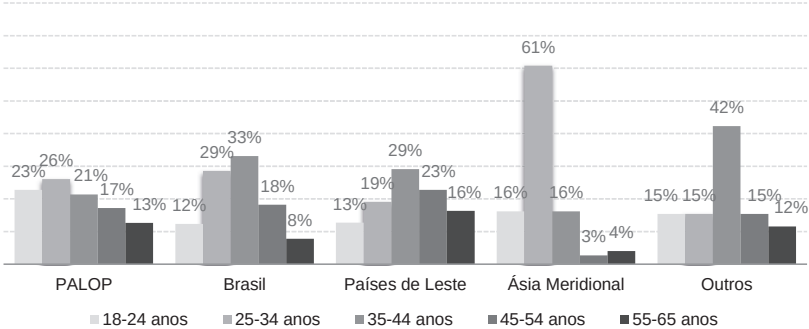
Tabela 23. Inquiridos, por tipo de visto

Tipo de visto	Frequência absoluta	Frequência relativa
Visto de residência (até 6 meses)	1	0,10%
Visto de estada temporária (até 1 ano)	9	1%
Visto de trabalho (até 1 ano)	13	1%
Autorização de residência (temporária ou permanente)	824	84%
Processo aguarda resolução no SEF	43	4%
Não tem visto/autorização de residência	87	9%
Outra situação	7	1%
Total	983	100%

Caracterização sociodemográfica

A média de idades dos inquiridos é de 37 anos¹⁴, sendo o escalão etário mais representado o dos 25 aos 34 anos (28%), seguido do escalão dos 35 aos 44 anos (25%). No gráfico seguinte pode observar-se a distribuição de idades por região de origem¹⁵.

Gráfico 37. Região de origem dos inquiridos por escalões etários



¹⁴ Mediana = 36; Desvio-padrão = 12,274

¹⁵ $\chi^2 = 82,589$; $p < 0,001$

Cerca de 51% dos respondentes são do sexo masculino. A distribuição dos inquiridos segundo o sexo é diferente consoante a sua região de origem¹⁶. Entre os inquiridos dos PALOP, da Ásia Meridional e dos outros países são maioritários os indivíduos do sexo masculino; o inverso acontece com os inquiridos do Brasil e dos Países de Leste.

Quanto ao número de anos de escolaridade concluídos, verifica-se que entre os indivíduos provenientes do Brasil, Europa de Leste e Ásia Meridional, tendo em consideração os diferentes níveis de escolaridade, a maioria concentra-se no nível até doze anos, destacando-se os inquiridos dos países da Europa de Leste como os mais instruídos¹⁷.

Tabela 24. Região de origem dos inquiridos, por sexo e escolaridade

		Sexo			Escolaridade				
		Masc	Fem.	Nenhum	Até 4 anos	Até 6 anos	Até 9 anos	Até 12 ou 13 anos	Ensino Superior
Região de origem	PALOP	56%	44%	3%	21%	15%	31%	24%	6%
	Brasil	21%	79%	0%	10%	9%	29%	42%	11%
	Leste	41%	59%	0%	1%	1%	18%	47%	33%
	Ásia meridional	70%	30%	0%	4%	8%	34%	33%	21%
	Outros	77%	23%	2%	18%	14%	26%	18%	22%

Ainda no que respeita à escolaridade, cerca de 30% do total de inquiridos referiu ter completado algum nível de escolaridade em Portugal. Quando se analisa esta informação, tendo em consideração a região de origem, verifica-se que é entre os inquiridos originários dos PALOP que mais níveis de ensino foram completados em Portugal¹⁸. Estes dados justificam-se por ser esta uma população de imigração com idade de entrada no país mais jovem.

¹⁶ $\chi^2 = 89,887$; $p < 0,001$

¹⁷ $KW = 167,170$; $p < 0,001$

¹⁸ Análises estatisticamente significativas entre região de origem e número de anos de escolaridade concluídos na região de origem ($KW = 240,878$; $p < 0,001$) e número de anos de escolaridade concluídos em Portugal ($KW = 56,029$; $p < 0,001$)

Tabela 25. Região de origem dos inquiridos, por número de anos de escolaridade concluídos na região de origem e em Portugal

	N.º de anos de escolaridade concluídos na região de origem						N.º de anos de escolaridade concluídos em Portugal					
	0	≤ 4	≤ 6	≤ 9	≤ 12 ou 13	Ens. Sup.	0	≤ 4	≤ 6	≤ 9	≤ 12 ou 13	Ens. Sup.
PALOP	6%	29%	18%	27%	18%	2%	40%	2%	6%	20%	24%	7%
Brasil	1%	15%	12%	27%	35%	9%	56%	2%	1%	17%	19%	5%
Leste	1%	2%	1%	18%	45%	33%	85%	0%	0%	4%	10%	2%
Ásia meridional	0%	4%	15%	30%	30%	21%	72%	0%	0%	17%	10%	0%
Outros	4%	19%	21%	17%	17%	21%	69%	3%	3%	17%	3%	6%

Grande parte dos inquiridos encontra-se solteiro/a (48%) ou em situação de conjugalidade (casados ou em união de facto) (46%). Entre os respondentes oriundos dos PALOP, a maioria está solteira (58%); nas restantes regiões de origem a maioria dos inquiridos encontra-se em situação de conjugalidade. Este resultado para os PALOP poderá estar relacionado com o facto de ser entre estes que se encontram mais inquiridos pertencentes ao escalão dos 18 aos 24 anos.

Tabela 26. Região de origem dos inquiridos, por estado civil atual

	Solteiro/a	Casado/a, Junto/a (união de facto, vive com companheiro/a)	Separado/a, Divorçado/a	Viúvo/a
PALOP	58%	38%	3%	1%
Brasil	30%	57%	10%	3%
Leste	28%	64%	6%	2%
Ásia meridional	43%	55%	0%	3%
Outros	36%	54%	2%	8%
Total	48%	46%	4%	2%

A maioria dos inquiridos, como se poderia antever tendo em consideração o seu estado civil, diz viver com o cônjuge/companheiro/a (41%) e com os filhos (42%). Destaque-se ainda os valores percentuais registados para as categorias “pai/mãe” e “irmão(s)/irmã(s)” (16% e 17% respeti-

vamente) que possivelmente ficarão a dever-se ao facto de uma parte considerável da amostra deste estudo ser constituída por jovens, muitos deles a residir na casa dos pais ou familiares.

Tabela 27. Com quem vive atualmente em Portugal?

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sozinho/a	133	14%
Cônjuge/Companheiro/a	403	41%
Filho/a(s)	413	42%
Genro(s)/Nora(s)	11	1%
Pai/Mãe	155	16%
Irmão(s)/Irmã(s)	164	17%
Sogro/a	14	1%
Avô/ó	2	0,20%
Outros familiares	132	14%
Outras pessoas não familiares	104	11%
Total	1531	157%

Em média, atualmente, vivem cerca de três pessoas da família dos inquiridos com eles em Portugal¹⁹. Este valor (médio) varia de acordo com a região de origem dos inquiridos²⁰: os inquiridos dos PALOP vivem, em média, com mais pessoas de família em Portugal do que os indivíduos de todas as outras regiões²¹. Cerca de 55% dos inquiridos tem filhos a cargo. Em média existem dois filhos a cargo²².

Apesar de haver inquiridos a viver sozinhos ou sem familiares a viver consigo em Portugal, a maioria vive em/com a família, o que poderá indiciar a existência de um reagrupamento familiar ou a constituição de família, para o qual não é alheio o facto de se estar em presença de uma amostra composta por indivíduos que se encontram em Portugal há pelo menos um ano, sendo que perto de metade (48%) já se encontra no país há dez ou mais anos.

19 Mediana = 2; Desvio-padrão = 5,101

20 $F = 11,273$; $p < 0,001$

21 Valores médios para pessoas de família a viver com os inquiridos atualmente em Portugal: PALOP - 4; Brasil - 2; Países de Leste - 2; Ásia Meridional - 2; Outros - 1

22 Mediana = 2; Desvio-padrão = 1,328

Fontes de rendimento

Como referido, todos os participantes neste estudo encontram-se desempregados. Os rendimentos dos inquiridos são provenientes sobretudo de rendimentos de outros membros familiares e de trabalhos esporádicos que realizem. Apenas em 19% dos casos é referido o subsídio de desemprego como fonte de rendimento. No que concerne às “outras” fontes de rendimento, cerca de 64% dos inquiridos diz receber uma bolsa de formação, 14% recebe auxílio de instituições sociais, 10% recebe outros subsídios, 9% recebe ajuda de familiares e amigos e 3% tem outras fontes de rendimento.

Tabela 28. Fontes de rendimento dos inquiridos (resposta múltipla)

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Subsídio de desemprego	187	19%
Subsídio Social de Desemprego	14	1%
Rendimento Social de Inserção	53	6%
Rendimentos de outros membros familiares	498	52%
Poupanças/empréstimos	91	10%
Trabalhos esporádicos	299	31%
Outra	130	14%
Nenhuma	48	5%
Total	1321	138%

Para todas as regiões de origem consideradas, o rendimento proveniente de outros membros da família é o mais frequente. Contudo, quando se observam outras fontes de rendimento, verificam-se algumas diferenças. Entre os indivíduos dos PALOP e os das outras regiões, a seguir aos rendimentos de familiares, os trabalhos esporádicos correspondem à segunda fonte de rendimento mais mencionada (35% e 32% respetivamente). No caso dos inquiridos do Brasil e dos Países de Leste, a segunda fonte de rendimento mais mencionada é o subsídio de desemprego; e para os indivíduos da Ásia Meridional surgem as poupanças/empréstimos.

A fonte de rendimento mais mencionada é sempre a mesma, independentemente da duração do atual estado de desemprego. Contudo, também aqui se observam algumas diferenças: entre os inquiridos que se encontram desempregados há menos tempo (menos de seis meses), a segunda fonte de rendimento mais mencionada é o subsídio de desemprego; para os restantes inquiridos a segunda fonte de rendimento mais referida diz respeito aos trabalhos esporádicos. Como expectável, a percentagem de inquiridos que recebe subsídio de desemprego decresce à medida que aumenta a duração da situação de desemprego.

Tabela 29. Fontes de rendimento por região de origem e tempo atual de desemprego (resposta múltipla)

	Região de origem					Tempo atual de desemprego			
	PALOP	Brasil	Leste	Ásia merid	Outros	Menos de 6 meses	6 a 11 meses	1 a 2 anos	2 ou mais anos
Subsídio de desemprego	14%	31%	36%	16%	21%	31%	22%	16%	6%
Subsídio Social de Desemprego	2%	1%	3%	0%	1%	2%	2%	1%	2%
Rendimento Social de Inserção	6%	2%	4%	1%	17%	3%	5%	5%	9%
Rendimentos de outros membros familiares	53%	61%	50%	45%	28%	45%	56%	55%	55%
Poupanças/empréstimos	6%	5%	21%	29%	5%	18%	7%	2%	7%
Trabalhos esporádicos	35%	26%	27%	18%	32%	24%	29%	35%	39%
Outra	15%	17%	6%	4%	12%	6%	18%	14%	18%
Nenhuma	6%	2%	3%	4%	13%	6%	3%	6%	4%

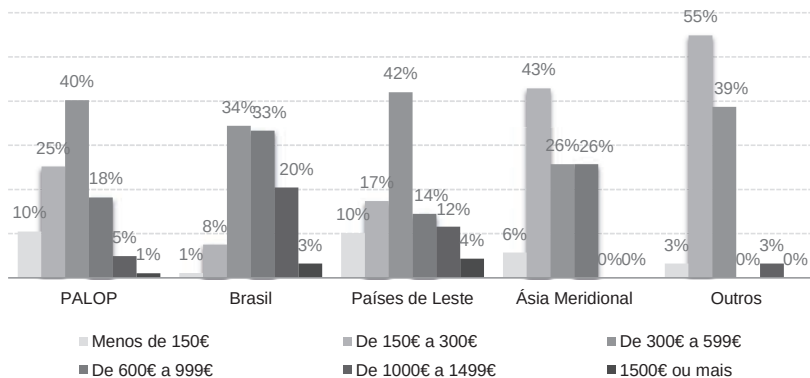
O rendimento médio mensal do agregado familiar (depois de efetuados os descontos) situa-se no escalão de 300€ a 599€. Cerca de 90% dos inquiridos referem ter um rendimento familiar mensal até 999€. São os indivíduos que estão desempregados há menos tempo quem dispõe de um rendimento mensal médio do agregado familiar mais alto²³. O rendimento familiar também difere quando se considera a origem dos inquiridos²⁴. É entre os inquiridos provenientes da Ásia Meridional ou de outros países que se encontra uma maior concentração de respostas nos escalões mais baixos

²³ $\rho = -0,111$; $p < 0,01$

²⁴ KW = 69,552; $p < 0,001$

de rendimento (até 300€). É entre os inquiridos do Brasil que se verifica uma maior concentração de respostas nos escalões mais altos de rendimento: cerca de 23% deste inquiridos têm um rendimento mensal familiar igual ou superior a 1000€.

Gráfico 38. Rendimento médio mensal do agregado familiar dos inquiridos (depois de efetuados os descontos) por região de origem



Estes resultados do inquérito a imigrantes desempregados refletem os dos Quadros de Pessoal no que diz respeito ao padrão de remunerações auferidas pelos estrangeiros em Portugal, em particular pelos NPT. De acordo com Oliveira e Gomes (2014), são os NPT que tendem a obter remunerações médias mensais mais baixas pelo seu trabalho, relativamente aos trabalhadores portugueses, enquanto os nacionais da União Europeia e da América do Norte tendem a auferir remunerações mais elevadas. Estas discrepâncias de remuneração por nacionalidade resultam também das formas de inserção no mercado de trabalho e das profissões que os estrangeiros oriundos de países terceiros exercem, tipicamente concentradas nos grupos profissionais 7, 8 e 9 (trabalhadores qualificados e não qualificados da indústria e da construção e trabalhadores indiferenciados).

2. EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO EM PORTUGAL

2.1. Evolução das experiências de trabalho em Portugal

A chegada a Portugal fez-se na maioria dos casos (87%) sem haver qualquer trabalho acertado ou combinado²⁵. Embora esta estratégia migratória seja maioritária em todos os grupos de origem, ela é particularmente relevante entre os migrantes oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa: 91% dos inquiridos nascidos nestes países vieram para Portugal sem trabalho acertado. Esta percentagem é menor entre brasileiros (83%) e naturais de países terceiros do leste da Europa (75%). Segundo os dados deste inquérito, a percentagem de pessoas que chega a Portugal sem trabalho combinado tem crescido ao longo dos anos: 94% dos que chegaram a Portugal há menos de 5 anos; 6 a 9 anos: 87%; 10 a 19 anos: 82%; 20 ou mais anos: 84%.

Para a grande maioria dos inquiridos (61%)²⁶, a primeira profissão em solo português foi uma profissão não qualificada. Esta asserção é verdadeira para os grupos de origem territorial dos PALOP e países de Leste. Já os imigrantes brasileiros e da Ásia Meridional dividem-se entre *trabalhadores não qualificados* (40% e 39%, respetivamente) e *trabalhadores dos serviços e vendedores* (49% e 43%, respetivamente) (Tabela 30).

As grandes diferenças entre homens e mulheres encontram-se também neste último grupo profissional – 37% das mulheres (contra 13% dos homens) tiveram a sua primeira profissão no grupo profissional *Pessoal dos Serviços e Vendedores* – e 19% dos homens (e 1% das mulheres) eram *Operários, Artífices ou Trabalhadores Similares*.

Este resultado está em concordância com a inserção profissional global dos imigrantes em Portugal que, como se viu no capítulo 2, as atividades económicas mais representadas são a restauração, a construção e o comércio a retalho, que empregavam cerca de 36% do total de imigrantes a trabalhar em Portugal.

25 São apenas contabilizados os inquiridos que, à data da entrada em Portugal, tinham idade igual ou superior a 18 anos.

26 São apenas contabilizados os inquiridos que, à data do inquérito, já tinham tido uma ocupação pelo menos uma vez, em Portugal.

Tabela 30. Primeira profissão ou ocupação em Portugal dos inquiridos, por sexo e origem

	Sexo			Região de Origem				
	Total da amostra	Homens	Mulheres	PALOP	Brasil	Países de Leste	Ásia Meridional	Outros
Quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	0%	0%	0%	0%	1%	1%	2%	0%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	0%	1%	0%	0%	1%	0%	0%	0%
Pessoal administrativo	1%	1%	1%	1%	2%	0%	0%	0%
Pessoal dos serviços e vendedores	25%	13%	37%	18%	49%	18%	43%	11%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca	2%	4%	1%	2%	0%	4%	13%	2%
Operários, artífices e similares	11%	19%	1%	12%	7%	12%	4%	16%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	0%	1%	0%	0%	1%	2%	0%	0%
Trabalhadores não qualificados	61%	62%	59%	67%	40%	63%	39%	71%

A relação laboral deste primeiro emprego é marcadamente precária. Essa precariedade reflete-se quer no tipo de vínculo, muitas vezes inexistente, quer na duração do trabalho. Na amostra deste estudo, 4% das pessoas tiveram no seu primeiro trabalho um contrato sem termo, 40% tinham contrato a termo e 11% a termo incerto (i.e., com uma data de fim desconhecida à partida). Mas 42% não tinham qualquer tipo de contrato e o tempo de duração dos contratos a termo era muito curto na maior parte dos casos (até 3 meses: 14%; 3 a 6 meses: 50%; 6 a 12 meses: 31%). Os imigrantes dos países de Leste e da Ásia Meridional destacam-se²⁷ por terem uma maioria de indivíduos com um contrato a termo certo no seu primeiro trabalho em Portugal.

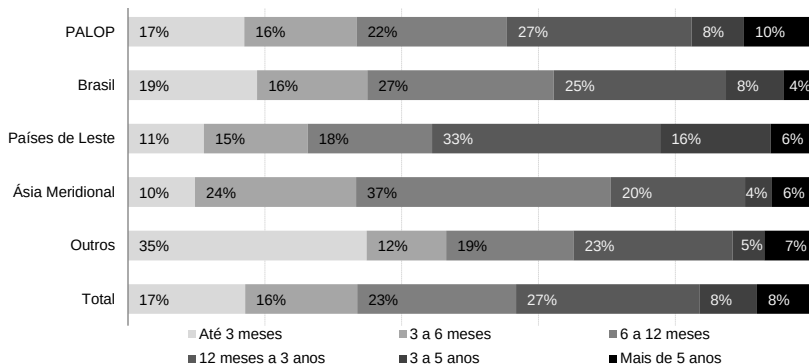
27 $\chi^2 = 44,954, p=0,006$

Tabela 31. Contrato estabelecido na primeira profissão ou ocupação em Portugal pelos inquiridos, por região de origem

Tipo de contrato	Total	PALOP	Brasil	Países de Leste	Ásia Meridional	Outros
Sem termo (efetivo)	4%	4%	5%	7%	2%	2%
A termo certo (a prazo)	40%	37%	37%	51%	55%	40%
Contrato a termo incerto (tem uma data de fim mas não é conhecida à partida)	11%	13%	7%	7%	9%	14%
Trabalho por conta própria - Independente (sem empregados)	2%	1%	3%	2%	4%	5%
Trabalho por conta própria - como empregador	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Nenhum	42%	44%	49%	33%	26%	40%
Outro	0%	0%	0%	0%	4%	0%

No global, o primeiro emprego teve uma duração inferior a um ano para 57% dos inquiridos: 17% até 3 meses, 16% entre 3 e 6 meses, 23% de 6 a 12 meses, 27% entre 1 a 3 anos. Os imigrantes que ficaram durante mais tempo na sua primeira ocupação foram os imigrantes de leste, sendo que 22% esteve mais de 3 anos a ocupar o mesmo lugar. Já entre os imigrantes brasileiros, 19% teve menos de 3 meses e apenas 12% esteve mais de 3 anos na sua primeira ocupação em Portugal²⁸.

Gráfico 39. Duração da primeira ocupação/profissão, por região de origem



²⁸ $\chi^2 = 39,144, p=0,006$

Se na primeira ocupação 61% dos inquiridos tiveram uma ocupação não qualificada (ver atrás, tabela 29), quando questionados sobre a última ocupação antes da atual situação de desemprego este número baixa para 46% (Tabela 32). De forma global, esta melhoria na ocupação dos imigrantes reflete-se numa distribuição dos imigrantes pela generalidade dos grupos profissionais, com um aumento mais significativo do grupo dos operários, artífices e similares. Esta redução do número de trabalhadores não qualificados ocorre sobretudo entre os imigrantes dos PALOP e dos países da Europa de Leste sendo que os primeiros passaram a ocupar mais lugares de operários, artífices ou profissões similares (passa de 12% na primeira ocupação para 25% na última ocupação), e os imigrantes da Europa de Leste começam a trabalhar mais no grupo profissional dos serviços e vendedores (passa de 18% na primeira ocupação para 29% na última ocupação).

Tabela 32. Última profissão ou ocupação em Portugal dos inquiridos, por sexo e origem

Grupos profissionais	Sexo			Região de Origem				
	Total da amostra	Homens	Mulheres	PALOP	Brasil	Países de Leste	Ásia Meridional	Outros
Quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	1%	1%	0%	0%	1%	1%	2%	0%
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	0%	0%	0%	0%	1%	1%	0%	0%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	1%	1%	1%	0%	5%	1%	0%	2%
Pessoal administrativo	1%	1%	1%	1%	2%	2%	0%	0%
Pessoal dos serviços e vendedores	27%	13%	42%	20%	50%	29%	37%	9%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca	3%	5%	1%	3%	1%	4%	13%	2%
Operários, artífices e similares	19%	34%	2%	25%	7%	8%	4%	28%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	2%	3%	0%	2%	1%	3%	4%	2%
Trabalhadores não qualificados	46%	41%	51%	49%	31%	49%	41%	57%

Estas melhorias da situação profissional dos imigrantes ao longo do tempo que residem em Portugal fazem-se sentir também no tipo de contrato estabelecido na sua última ocupação antes de estarem desempregados. O número de respondentes sem contrato baixa então de 42% para 20%. A melhoria na condição profissional dos inquiridos foi sentida pelos imigrantes de todas as regiões de origem, como se pode ver na Tabela 32, por comparação com a Tabela 30.

Tabela 33. Contrato estabelecido na última profissão ou ocupação em Portugal (antes do desemprego) dos inquiridos, por região de origem

Tipo de contrato	Total	PALOP	Brasil	Países de Leste	Ásia Meridional	Outros
Sem termo (efetivo)	10%	10%	12%	15%	4%	5%
A termo certo (a prazo)	52%	47%	51%	67%	68%	60%
Contrato a termo incerto (tem uma data de fim mas não é conhecida à partida)	13%	16%	10%	8%	6%	9%
Trabalho por conta própria – Independente (sem empregados)	4%	3%	8%	2%	4%	7%
Trabalho por conta própria – como empregador	1%	0%	1%	0%	2%	5%
Nenhum	20%	24%	19%	7%	17%	14%
Outro	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Contudo, o tempo de duração dos contratos a termo continua a revelar-se muito curto na maior parte dos casos, ainda mais do que aquando da primeira ocupação²⁹ (até 3 meses: 18%; 3 a 6 meses: 51%; 6 a 12 meses: 26%). O tempo de duração da última ocupação não difere em relação ao da primeira ocupação, que em média se situa entre os 6 a 12 meses para ambas³⁰.

Em média os inquiridos tiveram, desde a sua entrada em Portugal, 5 empregos (M=4,75; DP=4,21), não havendo diferenças em função da sua origem³¹. Verifica-se que a rotação de empregos é maior entre homens (M=5,96; DP=5,71) do que entre mulheres (M=3,33; DP=1,77) e que níveis de escolaridade

²⁹ $t(216)=2,233, p=0,027$

³⁰ $t(808)=0,066, ns$

³¹ $F(4,785)=2,032, ns$

dade mais elevados estão associados a menor número de empregos ao longo da sua estadia em Portugal³². De acordo com estudos anteriores (Malheiros e Esteves, 2013), este valor ronda entre os imigrantes em geral os 2,8 empregos num período de 10 anos, número bastante inferior ao que aqui se encontra neste inquérito aplicado aos imigrantes desempregados. Contudo, este valor médio, resultante dos dados deste inquérito aos imigrantes desempregados, é relativo a todo o período de permanência dos indivíduos em Portugal (valor que em média se situa nos 12 anos).

2.2. Experiências de desemprego em Portugal

Cinquenta por cento dos inquiridos encontram-se desempregados há mais de um ano e 34% encontram-se desempregados há um período mais curto de tempo, inferior a 6 meses. Estes valores são coincidentes com os números oficiais de desempregados imigrantes, em que mais de metade dos desempregados estrangeiros estavam desempregados há pelo menos um ano, um valor já muito próximo do observado entre os desempregados nacionais.

Entre os inquiridos, 91% encontram-se imediatamente disponíveis para trabalhar e 13% dos inquiridos estão à procura do primeiro emprego. É no grupo de imigrantes da Ásia Meridional que se encontra um maior número (28%) de indivíduos que procuram agora o primeiro emprego e, por oposição, entre os imigrantes brasileiros há um reduzido número de indivíduos a procurarem o primeiro emprego (5%).

As mulheres encontram-se desempregadas há menos tempo do que os homens³³, e os imigrantes da Europa de Leste encontram-se desempregados há menos tempo do que os restantes, sobretudo em relação aos imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa com desemprego mais duradouro³⁴.

São os imigrantes mais velhos³⁵ e que vivem em Portugal há mais tempo³⁶ que se veem a braços com o desemprego de longa duração. Por outro lado, nota-se também que quanto maior o nível de escolaridade dos imigrantes menor é o tempo de desemprego atual³⁷.

32 $\rho = -0,140$, $p < 0,001$

33 $\chi^2 = 18,300$, $p < 0,001$

34 $\chi^2 = 77,991$, $p < 0,001$

35 $\rho = 0,147$, $p < 0,001$

36 $\rho = 0,275$, $p < 0,001$

37 $\rho = -0,167$, $p < 0,001$

Tabela 34. Tempo de desemprego, por sexo e região de origem

Tempo de desemprego	Sexo			Região de Origem				
	Total	Masculino	Feminino	PALOP	Brasil	Países de Leste	Ásia Meridional	Outros
Menos de 6 meses	34%	31%	38%	27%	41%	56%	48%	27%
De 6 a 11 meses	15%	16%	14%	13%	16%	16%	23%	24%
De 1 ano a 2 anos	25%	22%	28%	27%	26%	13%	25%	24%
2 ou mais anos	25%	31%	20%	32%	17%	15%	4%	25%

A razão que prevalece para a presente situação de desemprego dos imigrantes em Portugal reside no fim do contrato ou fim do trabalho com duração limitada (34%); 17% referem que foram despedidos ou dispensados e 12% ainda não encontraram o primeiro emprego. Durante o mês anterior ao presente inquérito, mais de metade dos indivíduos desempregados inquiridos (56%) não fez qualquer tipo de atividade informal durante o período de desemprego. Os dados revelam que, durante este período, apenas cerca de 3 em cada 20 desempregados executaram alguns trabalhos mais informais como limpezas, obras/pinturas ou outras tarefas esporádicas.

Entre os inquiridos, 66% encontram-se inscritos num Centro de Emprego, e 30% recebe ou já recebeu subsídio de desemprego referente à situação de desemprego que vivia aquando da resposta a este inquérito. A ligação dos imigrantes ao Centro de Emprego é diferente entre os imigrantes dos vários países de origem³⁸. A grande maioria dos imigrantes dos países da Europa de Leste encontra-se inscrita nos centros de emprego (83%) e a maioria também recebe ou já recebeu subsídios de desemprego nesta situação onde se encontra (52%). Os imigrantes do Brasil são o segundo grupo que mais beneficia dos subsídios de desemprego, com 43% dos inquiridos brasileiros que recebem ou já receberam este subsídio. Apenas 32% dos imigrantes da Ásia Meridional encontram-se inscritos no Centro de Emprego, e 85% nunca receberam subsídio de desemprego.

38 $\chi^2=70,955, p<0,001$

Tabela 35. Inscrição no Centro de Emprego, por sexo e região de origem

	Sexo			Região de Origem				
	Total	Masculino	Feminino	PALOP	Brasil	Países de Leste	Ásia Meridional	Outros
Está inscrito no Centro de Emprego	66%	62%	71%	65%	75%	83%	32%	62%
Não está inscrito no Centro de Emprego	34%	38%	29%	35%	25%	17%	68%	38%

Tabela 36. Subsídio de desemprego, por sexo e região de origem

	Sexo			Região de Origem				
	Total	Masculino	Feminino	PALOP	Brasil	Países de Leste	Ásia Meridional	Outros
Sim, recebo subsídio de desemprego relativo a esta última situação de desemprego	19%	17%	22%	14%	31%	40%	15%	10%
Sim, já recebi subsídio de desemprego relativo a esta última situação de desemprego, mas já terminou	11%	11%	11%	12%	12%	12%	0%	8%
Não	70%	72%	68%	74%	58%	48%	85%	83%

Apesar da situação atual de desemprego, 36% dos imigrantes inquiridos dizem ter estado mais tempo empregados do que desempregados e 18% referiram estar sempre ou quase sempre empregado durante a sua estadia em Portugal.

As experiências de emprego e desemprego durante a permanência em Portugal têm sido sentidas de forma diferente pelos imigrantes dos diferentes países de origem³⁹. Os imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa são aqueles que referem ter passado mais tempo desempregados do que empregados (25%), havendo também uma percentagem elevada que refere que esteve sempre ou quase sempre

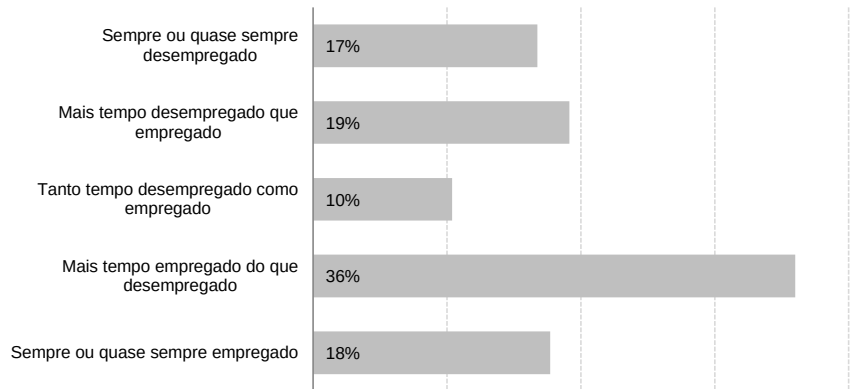
39 $\chi^2=134,134, p<0,001$

desempregado (19%). É entre os imigrantes da Ásia Meridional que se encontra a maior percentagem de indivíduos (34%) que esteve sempre ou quase sempre desempregada. Contudo, é importante referir aqui que 70% dos imigrantes destes países de origem apenas residem em Portugal há menos de cinco anos, o que não acontece nos restantes grupos de imigrantes, maioritariamente residentes no país há mais tempo (ver gráfico 36, atrás neste capítulo).

Tabela 37. Situação de emprego e desemprego durante permanência em Portugal, por região de origem

	PALOP	Brasil	Países de Leste	Ásia meridional	Outros
Sempre ou quase sempre desempregado	19%	8%	6%	34%	13%
Mais tempo desempregado que empregado	25%	11%	9%	5%	23%
Tanto tempo desempregado como empregado	9%	11%	12%	4%	33%
Mais tempo empregado do que desempregado	34%	41%	38%	42%	23%
Sempre ou quase sempre empregado	13%	29%	36%	15%	8%

Gráfico 40. Situação de emprego e desemprego durante permanência em Portugal

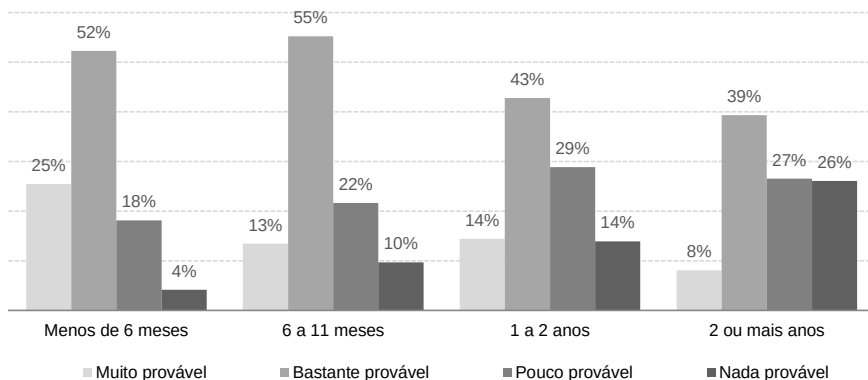


2.3. Percepções e expectativas acerca da (re)inserção no mercado de trabalho

Como analisado anteriormente, cerca de metade dos inquiridos encontra-se em situação de desemprego há pelo menos um ano. Contudo, a maioria, cerca de 64%, mantém uma postura otimista quanto à probabilidade de encontrar trabalho em Portugal nos seis meses seguintes à inquirição: 16% considera muito provável e 47% bastante provável encontrar trabalho⁴⁰. São os inquiridos que se encontram desempregados há mais tempo que consideram menos provável encontrar trabalho nos seis meses seguintes à inquirição⁴¹. No gráfico seguinte é possível observar que as percentagens associadas a uma menor probabilidade de encontrar trabalho, de uma forma geral, aumentam à medida que aumenta a duração da situação de desemprego.

Também características demográficas, como a idade⁴² e a escolaridade⁴³, se mostram significativas quando se analisa a probabilidade de encontrar trabalho. São os indivíduos mais velhos e aqueles com menos anos de escolaridade que se mostram mais pessimistas perante a probabilidade de arranjar trabalho.

Gráfico 41. Acha provável encontrar trabalho nos próximos 6 meses, em Portugal?
Por tempo atual de desemprego



⁴⁰ 23% considera pouco provável encontrar trabalho nos seis meses após a inquirição e 13% nada provável.

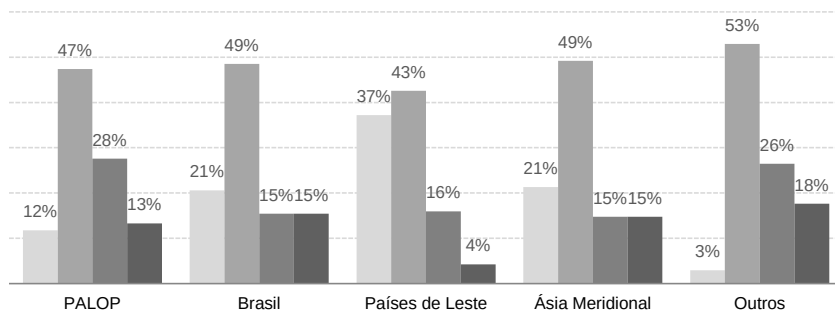
⁴¹ $\rho = 0,292$; $p < 0,001$

⁴² $\rho = 0,119$; $p < 0,001$

⁴³ $\rho = -0,100$; $p < 0,01$

Quanto à região de origem, são os indivíduos provenientes dos PALOP quem se mostra mais pessimista quanto à probabilidade de encontrar trabalho: 41% considera pouco ou nada provável encontrar trabalho nos seis meses após a inquirição. Os inquiridos dos Países de Leste são os mais otimistas: 80% considera muito ou bastante provável encontrar trabalho nos próximos seis meses⁴⁴.

**Gráfico 42. Acha provável encontrar trabalho nos próximos 6 meses, em Portugal?
Por região de origem**



Cruzando a probabilidade de encontrar trabalho com as expectativas face ao mesmo, verifica-se que aqueles que têm expectativas mais positivas em relação a um futuro trabalho (esperam ter um trabalho tão ou mais bem pago que o anterior e a fazer algo que os valorize tanto ou mais) são também aqueles que consideram mais provável encontrar trabalho nos próximos seis meses. Pelo contrário, encontram-se sobretudo entre os que indicam expectativas negativas em relação ao futuro trabalho (um trabalho mais mal pago e a fazer algo que os valoriza menos) aqueles que consideram improvável vir a encontrar trabalho nos seis meses posteriores à inquirição⁴⁵.

⁴⁴ $\chi^2 = 57,346$; $p < 0,001$

⁴⁵ Análises estatisticamente significativas entre "Acha provável encontrar trabalho nos próximos 6 meses, em Portugal?" (recodificada em duas categorias de resposta: "provável" e "improvável") com "caso encontre trabalho, acha que este vai ser:" (P35) ($\chi^2 = 80,435$; $p < 0,001$) e com "caso encontre trabalho, acha que este vai ser:" (P36) ($\chi^2 = 14,162$; $p < 0,01$).

**Tabela 38. Acha provável encontrar trabalho nos próximos 6 meses, em Portugal?
Por expectativas relativas ao próximo trabalho**

Caso encontre trabalho, acha que este val ser:		Provável	Improvável
	Um trabalho mais bem pago do que o anterior	80%	20%
	Um trabalho tão bem pago como o anterior	82%	18%
	Um trabalho mais mal pago do que o anterior	43%	57%
	A fazer o mesmo que no seu último trabalho	69%	31%
	A fazer algo que o valoriza mais do que o anterior	72%	28%
	A fazer algo que o valoriza menos do que o anterior	45%	55%

As expectativas em relação a um futuro trabalho variam de acordo com algumas características dos inquiridos. A idade assume-se como um fator determinante: à medida que esta aumenta mais negativas são as expectativas, seja em relação à existência de um futuro trabalho mais bem pago⁴⁶, seja em relação a um trabalho que valorize mais os inquiridos⁴⁷. No que respeita à escolaridade, os resultados não são tão lineares. Se à medida que aumenta a escolaridade aumentam as expectativas quanto a um trabalho mais bem remunerado⁴⁸, confirmando, de alguma forma, a perceção de que a níveis de escolaridade mais elevados correspondem (ou espera-se que correspondam) níveis remuneratórios mais elevados; quando se trata da valorização dos indivíduos pelo trabalho, os resultados são mais diversificados⁴⁹. Porém, as expectativas em relação a uma maior valorização dos indivíduos, de uma maneira geral, aumentam à medida que aumenta o número de anos de escolaridade concluídos.

No que concerne à região de origem, a maioria dos indivíduos provenientes dos PALOP e dos indivíduos de outras regiões mostra-se pessimista quanto àquilo que irão receber num próximo trabalho, indicando que pensam vir a ter um trabalho mais mal pago que o anterior. Por outro lado, entre os indivíduos da Ásia Meridional verifica-se uma maioria que acredita vir a ser mais bem paga. Entre os inquiridos provenientes do Brasil e de Países de Leste, a maioria acredita que o próximo trabalho será tão bem pago como o anterior⁵⁰. Quando se perspetiva a valorização obtida no próximo trabalho, os indivíduos dos

PALOP, Brasil e da Ásia Meridional acreditam encontrar um trabalho que os valorize mais que o anterior; os restantes indivíduos esperam sobretudo um trabalho que os valorize tanto como o anterior⁵¹.

⁴⁶ $\rho = 0,219$; $p < 0,001$

⁴⁷ $\chi^2 = 42,791$; $p < 0,001$

⁴⁸ $\rho = -0,106$; $p < 0,01$

⁴⁹ $\chi^2 = 31,846$; $p < 0,001$

⁵⁰ $\chi^2 = 33,519$; $p < 0,001$

⁵¹ $\chi^2 = 27,356$; $p < 0,01$

Espera-se que o tempo atual de desemprego seja uma variável determinante na construção de expectativas de (re)inserção no mercado de trabalho. Tem-se como hipótese que situações de desemprego de maior duração correspondam a expectativas mais negativas por parte dos inquiridos. Tal mostrou-se verdadeiro no que respeita à remuneração de um possível futuro trabalho⁵²: à medida que o tempo de desemprego aumenta, aumenta a percentagem de inquiridos que consideram vir a ter um trabalho mais mal pago que o anterior. No que toca à valorização dos indivíduos, independentemente do tempo atual de desemprego, em todos os intervalos de tempo considerados, a maioria dos inquiridos percebe-se a fazer algo que os valoriza mais do que o que faziam no passado⁵³.

Por último, verificou-se que o tempo de permanência em Portugal também se mostra relevante quando se analisam as expectativas de reinserção no mercado de trabalho. Assim, à medida que aumenta o tempo de permanência aumenta a percentagem de inquiridos que considera que o próximo trabalho será pior remunerado do que o anterior⁵⁴. Entre os indivíduos que se encontram em Portugal há entre 10 a 19 anos, cerca de 39% acreditam que terão um trabalho mais mal pago. Porém, para os que se encontram no país há 20 ou mais anos aquela percentagem é de 59%. A leitura destes dados deverá ser efetuada com cuidado, pois outra variável poderá estar a influenciar estes resultados: a idade. Como se viu, eram os mais velhos que se mostravam mais pessimistas quanto à futura remuneração; possivelmente, estes corresponderão, em alguma parte, àqueles que se encontram há mais tempo no país.

Quando se analisam as expectativas dos inquiridos no que respeita à sua valorização profissional⁵⁵, apesar dos resultados indicarem um aumento do descontentamento à medida que aumenta o número de anos em Portugal (a percentagem de inquiridos que creem vir a fazer algo que os valorize menos é maior nos escalões temporais mais altos), em cada escalão temporal a percentagem que se destaca é a correspondente a encontrar um trabalho em que façam algo que os valorize mais. Assim sendo, mesmo entre os inquiridos que estão em Portugal há mais tempo verificam-se sobretudo expectativas mais otimistas quanto

52 $\rho = -0,137$; $p < 0,001$

53 $\chi^2 = 13,453$; $p < 0,05$

54 $\rho = 0,203$; $p < 0,001$

55 $\chi^2 = 22,331$; $p < 0,01$

Tabela 39. Caso encontre trabalho, acha que este vai ser: por escalões etários, escolaridade, região de origem, tempo atual de desemprego e tempo de permanência em Portugal

		Um trabalho mais bem pago do que o anterior	Um trabalho tão bem pago como o anterior	Um trabalho mais mal pago do que o anterior	A fazer algo que o valoriza menos do que o anterior	A fazer o mesmo que no seu último trabalho	A fazer algo que o valoriza mais do que o anterior
Escalões etários	18-24 anos	41%	35%	24%	5%	22%	73%
	25-34 anos	40%	33%	28%	8%	28%	64%
	35-44 anos	31%	31%	38%	6%	41%	53%
	45-54 anos	23%	24%	54%	15%	49%	37%
	55-65 anos	16%	34%	49%	14%	48%	38%
Escolaridade	Nenhum	20%	80%	0%	0%	75%	25%
	Até 4 anos	23%	22%	55%	4%	57%	39%
	Até 6 anos	37%	29%	34%	8%	31%	62%
	Até 9 anos	32%	26%	42%	8%	40%	52%
	Até 12 ou 13 anos	33%	39%	29%	11%	31%	58%
	Ensino superior	37%	33%	30%	15%	22%	63%
Região de origem	PALOP	35%	24%	42%	8%	29%	63%
	Brasil	25%	39%	36%	10%	43%	47%
	Leste	33%	46%	21%	14%	47%	38%
	Ásia Meridional	41%	34%	24%	2%	44%	54%
	Outros	11%	33%	56%	8%	56%	36%
Tempo atual de desemprego	Menos de 6 meses	32%	45%	23%	8%	45%	47%
	6 a 11 meses	28%	35%	36%	7%	34%	59%
	1 a 2 anos	33%	21%	46%	12%	33%	55%
	2 ou mais anos	32%	18%	51%	10%	28%	62%
Tempo de permanência em Portugal	1 a 5 anos	45%	31%	24%	2%	30%	67%
	6 a 9 anos	31%	38%	30%	7%	35%	58%
	10 a 19 anos	30%	32%	39%	14%	40%	46%
	20 ou mais anos	21%	19%	59%	10%	39%	51%

Tabela 40. Nas últimas 4 semanas procurou algum trabalho? Por escalões etários, escolaridade, região de origem e experiência de trabalho

		Sim	Não
Escalões etários	18-24 anos	17%	25%
	25-34 anos	26%	32%
	35-44 anos	26%	21%
	45-54 anos	19%	11%
	55-65 anos	12%	12%
Escolaridade	Nenhum	2%	1%
	Até 4 anos	17%	11%
	Até 6 anos	12%	10%
	Até 9 anos	30%	28%
	Até 12 ou 13 anos	25%	41%
	Ensino superior	13%	10%
Região de origem	PALOP	61%	59%
	Brasil	13%	22%
	Leste	11%	12%
	Ásia Meridional	9%	5%
	Outros	7%	2%
Experiência de trabalho	Já trabalhou	90%	80%
	À procura 1.º emprego	10%	20%

2.4. Práticas individuais na procura de emprego

A inexistência de um emprego não é por si só definidora da situação de desemprego, de acordo com as definições utilizadas nas estatísticas oficiais. Há ainda que acrescentar (entre outras) a disponibilidade para trabalhar e a procura ativa de emprego, de acordo com as principais definições de desemprego (desempregado). Apesar de todos os indivíduos inquiridos no âmbito deste estudo considerarem-se desempregados (visto não terem um emprego), uma parte não cumpre pelo menos mais uma daquelas características: cerca de 29% não procurou trabalho nas quatro semanas que antecederam a inquirição. Estes são sobretudo indivíduos mais jovens (até aos 34 anos), com nove ou

doze anos de escolaridade concluídos, oriundos dos PALOP e com experiência de trabalho anterior⁵⁶. No que toca a esta questão (experiência de trabalho anterior), comparando os indivíduos que procuraram trabalho com os que não o fizeram, é entre aqueles que não procuraram trabalho que existe uma maior percentagem de indivíduos à procura do primeiro emprego: 20% dos que não procuraram trabalho ainda não tiveram uma experiência de emprego, face a 10% dos que procuraram trabalho.

Tabela 41. Razões para não procurar emprego ou trabalho (resposta múltipla)

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Está à espera de ser chamado para um trabalho/ Tem um trabalho previsto	27	13%
Doença ou incapacidade	25	12%
Necessidade de cuidar de crianças/pessoas incapacitadas/idosos	27	13%
Está em formação	104	51%
Considera que não há empregos disponíveis	10	5%
Considera-se muito idoso	4	2%
Não tem instrução suficiente	1	1%
Não sabe como procurar	2	1%
Não vale a pena procurar	17	9%
Total	218	110%

Entre os indivíduos que disseram não ter procurado trabalho, a quase totalidade (98%) pretende arranjar um trabalho, o que poderá indiciar que esta indisponibilidade para a procura de emprego é apenas momentânea. Estes dados poderão ser melhor compreendidos se se atender às razões para não procurar emprego. Como é visível na tabela 41, as razões com maior frequência de respostas dizem respeito a situações potencialmente transitórias nas vidas dos inquiridos: estar em formação (destacando-se das restantes opções), doença ou incapacidade, necessidade de cuidar de crianças/pessoas incapacitadas/idosos. Há a destacar ainda 13% de casos em que é mencionada a existência de um trabalho que se espera iniciar entretanto. As razões ligadas à falta de capacidade dos

56 Análises estatisticamente significativas entre “Nas últimas 4 semanas procurou algum trabalho” com idade dos inquiridos ($T = 4,019$; $p<0,001$); escolaridade ($\chi^2 = 26,214$; $p<0,001$); região de origem ($\chi^2 = 24,201$; $p<0,001$); e se já trabalhou anteriormente ou se está à procura do primeiro emprego ($\chi^2 = 16,981$; $p<0,001$)

inquiridos (considerar-se muito idoso, não ter instrução suficiente, não saber como procurar) ou à desmotivação para a procura (não haver empregos disponíveis, não valer a pena procurar), de certa forma indiciadoras de um tipo de justificação que aponta para causas/razões de carácter mais permanente, obtêm valores percentuais mais residuais.

Analizando mais de perto estas razões, cruzando-as com algumas variáveis de caracterização dos indivíduos, como se poderá facilmente intuir, a opção “estar em formação” é aquela que se destaca em todas as análises efetuadas. Contudo, há a ressaltar alguns pontos. É entre os mais jovens que existem mais indivíduos em formação, cerca de 81% no escalão entre os 18 e 24 anos e 53% no escalão seguinte (25-34 anos). Os mais jovens são também os mais instruídos e quem mais procura emprego pela primeira vez, o que faz com que nestas questões a formação como razão para não procurar emprego nas quatro semanas anteriores à inquirição seja a mais mencionada por aqueles que estão à procura de primeiro emprego (86%) e por aqueles com mais anos de escolaridade (entre os que têm até 9 anos de escolaridade 59% está em formação e entre os que têm até 12 ou 13 anos de escolaridade 65% encontram-se a receber formação). É entre os mais velhos (55-65 anos) que se observam mais justificações para a não procura de emprego relacionadas com as capacidades dos próprios ou com a desmotivação para a procura.

Tabela 42. Razões para não procurar emprego ou trabalho por escalões etários (resposta múltipla)

	Escalões etários				
	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-65 anos
Está à espera de ser chamado para um trabalho/ Tem um trabalho previsto	4%	14%	19%	16%	17%
Doença ou incapacidade	4%	7%	11%	31%	22%
Necessidade de cuidar de crianças/ pessoas incapacitadas/idosos	1%	27%	18%	10%	2%
Está em formação	81%	53%	38%	40%	25%
Considera que não há empregos disponíveis	0%	1%	11%	0%	15%
Considera-se muito idoso	0%	0%	0%	3%	12%
Não tem instrução suficiente	0%	0%	0%	0%	4%
Não sabe como procurar	2%	1%	0%	0%	2%
Não vale a pena procurar	9%	7%	8%	0%	17%

Tabela 43. Desde que está desempregado/a alguma vez procurou trabalho? Por escalões etários, tempo atual de desemprego e região de origem

		Sim	Não
Escalões etários	18-24 anos	63%	37%
	25-34 anos	61%	39%
	35-44 anos	83%	17%
	45-54 anos	66%	34%
	55-65 anos	79%	21%
Tempo atual de desemprego	Menos de 6 meses	58%	42%
	6 a 11 meses	56%	44%
	1 a 2 anos	77%	23%
	2 ou mais anos	81%	19%
Região de origem	PALOP	78%	22%
	Brasil	66%	34%
	Leste	44%	56%
	Ásia Meridional	29%	71%
	Outros	75%	25%

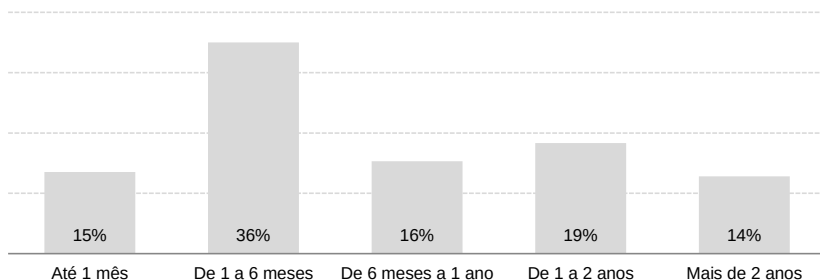
Entre os inquiridos oriundos dos PALOP ou do Brasil, a maioria aponta como justificação para não procurar emprego, o facto de estar em formação (57% PALOP e 48% Brasil). Em relação às outras regiões, os valores percentuais relativos à formação são mais baixos (37% dos indivíduos originários dos Países de Leste encontram-se em formação e 30% de indivíduos de outros países) ou mesmo nulos (inquiridos originários da Ásia Meridional).

Ainda em relação aos inquiridos que referiram não ter procurado trabalho nas quatro semanas prévias à inquirição, apesar da quase totalidade ter referido pretender arranjar um trabalho, cerca 31% não procurou trabalho desde que se encontra desempregado. É entre os mais jovens que se encontram mais inquiridos nesta situação: 37% dos indivíduos entre 18 e 24 anos e 39% dos indivíduos entre 25 e 34 anos não procuraram trabalho desde que estão desempregados. Cerca de 71% dos inquiridos provenientes da Ásia Meridional e 56% dos Países de Leste também não procuraram trabalho desde que ficaram desempregados. E, finalmente, é entre os inquiridos que

estão há menos tempo desempregados que se encontram mais indivíduos a não procurar trabalho: 44% dos inquiridos desempregados entre 6 e 11 meses e 42% dos desempregados há menos de 6 meses não procuraram trabalho desde que ficaram naquela situação⁵⁷.

Já a maioria que diz ter procurado trabalho desde que se encontra numa situação de desemprego (apesar de não o ter feito nas quatro semanas que antecederam a inquirição) diz tê-lo feito maioritariamente num período entre um a seis meses (36%).

Gráfico 43. Durante quanto tempo procurou trabalho, desde que está desempregado?



O tempo de procura de trabalho encontra-se correlacionado quer com a duração da permanência em Portugal⁵⁸ quer com a duração da atual situação de desemprego⁵⁹. Assim, e como seria expectável, os indivíduos que procuraram trabalho durante mais tempo são também aqueles que se encontram há mais tempo em Portugal e também aqueles que se encontram há mais tempo desempregados.

É entre os inquiridos oriundos dos PALOP que o tempo de procura de trabalho é superior: cerca de 40% procurou trabalho durante mais de um ano (apesar de não o ter feito nas quatro semanas que antecederam a inquirição). Entre os originários do Brasil, cerca de 11% procurou trabalho durante mais de um ano e entre os inquiridos dos países de Leste aquela percentagem foi

57 Análises estatisticamente significativas entre "Desde que está desempregado/a alguma vez procurou trabalho?" com idade dos inquiridos ($T = 1,992$; $p < 0,05$); região de origem ($\chi^2 = 27,166$; $p < 0,001$); e tempo atual de desemprego ($\chi^2 = 14,660$; $p < 0,01$)

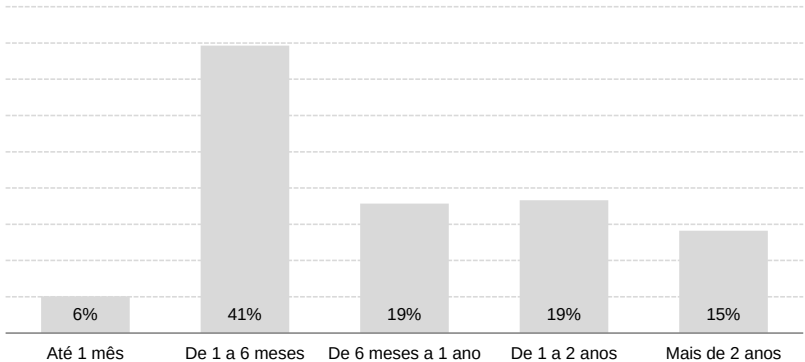
58 $\rho = 0,214$; $p < 0,01$

59 $\rho = 0,701$; $p < 0,001$

de 23%⁶⁰. Estes dados encontram-se em consonância com o facto dos indivíduos dos PALOP serem aqueles que se encontram em situação de desemprego há mais tempo – 59% há cerca de um ou mais anos (entre os brasileiros aquela percentagem é de 43% e entre os indivíduos de Países de Leste é de 27%).

Apesar de uma parte dos inquiridos não ter procurado trabalho nas quatro semanas prévias à realização do inquérito, a maioria, como se viu atrás, referiu tê-lo feito (71%) (ver tabela 40). O gráfico seguinte indica o tempo de procura de trabalho dos inquiridos. Como é visível, até seis meses é o tempo a que a maioria dos indivíduos se encontra à procura de trabalho. De referir que 34% procura trabalho há mais de um ano. Como expectável, à medida que aumenta o tempo de procura de trabalho aumenta o tempo da atual situação de desemprego⁶¹.

Gráfico 44. Desde quando é que está à procura de trabalho?



60 Percentagens e número de casos que correspondem aos inquiridos de uma dada região que procuraram trabalho durante mais de um ano: PALOP 40% (46 casos em 115); Brasil 11% (4 casos em 37); Países de Leste 23% (3 casos em 13); Ásia Meridional 50% (2 casos em 4); e Outros 66% (2 casos em 3).

61 $p = 0,789$; $p < 0,001$

62 $p = 0,182$; $p < 0,001$

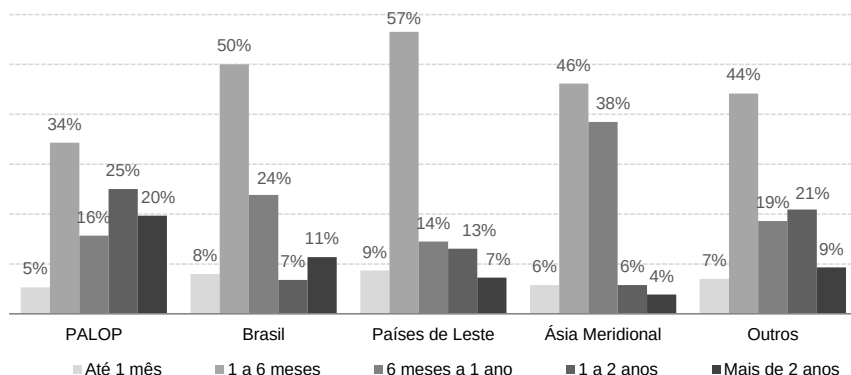
63 $p = -0,193$; $p < 0,001$

64 $p = 0,259$; $p < 0,001$

A duração da procura de trabalho é maior entre os indivíduos mais velhos⁶², entre os que têm menos anos de escolaridade concluídos⁶³ e entre os que estão em Portugal há mais anos⁶⁴. Neste aspeto, e como observado anteriormente, a realidade vivida pelos imigrantes participantes neste projeto não difere da generalidade da população: são os indivíduos com menores níveis de qualificações quem se encontra du-

rante mais tempo em situação de desemprego e de procura de trabalho (ver Cap.2, ponto 2.2). Cerca de 45% dos indivíduos oriundos dos PALOP encontram-se à procura de trabalho há mais de um ano. Para as restantes regiões de origem os tempos de procura são menores⁶⁵.

Gráfico 45. Desde quando é que está à procura de trabalho? Por região de origem



Também quanto à experiência de trabalho há diferenças na duração do tempo de procura de trabalho entre aqueles que já tiveram experiências anteriores de trabalho e aqueles que ainda procuram o primeiro emprego⁶⁶. A maioria dos inquiridos que já trabalharam encontra-se à procura de trabalho num período entre um a seis meses (42%); não obstante, cerca de 35% encontra-se à procura de trabalho há mais de um ano. Quanto aos inquiridos que procuram o primeiro emprego, estes fazem-no maioritariamente até um ano, sendo menor a percentagem daqueles que o fazem há mais de um ano (29%).

Os inquiridos que procuram trabalho nas quatro semanas que antecederam a inquirição usaram, em média, cerca de quatro estratégias diferentes⁶⁷. Estas estratégias dividem-se sobretudo entre contactos informais, pessoais (contactos a familiares, amigos ou antigos colegas imigrantes e/ou portugueses), e contactos formais, com entidades patronais ou com o Centro de Emprego. De destacar ainda estratégias que não passam por contactos com terceiros e que dependem inteiramente da ação dos inquiridos: análise/procura de anúncios de ofertas de emprego e colocar ou responder a anúncios.

⁶⁵ $\chi^2 = 60,597$; $p < 0,001$

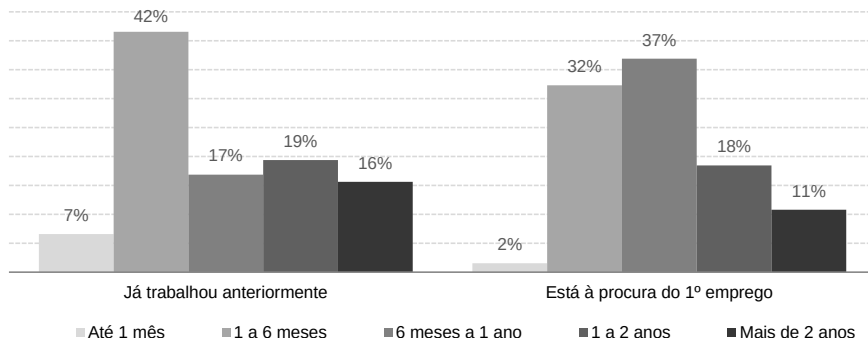
⁶⁶ $\chi^2 = 16,965$; $p < 0,01$

⁶⁷ Média = 3,72; Mediana = 3,84; Moda = 4

Tabela 44. O que fez para procurar trabalho? (resposta múltipla)

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Contactou o Centro de Emprego	355	51%
Contactou agências de emprego privadas	142	20%
Contactou entidades patronais diretamente	386	56%
Contactou associações sindicais	4	1%
Contactou associações de imigrantes	29	4%
Contactou Centros de Apoio ao Imigrante (ex: ACM/ CNAI/ CLAI)	72	10%
Contactou familiares, amigos ou antigos colegas portugueses	401	58%
Contactou familiares, amigos ou antigos colegas imigrantes	431	62%
Colocou ou respondeu a anúncios	204	29%
Analisou/Procurou anúncios de oferta de emprego	260	37%
Participou em concursos, entrevistas ou testes de seleção	43	6%
Procurou terrenos, instalações ou equipamentos	14	2%
Procurou obter autorizações, licenças ou recursos financeiros	8	1%
Está à espera de resultados de uma candidatura	89	13%
Está à espera de um contacto do Centro de Emprego	49	7%
Está à espera dos resultados de um concurso para o setor público	2	0,20%
Outra	110	16%
Total	2599	375%

Gráfico 46. Desde quando é que está à procura de trabalho? Por experiência de trabalho



**Tabela 45. O que fez para procurar trabalho?
por experiência de trabalho e região de origem (resposta múltipla)**

	Experiência de trabalho		Região de origem				
	Já trabalhou	À procura 1º emprego	PALOP	Brasil	Países de Leste	Ásia Merid.	Outros
Contactou o Centro de Emprego	52%	40%	50%	72%	58%	26%	43%
Contactou agências de emprego privadas	21%	17%	21%	21%	23%	14%	17%
Contactou entidades patronais diretamente	58%	39%	57%	52%	67%	47%	42%
Contactou associações sindicais	1%	0%	0,30%	1%	1%	0%	2%
Contactou associações de imigrantes	4%	3%	5%	0%	6%	0%	10%
Contactou Centros de Apoio ao Imigrante (ex: ACM/ CNAI/ CLAI)	12%	4%	13%	1%	8%	17%	10%
Contactou familiares, amigos ou antigos colegas portugueses	61%	33%	61%	58%	61%	28%	61%
Contactou familiares, amigos ou antigos colegas imigrantes	64%	46%	63%	52%	61%	70%	64%
Colocou ou respondeu a anúncios	30%	27%	30%	39%	29%	23%	14%
Analisou/Procurou anúncios de oferta de emprego	38%	33%	40%	53%	33%	15%	23%
Participou em concursos, entrevistas ou testes de seleção	6%	7%	7%	8%	4%	5%	4%
Procurou terrenos, instalações ou equipamentos	2%	1%	1%	4%	4%	5%	0%
Procurou obter autorizações, licenças ou recursos financeiros	1%	1%	0,50%	0%	2%	5%	4%
Está à espera de resultados de uma candidatura	13%	8%	12%	18%	17%	13%	6%
Está à espera de um contacto do Centro de Emprego	7%	4%	7%	8%	15%	1%	4%
Está à espera dos resultados de um concurso para o setor público	0,10%	1%	0,20%	1%	0%	0%	0%
Outra	15%	21%	16%	21%	9%	2%	24%

Importa perceber se o número de estratégias usadas para procurar trabalho varia de acordo com diferentes características dos respondentes. Assim, verifica-se que a um maior número de estratégias usadas corresponde um maior tempo de permanência em Portugal⁶⁸. Isto é, indivíduos que estejam há mais tempo em Portugal usam mais estratégias para procurar trabalho, o que é esperado se se tiver em conta que tal significará possivelmente um maior conhecimento dos procedimentos e opções disponíveis na procura de trabalho. Verificou-se, igualmente, que, em média, são os inquiridos que já trabalharam anteriormente quem usa mais estratégias de procura de trabalho no presente⁶⁹. Certamente a experiência adquirida em ocupações anteriores contribuirá para este resultado.

Entre os inquiridos que já trabalharam anteriormente, os contactos a familiares, amigos ou antigos colegas portugueses e/ou imigrantes (portugueses - 64% e imigrantes - 61%) são as formas preferenciais de procura de emprego, seguida do contacto com o Centro de Emprego (52%); no caso dos inquiridos que nunca trabalharam, estes recorrem sobretudo a familiares, amigos, colegas imigrantes (46%), ao Centro de Emprego (40%) e a contactos diretos com as entidades patronais (39%). Por último, os inquiridos originários da Ásia Meridional, em média, utilizam menos estratégias de procura de trabalho face aos inquiridos originários de outras regiões⁷⁰.

Quanto às estratégias mais usadas, não existem muitas diferenças entre os indivíduos das várias regiões, centrando-se as suas respostas nos contactos pessoais e nos contactos com o Centro de Emprego e entidades patronais. Porém, encontram-se diferenças na ordenação das preferências destes indivíduos. Os inquiridos dos PALOP adotam sobretudo estratégias que impliquem contactos com familiares, amigos ou antigos colegas imigrantes e/ou portugueses (imigrantes - 63% e portugueses - 61%); os inquiridos do Brasil contactam maioritariamente o Centro de Emprego (72%); inquiridos de Países de Leste optam sobretudo por contactar as entidades patronais diretamente; e os inquiridos da Ásia Meridional, assim como os de outros países, recorrem aos familiares, amigos e colegas imigrantes (70% e 64% respetivamente) para procurar trabalho.

⁶⁸ $\rho = 0,114$; $p < 0,01$

⁶⁹ $T = 3,842$; $p < 0,001$

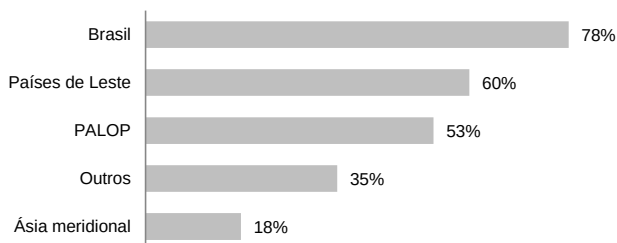
⁷⁰ $F = 4,865$; $p < 0,01$

2.5. Conhecimento, acesso e grau de satisfação relativamente às medidas ativas de emprego

Questionados sobre o conhecimento dos programas ou medidas do Centro de Emprego que apoiem os desempregados a encontrar trabalho ou a fazer formação, 54% dos respondentes referem conhecer tais programas. Este conhecimento provém, na sua grande maioria (74%), do próprio Centro de Emprego e 30% dos inquiridos referem que tomaram conhecimento através de familiares e amigos.

Os imigrantes que menos conhecem estes programas são provenientes dos países da Ásia Meridional (18%) e aqueles que mais conhecem são provenientes do Brasil (78%).

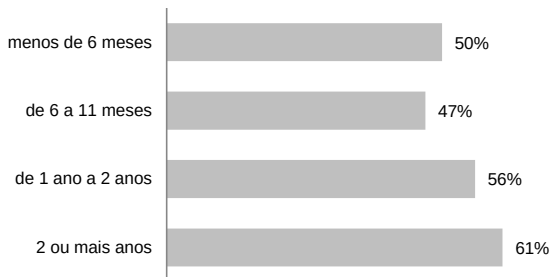
Gráfico 47. Respondentes que referem conhecer programas de apoio aos desempregados, por região de origem



Entre todos os inquiridos que dizem conhecer estes programas, 92% refere conhecer medidas relacionadas com a formação, apesar de apenas 52% referir conhecer formação específica para desempregados. Medidas relacionadas com o apoio ao emprego (estágios, incentivo ao emprego para populações específicas, etc.) são conhecidas por pouco mais de metade dos inquiridos (56%) e as medidas de apoio ao empreendedorismo (apoio à criação do próprio emprego ou apoio à criação de empresa) são conhecidos apenas por 29% dos respondentes. A duração do desemprego parece ter influência neste conhecimento das medidas⁷¹, sendo que os indivíduos que se encontram nesta condição há mais tempo, pelo menos há dois anos, são aqueles que melhor as conhecem.

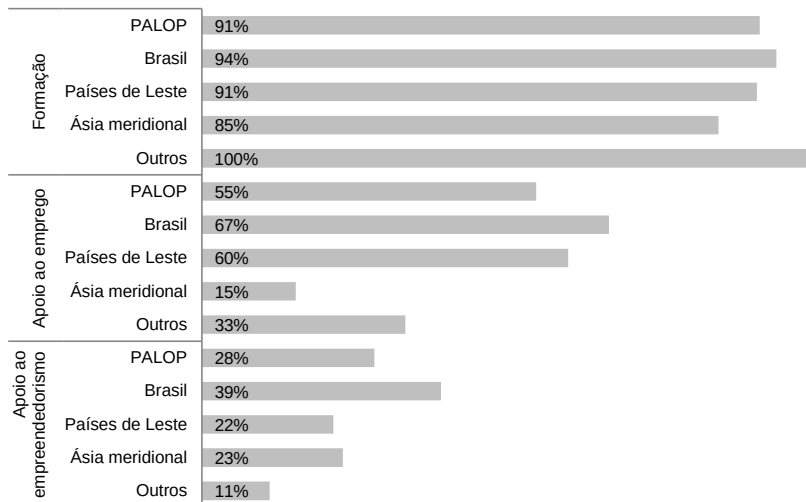
71 $\chi^2 = 9,733$, $p = 0,021$

Gráfico 48. Conhecimento dos diferentes programas de apoio aos desempregados por tempo de permanência em Portugal



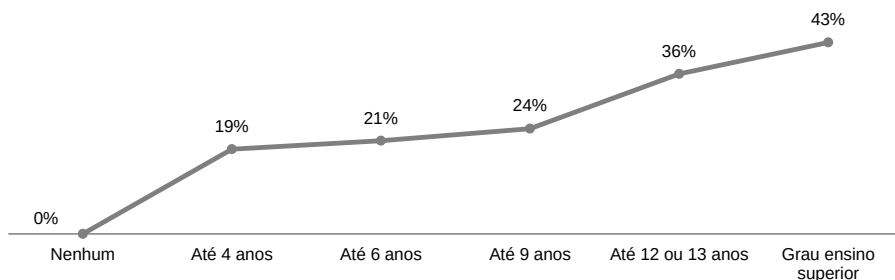
Comparando as várias regiões de origem dos imigrantes inquiridos, é de ressaltar que são os provenientes da Ásia Meridional os que menos conhecem estes programas, apenas 15% referem conhecer as medidas de apoio ao emprego. Nos restantes tipos de medidas, este grupo tem resultados semelhantes aos dos restantes grupos de origem dos indivíduos. Verifica-se, mais uma vez, que as várias medidas são mais conhecidas pelos imigrantes brasileiros.

Gráfico 49. Conhecimento dos diferentes programas de apoio aos desempregados por região de origem



Nota-se que o conhecimento destas medidas não parece estar relacionado com a idade, exceto no que diz respeito ao conhecimento das medidas de apoio ao empreendedorismo⁷². Estas são sobretudo conhecidas pelos indivíduos entre os 25 e os 34 anos, com 40,9% destes indivíduos a conhecer estas medidas; e muito pouco conhecidas entre os mais velhos, a partir dos 55 anos só 17,3% dos inquiridos sabem da existência das medidas de apoio ao empreendedorismo. Nos restantes grupos etários, ronda os 25% em termos de percentagem de respondentes que conhecem estas medidas. Ainda sobre as medidas de apoio ao empreendedorismo, é interessante constatar uma relação muito evidente entre o conhecimento destas medidas e o nível de escolaridade dos respondentes⁷³, sendo que entre aqueles que possuem mais escolaridade existe uma maior percentagem de indivíduos a conhecer este tipo de medidas (43%).

Gráfico 50. Conhecimento das medidas de apoio ao empreendedorismo do Centro de Emprego, por grau de escolaridade



Os inquiridos que referiram não conhecer as medidas de apoio aos desempregados em Portugal, foram questionados sobre a sua disponibilidade para participar em cada uma delas. De forma geral, os indivíduos estão bastante disponíveis para o fazer, sobretudo no que diz respeito às medidas de formação e apoio ao emprego. Já no que respeita às medidas de apoio à criação do próprio emprego ou criação da própria empresa, designadas por medidas de apoio ao empreendedorismo, verifica-se uma menor disponibilidade por parte dos indivíduos para aderir a este tipo de apoios mais ligados ao empreendedorismo (60% e 53%, respetivamente).

72 $\chi^2 = 14,083, p = 0,007$

73 $\chi^2 = 20,030, p = 0,001$

Gráfico 51. Disponibilidade em participar nas diferentes medidas de apoio aos desempregados, por aqueles que não tinham qualquer conhecimento dessas medidas



Para além do conhecimento destes programas de apoio aos desempregados, interessa saber em que medida é que estas medidas são efetivamente utilizadas por este grupo de desempregados. Questionados sobre isso, 57% dos respondentes refere que está a usufruir ou já usufruiu destes programas, sendo que destes, metade fazem-no ou fizeram-no em formação (geral, ou específica para determinado grupo), e apenas uma pessoa entre os inquiridos participa ou participou numa medida de apoio à criação do próprio emprego.

Os participantes destas medidas/programas foram maioritariamente encaminhados pelo próprio Centro de Emprego (70%) mas 26% destes participantes, foram eles próprios quem propuseram a sua participação ao Centro de Emprego. Os resultados revelam que aqueles que se encontram há mais tempo desempregados também são aqueles que menos relatam nunca terem participado nestes programas e medidas⁷⁴, com 35,1% dos indivíduos que estão desempregados há pelo menos dois anos nesta situação. Já no grupo de indivíduos que se encontra desempregado há menos de 6 meses, 53,6% nunca participou em formação ou medidas de apoio ao emprego ou mesmo medidas de apoio ao empreendedorismo. No que toca à idade, participam nestas medidas indivíduos de idades diferenciadas sem se notar que haja diferenças de idades nas diferentes medidas de formação, apoio ao emprego ou apoio ao empreendedorismo. O mesmo acontece no que diz respeito à esco-

74 $\chi^2 = 13,775, p=0,003$

laridade dos participantes, onde não há qualquer relação entre a escolaridade e a participação nas diferentes medidas.

Globalmente, os participantes destas medidas ativas de emprego encontram-se bastante satisfeitos ($M=4,2$, $DP=0,87$), sendo que o aspeto em que revelam menor satisfação, ainda que positiva, é o acompanhamento por parte dos serviços do Centro de Emprego ao longo do processo ($M=3,6$, $DP=1,39$).

Tabela 46. Satisfação para com as medidas/programas de inserção laboral de desempregados, média e desvio padrão

	Média	Desvio Padrão
Utilidade da medida para arranjar emprego/criar o próprio emprego	4	1,07
Melhoria das competências profissionais	4,1	0,94
Mais motivado para arranjar emprego/para criar o próprio emprego	4,1	0,94
Possibilidade de contacto com outras pessoas (outros desempregados, empregadores, trabalhadores...)	4,2	0,93
Adequação do programa/medida às suas próprias competências	4	1,07
Adequação do programa/medida às suas próprias expectativas	3,9	1,12
Acompanhamento dos serviços do Centro de Emprego ao longo do processo	3,6	1,39
Satisfação global	4,2	0,87

Nota: Escala de 1 a 5 em que 1 significa muito insatisfeito e 5 muito satisfeito

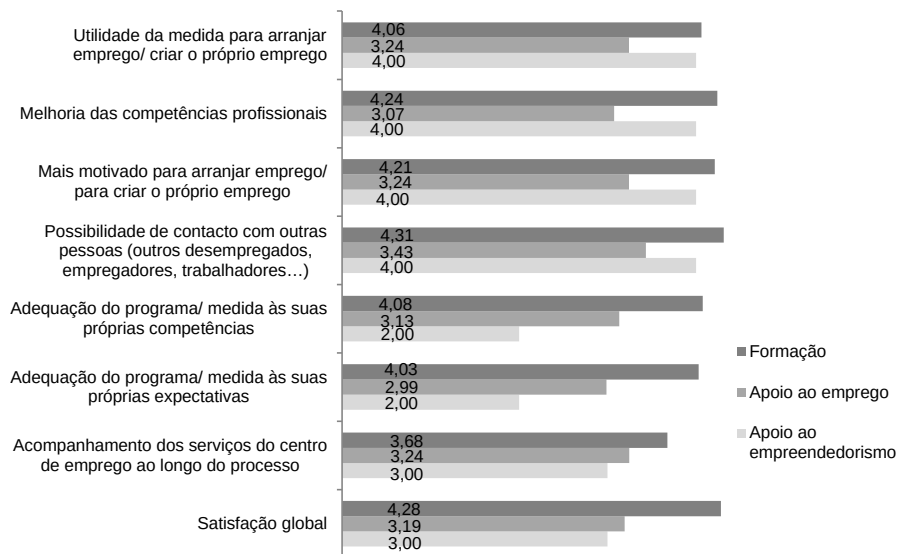
Contudo, apesar de em termos médios os participantes destas medidas estarem satisfeitos, os resultados demonstram que existem diferenças significativas entre aqueles que participaram ou ainda participam em programas de formação e aqueles que usufruem ou usufruíram de medidas de apoio ao emprego.⁷⁵

Efetivamente, as medidas de apoio ao emprego são pior avaliadas do que as medidas relativas à formação nos vários aspetos sob avaliação, exceto no acompanhamento dos serviços por parte do Centro de Emprego ao longo do processo, no qual

75 Não são efetuadas comparações estatísticas entre a satisfação com as medidas de apoio ao empreendedorismo dos indivíduos desempregados e as restantes medidas porque esta foi avaliada apenas por um respondente.

não se encontram diferenças estatisticamente significativas⁷⁶. Assim, os respondentes consideram que a formação é mais útil para encontrar emprego ou criar o próprio emprego do que as medidas cujo fim é precisamente esse⁷⁷, consideram que a formação tem maior impacto na melhoria das suas competências profissionais do que as medidas de apoio ao emprego⁷⁸, a formação aumenta a sua motivação⁷⁹, possibilita mais o contacto com outras pessoas⁸⁰ e está mais adequada às expectativas dos participantes⁸¹. Globalmente, os desempregados sentem-se mais satisfeitos⁸² com as medidas de formação do que com as medidas de apoio ao emprego.

Gráfico 52. Média da Satisfação para com as medidas/programas de inserção laboral de desempregados, por medida avaliada⁸³



⁷⁶ $t(277) = 1,412, ns$

⁷⁷ $t(23) = 2,605, p = 0,016$

⁷⁸ $t(22) = 3,495, p < 0,005$

⁷⁹ $t(22) = 2,952, p < 0,01$

⁸⁰ $t(22) = 2,734, p = 0,012$

⁸¹ $t(23) = 2,970, p < 0,01$

⁸² $t(21) = 3,173, p = 0,005$

⁸³ Escala de 1 a 5 em que 1 significa muito insatisfeito e 5 muito satisfeito.

Até ao momento foram abordadas as medidas de apoio aos desempregados, implementadas pelo IEFP. Existem, contudo, medidas promovidas por outras instituições, como por exemplo aquelas que são impulsionadas pelo Alto Comissariado para as Migrações (ver Capítulo 3, pon-

to 1). Perguntou-se então aos indivíduos que responderam a este questionário se tinham conhecimento de outras medidas de apoio ao desemprego, e a grande maioria (86%) refere não ter conhecimento de nenhuma. Entre aqueles que dizem conhecer outras medidas, 49% (57 participantes) dizem já ter participado em alguma, estando sobretudo direcionadas para ajuda na documentação e procura de emprego, de acordo com as respostas cedidas pelos participantes.

2.6. Permanência no país, retorno ao país de origem ou remigração para outro país

O número de imigrantes em Portugal tem vindo a diminuir desde 2009, tanto devido às constricções económicas que o país tem atravessado, que levam muitos imigrantes a procurarem melhores condições noutros países, como também pela naturalização da população estrangeira (OECD, 2014).

Os inquiridos foram questionados sobre as suas perspetivas para o futuro no que diz respeito à sua permanência em Portugal. Três em cada cinco imigrantes pretendem ficar em Portugal, enquanto apenas 9% dos imigrantes desempregados pretendem migrar para outro país, fora ou dentro da União Europeia. Já 14% dos imigrantes que se encontram desempregados pretendem ficar em Portugal, mas perspetivam um retorno ao seu país de origem passado um certo tempo.

Tabela 47. Planos para o futuro dos imigrantes desempregados em Portugal, frequência absoluta e relativa

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Ficar em Portugal	579	60%
Ficar em Portugal durante um certo tempo e depois regressar ao país de origem	139	14%
Emigrar para outro país da União Europeia	78	8%
Emigrar para outro país (fora da União Europeia)	12	1%
Ainda não tem planos definidos	159	16%
Total	968	100%

Os imigrantes desempregados que pretendem emigrar são indivíduos mais novos, com média de idades de 31 anos, enquanto aqueles que pretendem ficar em Portugal, com perspectiva de voltar ao seu país ou não, a média de idades ronda os 38 anos⁸⁴. Não se encontram diferenças entre mulheres e homens no que diz respeito à pretensão de emigrar ou ficar no país.

Em relação aos 16% de inquiridos que ainda não têm planos quanto à sua permanência ou saída de Portugal, a sua média de idades ronda os 35 anos, ligeiramente mais velhos do que aqueles que pretendem emigrar⁸⁵ mas mais novos do que aqueles que pretendem ficar⁸⁶. São também aqueles que se encontram em Portugal há menos anos relativamente aos restantes grupos de indivíduos (M=10,30; DP=6,78), diferenciando-se estatisticamente dos imigrantes que pretendem ficar em Portugal segundo este aspeto do tempo de permanência no país (M=12,60; DP=10,21)⁸⁷.

Tabela 48. Média e Desvio Padrão dos anos de permanência em Portugal, por planos para o futuro dos imigrantes desempregados em Portugal

	Média	Desvio Padrão
Ficar em Portugal	12,5	10,21
Ficar em Portugal durante um certo tempo e depois regressar ao país de origem	12,5	11,15
Emigrar para outro país	12,4	9,09
Ainda não tem planos definidos	10,3	6,78
Total	12,1	9,79

No que diz respeito à origem dos respondentes, encontram-se igualmente padrões de resposta diferenciados⁸⁸. Os imigrantes provenientes dos países africanos de língua oficial portuguesa são aqueles que menos perspetivam a sua permanência definitiva em Portugal (52%), sendo por outro lado aqueles que mais desejam regressar ao seu país de origem (19%).

84 Diferença estatisticamente significativa, com $F(3,964)=11,504, p<0,01$

85 Diferenças estatisticamente significativa, com $t(248)=2,842, p=0,005$

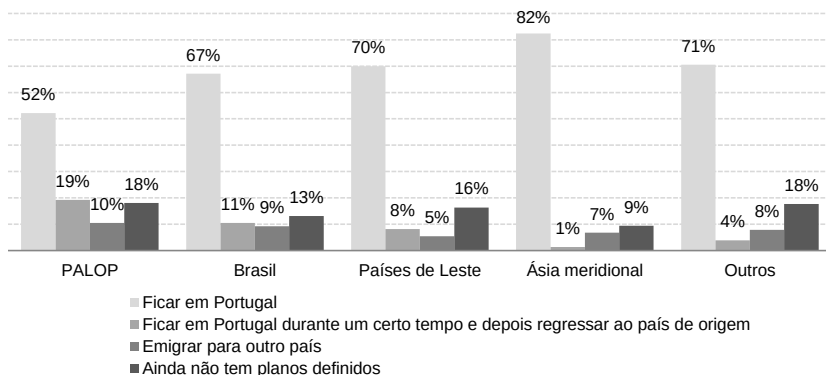
86 Diferenças estatisticamente significativa, com $t(736)=-2,811, p=0,005$

87 Diferença estatisticamente significativa, com $t(378)=3,217, p=0,001$

88 $\chi^2=50,396, p<0,00$

Precisamente ao contrário, encontram-se os imigrantes da Ásia Meridional cujos respondentes referem na sua grande maioria que pretendem ficar definitivamente em Portugal (82%) e apenas 1% gostaria de voltar ao país de origem. Os imigrantes dos PALOP e brasileiros são aqueles que mais perspetivam emigrar para outros países fora ou dentro da União Europeia (10% e 9%, respetivamente).

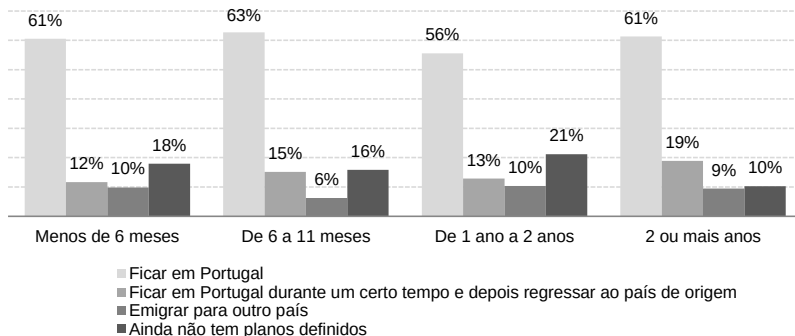
Gráfico 53. Planos para o futuro por região de origem



Analisando há quanto tempo o respondente se encontra desempregado⁸⁹, conclui-se que aqueles que se encontram desempregados por um período entre um a dois anos, são aqueles que veem mais indefinido o seu futuro no que diz respeito a sair ou não do país (21%), sendo também aqueles que menos referem querer ficar para sempre em Portugal (56%). Este facto talvez se deva ao longo período de desemprego e na falta de perspetivas de melhoria. Naqueles que se encontram ainda há mais tempo desempregados, mais de 2 anos, não se verifica a mesma indefinição. Por um lado, já uma maior percentagem de indivíduos referem que querem voltar ao seu país de origem (19%), contudo outros referem querer permanecer em Portugal definitivamente (61%), talvez conformados com a sua situação.

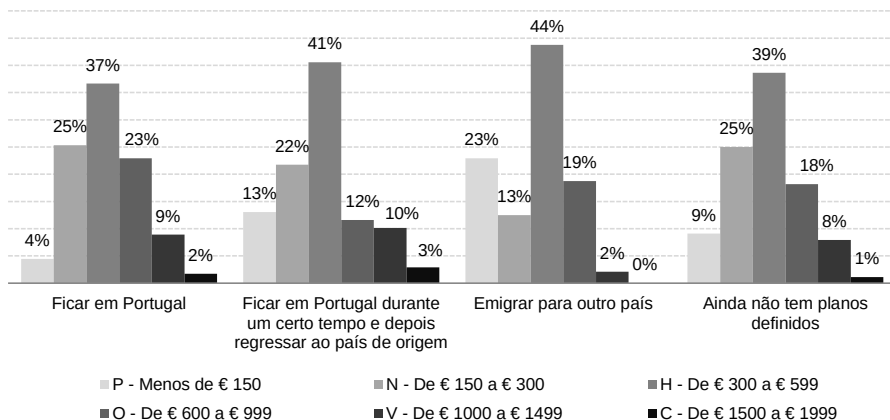
⁸⁹ $\chi^2=17,966, p=0,036$

Gráfico 54. Planos para o futuro por tempo atual de desemprego



É nos indivíduos que perspetivam emigrar para outros países que se encontram os menores rendimentos, com 23% deste grupo de imigrantes a auferir menos de 150€, valor médio mensal do agregado.

Gráfico 55. Planos para o futuro por rendimento auferido pelo agregado

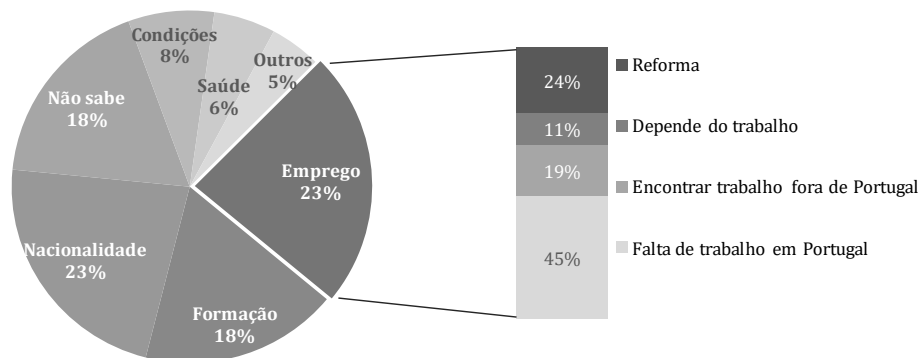


Entre as várias situações apontados pelos respondentes que pretendem sair de Portugal como o momento certo para o fazer, a obtenção da nacionalidade Portuguesa (23%) e situações relacionadas com o emprego foram as mais mencionadas (23%). Estes resultados vêm confir-

mar os dados da OCDE (2014), que referem estas duas razões para justificar a diminuição de imigrantes em Portugal.

Entre aqueles que apontam o emprego como determinante na sua decisão de sair de Portugal, 45% referem que sairão de Portugal quando lhes faltar o trabalho no país e 19% referem que sairão assim que encontrarem um trabalho fora, 11% não são explícitos nas razões que os levarão a sair do país e 24% sairão de Portugal quando atingirem a reforma.

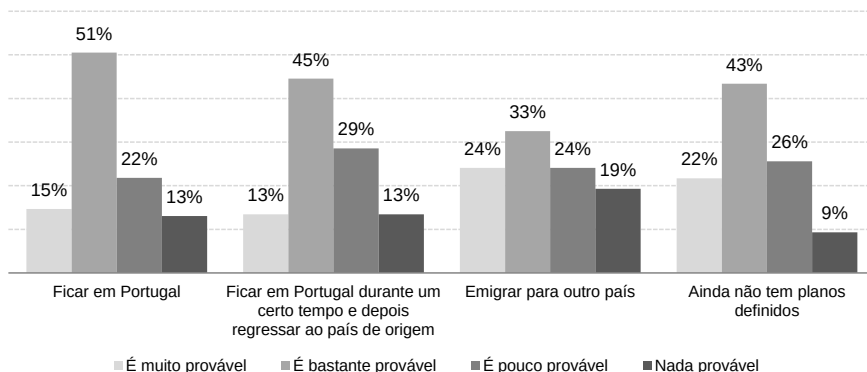
Gráfico 56. Momento de saída de Portugal



A formação é também um dos fatores apontados para a saída de Portugal, com cerca de um em cada cinco indivíduos a referirem a conclusão de cursos ou estudos como o momento da sua saída.

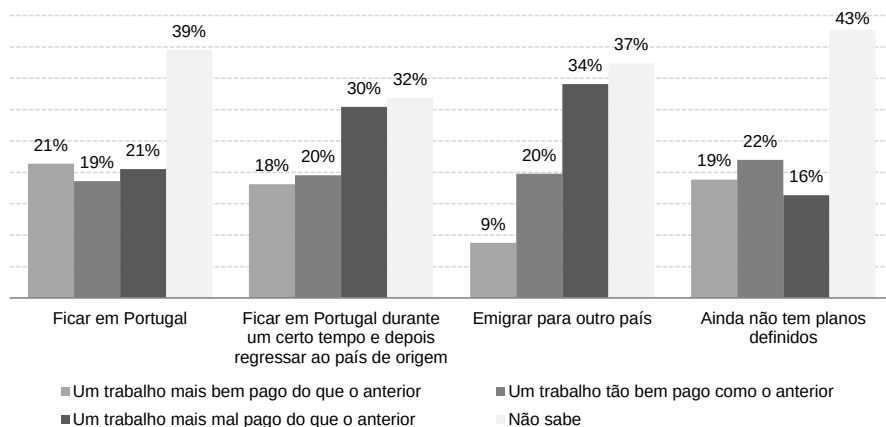
Perante este cenário que apresenta o emprego, ou a falta dele, como um dos fatores decisivos para os respondentes saírem do país, tentou-se ainda perceber de que forma as expectativas face ao seu próprio futuro profissional poderiam ou não influenciar a sua decisão de sair ou ficar em Portugal. Seria de esperar que, quanto melhores fossem estas expectativas, mais os imigrantes desempregados pensassem em ficar no país, em detrimento da migração para outro país.

Gráfico 57. Planos para o futuro por expectativas de encontrar emprego em Portugal nos próximos 6 meses



Assim, pode verificar-se que efetivamente aqueles que pensam emigrar para outros países, são aqueles que têm expectativas mais negativas face ao futuro⁹⁰, nomeadamente 19,3% destes indivíduos consideram que não é nada provável encontrarem emprego nos próximos 6 meses em Portugal. Apesar de neste grupo de pessoas também se encontrar a maior percentagem de indivíduos a considerem muito provável encontrar emprego nos próximos 6 meses (24,1%), se se somar este valor com o relativo àqueles que consideram bastante provável (32,5%), este grupo continua a ser o menos otimista.

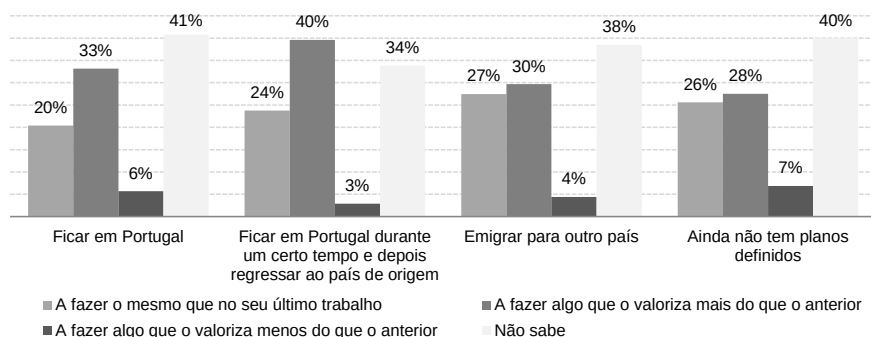
Gráfico 58. Planos para o futuro por expectativas de rendimento num próximo emprego



⁹⁰ $\chi^2 = 18,176$, $p = 0,033$

O mesmo se verifica quando se analisa os dados relativos às expectativas de pagamento e de valorização nesse novo emprego que poderão eventualmente encontrar. Apesar de, independentemente dos planos que têm para o futuro, grande parte dos respondentes não ter expectativas quanto ao pagamento ou tipo de trabalho que poderá encontrar, os inquiridos que pensam emigrar são, mais uma vez, aqueles com uma visão mais negativa⁹¹ com apenas 8,8% dos inquiridos a considerar que o emprego será melhor pago que o anterior e, pelo contrário, um elevado número de indivíduos a considerar que será pior pago (34,1%). No que toca ao tipo de emprego, é também neste grupo de imigrantes que pensam migrar para outro país que se constata um menor número de pessoas a referir que encontrarão um emprego que os valorizará mais, reiterando este perfil de menor otimismo face ao seu futuro profissional em Portugal.

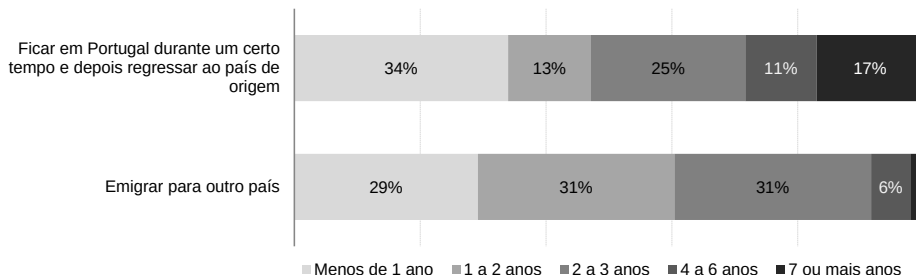
Gráfico 59. Planos para o futuro por expectativas de valorização profissional num próximo emprego



Mais de metade dos inquiridos não sabe quando pretende sair do país (57%), no entanto, entre aqueles que têm já uma previsão dessa saída, os indivíduos que desejam emigrar para outro país pretendem que essa saída seja num curto espaço de tempo, sendo que 50% destes indivíduos tencionam fazê-lo no espaço de dois anos. Entre aqueles que querem regressar ao país de origem, 34% tencionam fazê-lo em menos de um ano, mas 28% dos indivíduos contam fazê-lo apenas daqui a quatro anos ou mais.

91 $\chi^2=22,776, p=0,007$

Gráfico 60. Planos para o futuro por previsão de saída de Portugal



3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: UM MERCADO DE TRABALHO MAIS DIFÍCIL PARA TODOS, ESPECIALMENTE PARA OS IMIGRANTES

O período de recessão económica que Portugal tem vivido nos últimos anos e o agravamento acentuado das condições do mercado de trabalho agudizaram a vulnerabilidade dos trabalhadores imigrantes, em particular dos cidadãos nacionais de países terceiros (NPT).

A taxa de desemprego dos NPT foi sempre, ao longo desta última década, mais elevada do que a dos estrangeiros provenientes dos países da UE28 e muito mais elevada do que a dos nacionais. Em 2013, registou o seu valor mais alto, com 30,3%, enquanto a taxa de desemprego dos nacionais de países da UE28 era de 24,5% (INE). Relativamente à taxa de desemprego dos nacionais, o seu diferencial atingia, nesse ano, mais 14,3 pontos percentuais. Aliás, desde 2008 que a distância entre a taxa de desemprego dos nacionais e a da população imigrante extracomunitária tem vindo a aumentar.

Também o número de imigrantes desempregados, registados nos centros de emprego, aumentou consideravelmente a partir de 2008. Entre 2007 e 2012, o desemprego registado de imigrantes em Portugal mais do que duplica – de 19.511 desempregados registados de nacionalidade estrangeira em 2007, chega a 41.516 em 2012. Em 2012, ano em que se regista o valor mais elevado, 83,7% do total dos imigrantes desempregados, registados nos centros de emprego, eram nacionais de países terceiros. Em 2014, o seu peso é de 81,4%.

Entre 2012 a 2014, assiste-se a uma alteração desta tendência, com o desemprego registado de imigrantes a reduzir-se para 27.815 indivíduos, ainda assim um valor superior ao de 2008. Esta recente tendência de diminuição do desemprego registado, mais expressiva entre os estrangeiros do que entre os nacionais, pode, em parte, ser explicada pela redução das entradas de novos imigrantes e pela expressão mais significativa de fluxos de remigração e de retorno aos países de origem de imigrantes residentes em Portugal.

Os desempregados registados nos centros de emprego oriundos dos PALOP são aqueles, que ao longo de todo o período de 2004 a 2014 revelam o mais elevado desemprego registado, ainda que também em decréscimo nos últimos dois anos. É de notar o aumento considerável do número de desempregados de nacionalidade brasileira. Entre 2009 e 2012, o volume de imigrantes brasileiros inscritos nos centros de emprego representava mais 180% daquele que existia em 2004. Seguem-se-lhes os imigrantes de países da Europa de Leste, não pertencentes à UE, com aumentos também muito expressivos neste período – em 2009, o seu desemprego registado tinha já duplicado o valor que registava em 2004, mantendo-se nos quatro anos posteriores nesta ordem de valores. Grandes partes destes são nacionais da Ucrânia e da Moldávia, duas comunidades de imigrantes muito expressivas em Portugal. Em 2012, os imigrantes ucranianos chegavam aos 71,7% do total de nacionais de países da Europa de Leste, não comunitários, registados nos centros de emprego como desempregados.

Esta diferença reflete naturalmente a composição da população estrangeira residente em Portugal, com uma predominância dos nacionais de países terceiros (NPT) – e, entre estes, dos oriundos dos PALOP, do Brasil e de países da Europa de Leste (não pertencentes à UE) –, mas também as características destes imigrantes, sobretudo do ponto de vista da sua inserção laboral.

Grande parte dos setores que tradicionalmente absorvem mais mão de obra imigrante, como a construção civil, a hotelaria e restauração, o comércio e os serviços domésticos, têm sido os setores mais afetados pela crise. Por outro lado, com uma inserção laboral mais sujeita a trabalhos flexíveis e precários, facilmente ajustáveis às variações dos ciclos económicos, os

imigrantes têm normalmente uma exposição acrescida ao desemprego (Peixoto, 2008; Peixoto e Iorio, 2011; Egreja e Peixoto, 2013; Cerdeira *et al.*, 2013).

De facto, de acordo com os dados do inquérito realizado no âmbito deste estudo, é também evidente a trajetória de rotação entre empregos precários e pouco qualificados que caracteriza, em larga medida, as experiências de trabalho dos imigrantes de países terceiros no nosso país e que os expõe, de uma forma mais intensa, ao risco de desemprego.

Em média, os imigrantes inquiridos encontram-se em Portugal há cerca de 12 anos e a sua chegada fez-se, na grande maioria dos casos (87%), sem haver qualquer trabalho acertado ou combinado, sendo que esta percentagem de pessoas que chega a Portugal sem trabalho combinado tem crescido ao longo dos anos.

Para a grande maioria dos inquiridos, a primeira profissão em solo português foi uma profissão não qualificada, em que a relação laboral foi marcadamente precária, quer no tipo de vínculo, muitas vezes inexistente, quer na duração do trabalho - na sua maioria inferior a um ano. Verifica-se no entanto uma melhoria do nível de qualificação da ocupação dos imigrantes que se faz sentir, quer na distribuição dos trabalhadores pelas várias categorias profissionais, quer pela melhoria do tipo de contrato estabelecido no último emprego, antes da situação de desemprego, no momento do inquérito. Contudo, esta melhoria não é sentida na duração dos contratos, que continua a ser na sua maioria inferior a um ano.

Uma elevada rotação entre empregos é também evidente. Os inquiridos tiveram em média, desde a sua entrada no país, 5 empregos, havendo uma maior rotação de empregos entre homens e entre aqueles com menor grau de escolaridade. Estudos anteriores (Carneiro, 2006; Malheiros e Esteves, 2013) tinham já apontado a elevada mobilidade ocupacional de imigrantes, superior à dos nacionais. Entre 1998 e 2009/2010, o seu valor médio rondava os 2,8 empregos, sendo superior entre os imigrantes não comunitários (Malheiros e Esteves, 2013).

Por outro lado, a situação de crise e recessão económica que o país tem vivido, com efeitos evidentes no aumento generalizado do desemprego, tem limitado, para todos, as oportunidades de emprego disponíveis, mas é precisamente nestes períodos que se agrava a situação de alguns segmentos de trabalhadores mais vulneráveis, entre os quais os imigrantes, mais expostos ao risco de desemprego. É de notar que, segundo os dados do inquérito realizado, quase metade (46%) dos inquiridos refere ter estado tanto ou mais tempo desempregado do que empregado.

3.1. O agravamento do desemprego de longa duração

Também o desemprego de longa duração entre migrantes está a agravar-se em muitos países da OCDE. Em 2012, quase um em cada dois migrantes desempregados procurava emprego há mais de um ano (OECD, 2013).

De facto, também em Portugal, a taxa de desemprego de longa duração registou um crescimento significativo entre 2008 e 2013, acompanhando o aumento da taxa de desemprego global e a progressiva deterioração do mercado de trabalho. Em 2014, Portugal estava também entre os 5 países da UE28 com mais elevada taxa de desemprego de longa duração.

Se tomarmos como referência o desemprego de longa duração, medido em percentagem do desemprego total, é possível verificar que, mesmo com taxas de desemprego de longa duração baixas (na ordem dos 4%), antes de 2008, o peso daqueles que estavam há um ano ou mais desempregados no total dos desempregados foi sempre muito elevado (entre 43,4% e 50,4%). A partir de 2009 estes valores têm vindo a aumentar e chegam, em 2014, num ano em que a taxa de desemprego baixou, a 59,6%. Este dado mostra bem a elevada expressão e resiliência que o desemprego de longa duração tem vindo a assumir ao longo dos últimos dez anos.

Já a percentagem de desempregados de longa duração entre os estrangeiros é tipicamente menos elevada do que entre os nacionais, embora seja de salientar que, também a partir de 2009, se tem vindo a agravar, e de forma mais acelerada do que no caso dos desemprega-

dos de nacionalidade portuguesa. Em 2013, 51,5% dos desempregados estrangeiros estavam desempregados há pelo menos um ano. Em 2014, era de 49,8%, um valor que sendo inferior ao dos nacionais (60,1%) cresceu 77% relativamente a 2007, ano em que se registou a mais baixa percentagem, dos últimos dez anos, de desemprego de longa duração (28,1%) no total de desempregados estrangeiros em Portugal.

Os dados do IEFP mostram precisamente esta tendência. Embora a maioria dos imigrantes registados nos centros de emprego esteja em situação de desemprego há menos de um ano, a partir de 2008, também o peso dos desempregados de longa duração aumenta. Em 2008, era de 15,3% passando a 31,5% em 2013 e a 30,5% em 2014.

Portanto, se por um lado, perante a perspetiva de longos períodos de desemprego, os imigrantes, comparativamente aos nacionais, tendem mais facilmente a optar por sair do país, uma vez que as razões da sua mobilidade estão normalmente associadas à procura de emprego, por outro lado, o aumento mais expressivo, nos últimos anos, do desemprego de longa duração entre os imigrantes parece indicar que, uma vez excluídos do mercado de trabalho, tende a ser mais difícil a sua reinserção.

De acordo com o inquérito realizado, metade dos desempregados inquiridos encontra-se nesta situação há mais de um ano, havendo, contudo, diferenças significativas a registar. São os imigrantes dos PALOP que estão desempregados há mais tempo, ao contrário dos imigrantes dos Países de Leste, desempregados há menos tempo. São os imigrantes mais velhos e que vivem em Portugal há mais tempo que registam maior percentagem de desemprego de longa duração. Por outro lado, são aqueles com maior nível de escolaridade que se encontram desempregados há menos tempo.

3.2. A volatilidade do desemprego de imigrantes

Embora a evolução do desemprego entre estrangeiros seja, de uma forma geral, ao longo desta última década, muito semelhante à evolução registada pelo desemprego na população nacio-

nal, a sua variação, no caso dos estrangeiros, é muito mais acentuada. Por um lado, quando o desemprego cresce, sobretudo no período de 2008 a 2013, este crescimento foi muito mais acentuado entre os estrangeiros do que entre os portugueses. Por outro lado, quando, nos últimos anos se reduziu, esta redução foi também maior para os estrangeiros.

Esta variação mais acentuada do desemprego de imigrantes é evidente tanto nas taxas de desemprego como no desemprego registado. A taxa de desemprego de estrangeiros regista, em 2014, uma quebra – de 29,1% para 22,2% – mais significativa do que aquela que se verificou nesse ano no desemprego da população nacional (de 16% para 13,9%). Entre 2008 e 2013, tinha crescido 167%, enquanto a taxa de desemprego dos nacionais aumentou 113%. No desemprego registado, o número de estrangeiros inscritos nos centros de emprego mais que duplica, entre 2007 e 2012, enquanto o dos desempregados nacionais cresceu cerca de 60%. Já a partir de 2012, em que os níveis de desemprego registado têm vindo a reduzir-se, a redução do número de estrangeiros desempregados registados nos centros de emprego tem sido maior do que a do número de portugueses. Em 2014, o número de estrangeiros desempregados estava já próximo do de 2008, enquanto, no caso dos portugueses, estava ainda ao nível daquele que se registava em 2011.

Este comportamento parece indicar a volatilidade que caracteriza o desemprego de imigrantes. Com efeito, a maior presença de trabalho imigrante em setores mais afetados pela crise e a existência de vínculos contratuais mais frágeis tornam o emprego desta população mais rápido e facilmente ajustável às flutuações da atividade económica, com reflexos na variação e no volume de desemprego de imigrantes. Por outro lado, a mobilidade característica desta população, sobretudo das últimas vagas de imigrantes para Portugal, tornam-na também mais rapidamente ajustável às oportunidades de emprego que o mercado de trabalho oferece. Em períodos de contração, sobretudo quando estes se prolongam, os fluxos de saída do país tendem a aumentar e os fluxos de entradas de novos imigrantes a reduzir-se, como é já visível em Portugal desde 2009.

Daí que a tendência dos últimos dois anos, de decréscimo mais acentuado de imigrantes desempregados do que de portugueses desempregados registados nos centros de emprego, possa ser

explicada, em boa parte, pela saída de imigrantes do país, ainda que se possa admitir alguma recuperação da atividade económica em setores com capacidade de absorção desta mão de obra.

Como vimos, grande parte do comportamento da taxa de desemprego e do desemprego registado de imigrantes é devido ao peso que assumem os nacionais de países terceiros, na composição quer da população estrangeira em Portugal, quer dos desempregados estrangeiros. A população proveniente de países extracomunitários que, em 2013, contabilizava 401.320 residentes em Portugal, constituía cerca de 75% do total de imigrantes a residir no país com título de residência válido (SEF, 2013). Em 2012, ano com o valor mais elevado de imigrantes desempregados registados nos centros de emprego – 41.516 –, 83,7% eram nacionais de países terceiros. Em 2014, o seu peso era de 81,4%.

Por outro lado, a taxa de desemprego dos imigrantes que, em 2013, registou o seu valor mais elevado, com 30,3%, e muito superior à taxa de desemprego dos nacionais de países da UE28 (24,5%), evidencia uma forte quebra – para 21,5% – em 2014. Nesse ano, passou inclusive a ser inferior à taxa de desemprego dos nacionais de outros países da UE28 residentes em Portugal. Uma das razões desta alteração pode ser o facto de o número de residentes brasileiros em Portugal estar a reduzir-se. Como é referido no relatório do SEF (SEF, 2013), a diminuição do número de residentes de nacionalidade brasileira registada em 2013 – menos 13.502 – representava cerca de 86% do decréscimo total de estrangeiros residentes em Portugal. Em 2014, apesar da comunidade brasileira se manter como a mais significativa em Portugal, o número de residentes continuou a diminuir (menos 4627), o que representou 76% do decréscimo total de estrangeiros residentes em Portugal.

3.3. Os imigrantes desempregados inscritos nos centros de emprego

As características dos imigrantes desempregados inscritos nos serviços de emprego refletem, em grande medida, as características sociodemográficas dominantes na população estrangeira que reside em Portugal.

Ainda que antes da crise, entre 2004 e 2008, as mulheres tivessem uma expressão superior à dos homens no desemprego registado, o período de maior agravamento do desemprego (de 2008 a 2012) é também aquele em que os níveis de desemprego registado entre os imigrantes homens superam os das mulheres. Em 2012, 53,4% dos NPT registados nos centros de emprego como desempregados eram homens. Já após 2012, a tendência de decréscimo que se verifica, embora refletindo-se em ambos os sexos, é bastante mais evidente entre os imigrantes homens.

O crescente desemprego de imigrantes é bastante mais notório, como seria de esperar, nos grupos etários predominantes entre a população imigrante, ou seja, entre os grupos em idade ativa, assumindo maior expressão no grupo etário dos 35 aos 54 anos de idade, seguido do grupo dos 25 aos 34 anos.

Refletindo não apenas o peso que as baixas qualificações assumem entre a população imigrante, como também a forma como o desemprego se relaciona com a educação - com níveis de desemprego normalmente mais elevados entre os menos escolarizados - o desemprego registado é, ao longo desta última década, sempre mais elevado entre os imigrantes que têm, como nível mais elevado de educação, apenas o ensino básico (1.º, 2.º ou 3.º ciclos). Em 2012, estes representavam 45,3% do total de imigrantes registados nos centros de emprego como desempregados. Face a 2007, o seu número tinha praticamente duplicado.

É, no entanto, de notar a dimensão que o desemprego registado de imigrantes com o ensino secundário assume em Portugal e que se deve ao facto de as comunidades de imigrantes mais numerosas, nomeadamente a brasileira, a ucraniana e a romena, serem aquelas em que a expressão do ensino secundário é mais elevada - 35%, 40,5% e 33% respetivamente - e simultaneamente serem as mais representadas no número de estrangeiros inscritos nos centros de emprego.

Já a composição, por setores da atividade económica, do desemprego registado de imigrantes revela o peso que têm os serviços, com o predomínio das atividades de restauração, comércio a retalho e serviços pessoais, e a construção na inserção laboral característica da população

imigrante em Portugal e a forma como estes setores foram particularmente afetados pela crise económica que se fez sentir no país a partir de 2008, com efeitos visíveis na redução rápida e intensa de mão de obra e na geração de desemprego proveniente destas atividades.

Também a estrutura do desemprego registado de imigrantes por grupo profissional reflete, mais uma vez, as características do trabalho imigrante. Com uma forte expressão nestes setores, e nas profissões menos qualificadas, os maiores volumes de desemprego registado fazem-se sentir em três grupos profissionais: trabalhadores não qualificados, pessoal de serviços e vendedores, e operários, artífices e trabalhadores similares. Estes três grupos profissionais concentravam, em 2014, 78% do total de imigrantes desempregados inscritos nos centros de emprego.

Com uma significativa concentração da população estrangeira residente no distrito de Lisboa, é natural que o volume de desemprego registado de estrangeiros seja, de facto, bastante mais elevado na região de Lisboa (NUT II) do que em qualquer outra região do país.

3.4. Expectativas de regresso ao emprego e procura ativa de emprego

Uma das intervenções fundamentais da integração dos imigrantes na sociedade portuguesa é a sua integração no mercado de trabalho, através do acesso ao emprego ou do regresso ao trabalho, depois de experiências de desemprego que, como vimos, são hoje cada vez mais comuns e prolongadas entre os imigrantes.

De acordo com os dados do inquérito realizado a imigrantes NPT que se encontram desempregados, grande parte dos inquiridos está otimista quanto à probabilidade de encontrar trabalho em Portugal a curto prazo, acreditando igualmente que este será tão ou mais bem pago que o trabalho anterior e a fazer algo que os valorize tanto ou mais do que no trabalho anterior.

Dada a deterioração das condições do mercado de trabalho que tem vindo a afetar, de forma mais acentuada, os imigrantes, o facto de a maioria manter-se otimista quanto à probabilidade de regresso ao emprego em Portugal e à qualidade desse emprego, comparativamente ao ante-

rior, é um resultado interessante e que pode indicar a intenção de permanência no país e uma integração elevada na sociedade portuguesa.

No entanto, nem todos estão tão otimistas. Os desempregados de longa duração - indivíduos mais velhos, com menos anos de escolaridade, provenientes principalmente dos PALOP - encontram-se mais pessimistas perante a probabilidade de arranjar trabalho. Estes últimos acreditam igualmente que encontrando um trabalho, receberão menos e farão algo que os valorizará menos. Como seria de esperar, à medida que o tempo de desemprego aumenta, aumenta a percentagem de inquiridos que consideram vir a ter um trabalho mais mal pago que o anterior.

Dois em cada três imigrantes desempregados procuraram trabalho nas quatro semanas que antecederam a inquirição e a maioria dos inquiridos refere estar à procura de trabalho há seis meses, embora 1 em cada três imigrantes o façam há mais de um ano.

A procura de emprego pelos imigrantes faz-se sobretudo por contactos informais, com familiares e amigos, e por contactos formais com as próprias entidades patronais ou com o Centro de Emprego - mais de metade dos inquiridos refere ter-se dirigido ao Centro de Emprego. Os imigrantes que se encontram há mais tempo em Portugal são aqueles que utilizam estratégias mais diversificadas para procurar trabalho.

Para além das expectativas individuais dos imigrantes que se encontram desempregados, quanto ao regresso ao trabalho em Portugal, e da procura individual de trabalho, o acesso dos imigrantes a medidas ativas de emprego disponibilizadas pelo Serviço Público de Emprego é também um elemento fundamental para a sua reinserção laboral.

3.5. O conhecimento, a participação e a satisfação dos imigrantes relativamente às medidas ativas de emprego

O acesso a medidas ativas de emprego, embora nem sempre condicionado à situação de desemprego, é possível através do registo nos centros de emprego e apenas para os imigrantes que se encontrem em Portugal em situação regularizada.

Já no caso das medidas que se destinam a desempregados, subsidiados ou não, o acesso é possível para aqueles que se registam nos centros de emprego como desempregados, o que segundo a definição do IEFP, se refere a candidatos inscritos num Centro de Emprego, que não têm trabalho, procuram um emprego como trabalhador por conta de outrem, estão imediatamente disponíveis e têm capacidade para o trabalho.

De acordo com os dados do inquérito realizado, dois em cada três inquiridos encontram-se inscritos num Centro de Emprego, e 30% recebe ou já recebeu subsídio de desemprego. Os imigrantes dos Países de Leste e Brasil são aqueles que têm uma maior ligação ao Centro de Emprego e que mais beneficiam do subsídio de desemprego, ao contrário dos imigrantes da Ásia Meridional.

Mais de metade dos inquiridos refere conhecer os programas ou as medidas do Centro de Emprego que apoiam os desempregados a encontrar trabalho ou a fazer formação. Contudo, comparando as origens destes imigrantes, aqueles que menos conhecem estes programas são os provenientes dos países da Ásia Meridional e aqueles que mais conhecem são os provenientes do Brasil.

De facto, a evolução da participação dos NPT em medidas ativas de emprego revela um aumento expressivo, sobretudo a partir de 2008, o que coincide com o agravamento do desemprego também entre a população imigrante. Em 2014, 85% dos NPT abrangidos em medidas ativas de emprego estavam desempregados. Com 28.019 indivíduos em 2014, o número de NPT abrangidos em medidas ativas promovidas pelo serviço público de emprego em Portugal representava, face a 2005, um crescimento de 85%. Estes têm vindo a representar, desde 2009, cerca de 3,5% a 4% do total de abrangidos em medidas ativas de emprego em Portugal.

Quase metade dos participantes NPT em medidas ativas de emprego, em 2014, é oriunda dos PALOP, seguidos dos imigrantes brasileiros (29%) e dos nacionais de países extracomunitários da Europa de Leste (15%), sobretudo ucranianos, o que reflete a expressão das nacionalidades dos desempregados estrangeiros inscritos nos centros de emprego.

As medidas mais participadas pelos NPT são as de formação profissional, tal como sucede para o total de abrangidos. Elas representavam, em 2014, 70% do total de abrangidos em medidas ativas de emprego e 85% dos estrangeiros, com nacionalidade de países terceiros, abrangidos. Embora com um padrão de participação muito semelhante, é de salientar que a participação em medidas e programas de incentivo ao emprego é bastante inferior: 14,4% entre os NPT face a 27% para o total de abrangidos.

Esta distribuição é também evidente nos dados do inquérito. As medidas mais conhecidas estão relacionadas com programas de formação, quer para a população em geral, quer para os desempregados em particular. Metade dos inquiridos também dizem conhecer medidas de apoio ao emprego, contudo apenas um imigrante em todos os inquiridos refere ter usufruído desta medida. Já em medidas de formação, mais de metade dos inquiridos diz ter participado. Inclusivamente quase um em cada três imigrantes desempregados que não procurou trabalho nas quatro semanas que antecederam a inquirição apontam a formação como razão principal para não procurar emprego. São, no entanto, poucos os desempregados de longa duração que referem ter participado nestes programas.

No âmbito da formação profissional e da preponderância que esta tem vindo a assumir na promoção da empregabilidade, a qualificação de adultos e, em particular, a medida Vida Ativa, representam uma parcela muito significativa das atuais medidas de ativação para o mercado de trabalho. O número, muito elevado, de participantes na medida Vida Ativa representava, no total, 40% dos abrangidos, sendo que, no caso dos NPT, abrangia cerca de 49% destes.

Contudo, nas medidas e programas de incentivo ao emprego, não apenas a participação é bastante inferior à da totalidade dos abrangidos, como também é diferenciada. É muito menor em “estágios” (nomeadamente nos Estágios Emprego) entre os NPT do que no conjunto dos abrangidos (16,3% face a 34,2%) e muito mais expressiva em medidas que promovem a inserção através do “trabalho socialmente necessário”, abrangendo estas, em 2014, metade dos NPT que participavam em medidas e programas de emprego. Neste caso estão contempladas as várias modalidades da medida de “Contratos de Emprego Inserção” (CEI, CEI+ e CEI Património).

É ainda interessante notar o peso muito residual, para ambos os grupos, da participação em medidas de “apoio à criação de emprego e empresas” (1,5% para o conjunto dos abrangidos e 1% para os NPT), apesar da importância que tem vindo a ser dada ao estímulo ao empreendedorismo e, neste sentido, também ao empreendedorismo imigrante, no combate ao desemprego. Vejam-se, nomeadamente, as várias iniciativas do ACM no sentido de reforçar os serviços de apoio ao autoemprego e à criação de empresas por parte de (i)migrantes.

Estes dados são também confirmados pelo inquérito aos imigrantes desempregados. As medidas de apoio ao empreendedorismo não parecem estar muito divulgadas entre os imigrantes, que revelam não as conhecer. Por outro lado, este conhecimento está intimamente relacionado com o grau de escolaridade, e são os indivíduos com maior nível de escolaridade que mais conhecem estas medidas.

Finalmente, como seria de esperar, o Programa Português para Todos (PPT), constituído por cursos de português para falantes de outras línguas especificamente dirigidos a estrangeiros, e a Formação para a Inclusão fazem parte das 10 medidas mais participadas por imigrantes desempregados, em 2014.

3.6. Os imigrantes NPT abrangidos por medidas ativas de emprego

De uma forma geral, as características dos NPT que, em 2014, participavam no conjunto das medidas ativas de emprego disponíveis não se distinguem particularmente das do total de abrangidos.

O peso das mulheres é ligeiramente superior ao dos homens, ainda que a participação entre homens e mulheres seja mais equilibrada no caso dos NPT, o que refletirá a incidência recente do desemprego em ambos os grupos.

Mais de metade dos abrangidos tem idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos. Entre os NPT, a menor participação dos que têm mais de 50 anos de idade resultará certamente da própria composição etária deste grupo, menos numeroso nos escalões etários mais elevados.

Grande parte dos inquiridos tem, como nível de escolaridade mais elevado, o 9.º ano ou o secundário, ainda que os NPT abrangidos sejam mais qualificados – 39%, face aos 28% no total de abrangidos, têm o secundário –, o que espelha a estrutura de qualificações mais elevada, sobretudo de algumas das mais numerosas comunidades de imigrantes em Portugal, como os brasileiros e os nacionais de países da Europa de Leste, e que têm sido, nos últimos anos, fortemente afetados pelo desemprego.

Mais de 80% dos abrangidos em medidas ativas de emprego, em 2014, estavam desempregados. Ainda assim, o peso mais elevado dos NPT que se encontravam em situação de desemprego – 85% face a 79% do total de abrangidos – é explicável não apenas pela intensificação do desemprego de imigrantes mas certamente também pelo seu menor acesso a formação contínua ou a outras medidas de apoio dirigidas a ativos empregados.

3.7. Continuidade em Portugal, retorno ao país de origem ou remigração?

A experiência cada vez mais comum do desemprego, que afeta hoje cerca de 22% dos trabalhadores imigrantes em Portugal, vem contrariar profundamente as expectativas de trabalho e de progressão económica que motivaram grande parte desses fluxos, e certamente as perspetivas de futuro e de permanência no nosso país.

Como alertam Peixoto, Marçalo e Tolentino (2011), o prolongamento da crise e a redução dos apoios sociais poderão gerar, consequências de outro tipo, incluindo estratégias de retorno e remigração. Por exemplo, dos imigrantes desempregados inquiridos, apenas 19% recebem subsídio de desemprego e a fonte de rendimento da grande maioria dos inquiridos provém de outros membros familiares e de trabalhos esporádicos que realizem.

Por outro lado, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2013, a população estrangeira residente em Portugal apresentava um decréscimo de 3,8%, face ao ano transato (SEF, 2013), afirmando-se assim a tendência de evolução decrescente da população estrangeira re-

sidente em Portugal, explicável pela ocorrência de diversos fatores como a alteração dos fluxos migratórios, o regresso ao país de origem e a aquisição de nacionalidade portuguesa.

Segundo os dados do inquérito realizado, no entanto, a intenção de permanência no país é ainda prevalecente. Três em cada cinco imigrantes pretendem ficar em Portugal enquanto apenas 9% dos imigrantes desempregados pretendem migrar para outro país, fora ou dentro da União Europeia. Entre estes últimos, encontram-se indivíduos mais novos, com uma média de idades de 31 anos, principalmente provenientes dos PALOP e Brasil e com rendimentos mais baixos. Para os indivíduos que pretendem sair do país, os momentos apontados para tal são sobretudo a obtenção da nacionalidade Portuguesa e situações relacionadas com o próprio emprego, por falta de trabalho no país ou até obtenção da reforma. Cerca de metade dos inquiridos pretende que a saída de Portugal seja num curto espaço de tempo, sendo que a grande parte pretende fazê-lo no espaço de dois anos, havendo também um número considerável de imigrantes que o pretende fazer dentro de um ano.

Como vimos anteriormente, a maioria dos inquiridos mantém-se otimista quanto à probabilidade de voltar a ter trabalho em Portugal e quanto à qualidade desse trabalho, expectativas que certamente favorecem a sua permanência. De acordo com o inquérito, os indivíduos que pensam emigrar, são aqueles que têm piores expectativas quer em relação a encontrar trabalho quer em relação à valorização das suas competências no futuro.

Por outro lado, Portugal é considerado um dos melhores países na vertente de integração de imigrantes. Estudos anteriores (António e Policarpo, 2012; MIPEX 2015) sublinharam que, apesar do contexto de crise, Portugal continua a investir nas políticas de integração de imigrantes e a manter um consenso generalizado relativamente ao contributo positivo da população imigrante para a sociedade portuguesa.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O desemprego de imigrantes em Portugal é hoje uma realidade merecedora da atenção dos agentes políticos e sociais. Em 2013, quase um em cada três imigrantes estava desempregado e o desemprego de longa duração tem vindo a assumir uma proporção crescente, tal como em muitos dos países da OCDE (OECD, 2013).

Mais recentemente, acompanhando a redução registada no desemprego global, a taxa de desemprego da população estrangeira em Portugal (15-74 anos) desce para 22,2% em 2014. Ainda assim, mantém-se a larga distância do nível de desemprego na população portuguesa – de 13,9% em 2014. Portugal estava, nesse ano, entre os três países da UE28 com mais elevadas taxas de desemprego de estrangeiros, apenas superado por Espanha e Grécia.

Também o desemprego de longa duração tem crescido de forma acentuada entre os imigrantes. Embora a percentagem de desempregados de longa duração seja tipicamente menos elevada do que a dos nacionais, a partir de 2008, esta agravou-se, e de forma mais acelerada do que no caso dos desempregados de nacionalidade portuguesa. Em 2014, um em cada dois imigrantes desempregados estava há um ano ou mais nessa situação, um valor que sendo inferior ao dos nacionais, cresceu 77% relativamente a 2007.

Com um comportamento muito semelhante ao do desemprego da população nacional, a evolução do desemprego dos imigrantes em Portugal, ao longo da última década, mostra, no entanto, variações muito mais acentuadas. Por um lado, quando o desemprego aumentou no período de 2008 a 2013, esse crescimento foi mais elevado entre os estrangeiros do que entre os portugueses. Por outro lado, quando nos últimos anos se reduziu, esta redução foi também maior para os estrangeiros. Estas variações são visíveis tanto nas taxas de desemprego como no desemprego registado.

Este comportamento parece indicar a volatilidade que caracteriza o desemprego de imigrantes, explicável por várias razões: as que se referem às especificidades da sua inserção laboral e as que denotam a mobilidade característica desta população.

Com efeito, a maior presença de trabalho imigrante em setores mais afetados pela crise e a existência de vínculos contratuais mais frágeis tornam o emprego desta população mais rápida e facilmente ajustável às flutuações da atividade económica, com reflexos na variação e no volume de desemprego de imigrantes. Por outro lado, a mobilidade que caracteriza esta população, sobretudo as últimas vagas de imigrantes para Portugal, tornam-na também mais rapidamente ajustável às oportunidades de emprego que o mercado de trabalho oferece. Em períodos de contração, especialmente quando estes se prolongam, os fluxos de saída do país tendem a aumentar e os fluxos de entradas de novos imigrantes a reduzir-se, como é já visível em Portugal desde 2009.

A sua inserção no mercado de trabalho constitui, de facto, um pilar fundamental da integração de imigrantes no país de acolhimento que, nestes últimos anos, tem sido seriamente afetado. O período de recessão económica que Portugal tem vivido e o agravamento das condições do mercado de trabalho agudizaram a vulnerabilidade dos trabalhadores imigrantes.

Na verdade, não sendo um fenómeno novo, o desemprego de imigrantes assume hoje uma dimensão inédita e preocupante. O seu estudo aprofundado e detalhado deve constituir, para académicos e especialistas, um renovado foco de atenção na já ampla investigação sobre a inserção laboral dos imigrantes em Portugal (Valadas, Góis e Marques, 2014; Malheiros e Esteves, 2013).

Embora Portugal tenha vindo a fazer um enorme esforço na integração de imigrantes, mesmo em período de crise, é cada vez mais necessário reequacionar as políticas de integração de imigrantes no mercado de trabalho, no que respeita à sua eficácia no combate ao desemprego. No II Plano Nacional de Integração 2010-2013 (ACIDI, 2010), no conjunto de medidas explicitadas no âmbito do emprego, formação profissional e dinâmicas empresariais, é notório o esforço no sentido de responder à necessidade de intervenção junto dos trabalhadores imigrantes desempregados, mediante uma medida específica que visa a inserção social e profissional dos imigrantes através do desenvolvimento de competências básicas no domínio da língua

portuguesa e da cidadania, bem como de ações de formação e apoio à criação de emprego. Para além destas medidas, este plano contempla ainda outras medidas ativas de promoção do emprego para esta população, através da facilitação do acesso à formação profissional e ao emprego e da agilização do processo de reconhecimento de qualificações (ACIDI, 2010). O plano enfatiza igualmente o apoio ao empreendedorismo imigrante como mais uma solução para o débil desempenho do mercado de trabalho neste período de crise. Também o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, tem entre as suas várias medidas a capacitação de imigrantes empreendedores através do seu envolvimento nos programas de incentivo à criação do próprio emprego, capacitação e aproveitamento das linhas de financiamento existentes (PEM 2015-2020, 2015).

No âmbito das competências do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) têm sido várias as iniciativas para proporcionar uma resposta integrada dos serviços públicos, em parceria com a sociedade civil, as autarquias locais e as associações de imigrantes, no apoio ao emprego, à formação e ao empreendedorismo dos imigrantes.

Os Gabinetes de Apoio ao Emprego (GAE), presentes nos CNAI, e os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), estruturas que, em cooperação com os Centros de Emprego, disponibilizam serviços a jovens e a adultos desempregados – de divulgação e encaminhamento para ofertas de qualificação, emprego e de estímulo à iniciativa empresarial, atividades de colocação, apoio à mobilidade no espaço europeu, entre outras – constituem uma importante resposta de proximidade junto das comunidades de imigrantes, que deve ser reforçada no atual contexto.

O agravamento das condições do mercado de trabalho em Portugal tem vindo a refletir-se, de uma forma geral, na forte intervenção pública no mercado de trabalho, contemplando esta, os serviços públicos de emprego, as medidas ativas de emprego - que visam fomentar a criação de emprego e promover a (re)inserção dos desempregados - e a assistência financeira em caso de desemprego, através do acesso à proteção social.

Num contexto em que o desemprego de imigrantes é tão elevado, garantir o seu acesso a mecanismos de proteção social, em situação de desemprego ou de privação económica, é um elemento fundamental da intervenção pública. Só assim é possível atenuar os custos de um mercado de trabalho mais limitado e seletivo e prevenir os riscos de exclusão social desta população. Aliás, como destacam Peixoto, Marçalo e Tolentino (2011), as contribuições efetuadas pela população de nacionalidade estrangeira para a Segurança Social têm tido um peso significativo em Portugal, com impactos positivos na sustentabilidade do sistema.

Mas é também cada vez mais necessário intensificar o acesso dos imigrantes a medidas ativas de emprego, sobretudo as que propiciem uma reinserção rápida no mercado de trabalho, reduzindo o número de desempregados e a duração dos períodos de desemprego.

Perante a perspetiva de longos períodos de desemprego, os imigrantes tendem mais facilmente a optar por sair do país ou a aceitar as oportunidades de emprego disponíveis, mesmo que menos qualificadas e mais precárias. Contudo, o aumento mais expressivo, nos últimos anos, do desemprego de longa duração entre os imigrantes significa que, uma vez excluídos do mercado de trabalho, tende também a ser mais difícil a sua reinserção.

A perspetiva de Portugal se tornar um país cada vez menos atrativo, o que, aliás, é já notório, atendendo à diminuição dos fluxos migratórios e ao aumento do número de emigrantes, tem várias implicações, nomeadamente do ponto de vista demográfico e de mercado de trabalho. Os fluxos de imigração têm vindo a proporcionar o crescimento da população, o aumento dos efetivos em idade ativa e o incremento da natalidade, contributos que, tendo sido evidentes na primeira década do século XXI, estão hoje significativamente reduzidos.

É, contudo, de sublinhar que, segundo os dados do inquérito realizado, a intenção de permanência no país é ainda prevaiente. Três em cada cinco imigrantes pretendem ficar em Portugal, apesar de estarem desempregados. A maioria mantém-se otimista quanto à probabilidade de voltar a ter trabalho em Portugal e quanto à qualidade desse trabalho, expectativas que certamente favorecem a sua permanência.

Por outro lado, a presença de imigrantes representa para a sociedade portuguesa muitos outros contributos. Um deles tem sido o de dispor de uma força de trabalho mais jovem, disponível para trabalhar, à partida com maior mobilidade e com qualificações e competências diferenciadas, nalguns casos mais elevadas do que as da população portuguesa.

Perante a contínua e significativa perda de imigrantes, o país pode inclusivamente vir a ter sérios limites ao seu desenvolvimento devido a carências de capital humano, sobretudo num cenário de recuperação económica e de criação de emprego significativa em setores que já hoje se confrontam com dificuldades de recrutamento. Para além de que a multiculturalidade linguística e sociocultural que uma força de trabalho com estas características traz para o país de acolhimento deve ser encarada com entusiasmo também do ponto de vista económico. Como referem Valadas, Góis e Marques (2014: 125), “Num país como Portugal onde existem quase 200 países representados pelos seus cidadãos, numa paisagem migratória diversa, o potencial de gestão dessas redes migratórias é incomensurável mas de desenvolvimento potencial”.

Cobrando um leque tão diversificado de medidas como os incentivos à inserção profissional e os apoios à contratação, o emprego apoiado e a reabilitação profissional, a formação e o estímulo ao autoemprego e o incentivo à criação de empresas, as medidas ativas de emprego poderão assumir um papel fundamental no combate ao desemprego imigrante, desde que devidamente ajustadas às características e condições particulares desta população.

Da análise realizada neste estudo, especialmente centrada nos imigrantes nacionais de países terceiros (NPT), ficou claro a forma como o desemprego tem vindo afetar, de modo mais intenso, estes imigrantes.

A população proveniente de países extracomunitários constituía, em 2014, cerca de 75% do total de imigrantes a residir no país com título de residência válido. A sua taxa de desemprego foi sempre, ao longo desta década, mais elevada do que a dos estrangeiros provenientes dos países da UE e muito mais elevada do que a dos nacionais. Em 2013, registou o seu valor mais

alto, com 30,3%, enquanto a taxa de desemprego dos nacionais de países da UE era de 24,5% (INE). Relativamente à taxa de desemprego dos nacionais, o seu diferencial atingia, nesse ano, mais 14,3 pontos percentuais. Em 2014, os NPT constituam 81,4% dos imigrantes desempregados registados nos centros de emprego.

Importa por isso reequacionar os desafios com que a integração de imigrantes se depara no nosso país à luz da evolução recente do desemprego entre a população imigrante, em particular entre os oriundos de países terceiros. É fundamental dar relevância, por um lado, às próprias características e expectativas destes imigrantes, face ao emprego e ao seu futuro em Portugal e, por outro lado, aos seus níveis de participação em medidas ativas de emprego.

Embora a participação dos NPT em medidas ativas de emprego revele um aumento expressivo, sobretudo a partir de 2008, o que coincide com o agravamento do desemprego (em 2014, 85% dos NPT abrangidos em medidas ativas de emprego estavam desempregados), as medidas mais participadas são as de formação profissional, tal como sucede para o total de abrangidos. Elas representavam, em 2014, 70% do total de abrangidos em medidas ativas de emprego e 85% dos estrangeiros, com nacionalidade de países terceiros, abrangidos.

Importaria, contudo, reforçar a participação dos NPT em medidas e programas de incentivo ao emprego que, em 2014, abrangiam apenas 14% dos NPT enquanto, no conjunto, representavam 27% do total de abrangidos. Uma maior participação dos imigrantes desempregados nestas medidas é, na verdade, mais condizente com o objetivo de “imigrar para trabalhar” e com as próprias expectativas de permanência no país, uma vez que estas podem proporcionar uma reinserção mais rápida no mercado de trabalho e prevenir o desemprego de longa duração.

Será necessário reforçar a sua divulgação entre os imigrantes, ainda insuficiente, conforme indicam os dados do inquérito realizado, mas também intensificar o seu acesso. Deve contemplar-se não apenas a inserção profissional, via prestação de trabalho socialmente neces-

sário, ainda assim, a intervenção mais representada entre os NPT abrangidos, como também a participação noutras medidas importantes do ponto de vista da inserção profissional e do estímulo à contratação - os Estágios Emprego, a medida Estímulo Emprego e o Apoio à Contratação via Reembolso da TSU. Estas medidas, não sendo especificamente dirigidas a imigrantes, constam da lista das 10 medidas mais participadas por NPT, mas envolviam, no seu conjunto, apenas cerca de 6% do total de NPT abrangidos em medidas ativas de emprego, em 2014. Já no universo dos abrangidos, no mesmo ano, representavam 16,6% do total dos abrangidos⁹².

Neste contexto, também a diversidade de medidas ativas de emprego disponíveis e em implementação tem sido evidente. Procura-se dar resposta ao aumento do número de desempregados, às alterações recentes das suas características e às crescentes dificuldades de (re) inserção no mercado de trabalho. Contemplando diversas tipologias de intervenção, combinam-se tipologias, criam-se ou reveem-se medidas evitando inclusivamente sobreposições na intervenção e nos destinatários, ou uma adequação mais fina a grupos específicos, com acrescidas dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho e mais expostos ao desemprego de longa duração.

Recentemente tem sido notório o elenco, mais rico, de grupos-alvo prioritários contemplados, nomeadamente pelas medidas de incentivo ao emprego: dele fazem parte, por exemplo, jovens à procura do 1.º emprego; desempregados de longa duração; beneficiários do Rendimento Social de Inserção; desempregados cujo cônjuge ou pessoa com quem vivam em união de facto se encontre igualmente em situação de desemprego e inscrito no IEFP; que integrem famílias monoparentais; vítimas de violência doméstica; pessoas com deficiência e incapacidade; ex-reclusos, etc. No entanto, apesar do amplo leque de medidas e da diversidade de grupos preferenciais cobertos, os imigrantes desempregados não assumem ainda um carácter tão prioritário como seria de esperar. Enquanto

92 Note-se como das medidas inscritas no primeiro eixo de ação do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, desenvolvido concomitantemente ao estudo aqui apresentado, passa pela identificação das intervenções potencialmente mais adequadas para promover a integração da população no mercado de trabalho, nomeadamente através da monitorização e análise, de forma integrada, do fluxo de inscrições nos serviços de emprego e a integração em medidas ativas de emprego e no mercado de trabalho (PEM 2015-2020, 2015).

categoria de trabalhadores especialmente vulnerável ao desemprego, os imigrantes devem vir a constituir um grupo preferencial, à semelhança de outros, no desenho e estruturação de medidas ativas de emprego.

No que respeita ao acesso à formação profissional, nomeadamente em períodos de desemprego, os imigrantes têm já hoje níveis de participação muito elevados, até superiores aos registados no total dos abrangidos em medidas ativas de emprego. Importará, no entanto, garantir a adequação dos seus planos de formação, quer validando e reconhecendo as competências e as qualificações de que dispõem quer possibilitando o seu acesso a qualificação ou a reconversão profissional, nomeadamente àqueles com mais baixas qualificações ou com competências desajustadas para as ofertas de emprego atualmente disponíveis. Como alertam Valadas, Góis e Marques (2014: 126), *“Não se trata apenas de prevenir situações de brain waste mas igualmente situações de qualification waste uma vez que, em muitos casos, são qualificações e experiências profissionais avançadas que o mercado de trabalho português não tem sabido potenciar”*. Nesta perspetiva, foi criado o Gabinete de Apoio à Qualificação (GAQ), que resulta de uma parceria entre o ACM e a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ, I. P.), com o objetivo de aconselhar e encaminhar os cidadãos imigrantes para processos de qualificação que melhor se adaptem ao seu perfil.

Neste sentido, tem também cada vez mais pertinência a existência de medidas específicas como o apoio à contratação de mão de obra imigrante, nomeadamente de mão de obra altamente qualificada, ou de estímulo ao empreendedorismo.

Para além das medidas disponibilizadas pelo serviço público de emprego, os Núcleos de Apoio ao Empreendedorismo (NAE), criados no âmbito dos GAE, pretendem ser um incentivo à criação de autoemprego por parte dos cidadãos imigrantes e dispõem de um serviço que acompanha as iniciativas empresariais, nas suas várias fases. Em 2015, o ACM criou também um novo gabinete – Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante (GAEM) - que visa reforçar as valências já existentes, gerindo diversas iniciativas de apoio ao empreendedor migrante (imigrante e

emigrante). Estas iniciativas são especialmente importantes já que disponibilizam um serviço especializado e integrado, especificamente dirigido à população imigrante. É de notar que, no âmbito dos incentivos ao emprego, os níveis de participação em medidas de apoio à criação de emprego e de empresas, são genericamente muito baixos. O número de participantes nestas medidas, em 2014, não chegava a 1,5%, no conjunto dos abrangidos, e a 1% entre os NPT.

De referir ainda que, um dos estudos recentes sobre o efeito das medidas de emprego e formação sobre a empregabilidade dos seus beneficiários (Dias e Varejão, 2012), cobrindo um vasto conjunto de medidas implementadas em Portugal entre 2004 e 2011, mostra que as medidas com efeitos positivos estimados mais elevados são as de apoio à contratação e de apoio ao empreendedorismo, uma vez que estabelecem uma ligação direta e imediata entre o trabalhador e o empregador. No sentido de promover uma integração mais eficaz dos imigrantes no mercado de trabalho português, sobretudo no contexto atual, estas parecem constituir duas áreas de aposta da intervenção pública, em que a divulgação das medidas e dos serviços de apoio disponíveis deve ser reforçada e uma participação mais elevada de imigrantes desempregados deve ser garantida.

BIBLIOGRAFIA

- ACIDI (2010), *II Plano para a Integração dos imigrantes 2010-2013*, Lisboa: ACIDI.
- ANTÓNIO, J. H. C. e POLICARPO, V. (Coords.) (2012), *Os imigrantes e a imigração aos olhos dos Portugueses. Manifestações de preconceito e perspectivas sobre a inserção de imigrantes*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BAGANHA, M. I., FERRÃO, J. e MALHEIROS, J. M. (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, in *Análise Social*, 150: pp.147-173.
- BAIO, G., BLANGIARDO, G. C., e BLANGIARDO, M. (2011), “Centre sampling technique in foreign migration surveys: a methodological note”, in *Journal of Official Statistics*, 27 (3): pp.451-465.
- BLANGIARDO, G. C. (1996), “Il campionamento per centri o ambienti di aggregazione nelle indagini sulla presenza straniera”, in *Studi in onore di G. Landenna*, Milão: Giuffrè, pp. 21-29.
- CARNEIRO, R. (Coord.) (2006), *A mobilidade ocupacional do trabalhador imigrante em Portugal*, Lisboa: DGEEP/MTSS.
- CERDEIRA, M. C. (Coord.), et al. (2013), *Percursos laborais e de vida dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes nos novos sectores de serviços*, volume 52 da *Coleção de Estudos do Observatório da Imigração* Lisboa: ACIDI.
- DIAS, M. C. e VAREJÃO, J. (2012), *Estudo de avaliação das políticas ativas de emprego. Relatório final*, Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- EGREJA, C. e PEIXOTO, J. (2013), “Imigração, flexibilidade e precariedade laboral: o caso dos imigrantes brasileiros em Portugal”, in *Revista Migrações*, 11: pp.21-56.
- HUDDLESTON, T. e TJADEN, J. D. (2012), *Immigrant citizens survey. How immigrants experience integration in 15 European cities*, Bruxelas: King Baudouin Foundation e Migration Policy Group.
- HUDDLESTON, T. et al. (2011), *Migrant Integration Policy Index*, Bruxelas: British Council and Migration Policy Group.
- INE (2014), *Estimativas da população residente em Portugal 2014*.

- INE (2013), *Destaque: Comunidade Brasileira é a maior comunidade estrangeira em Portugal*.
- INE (2012), *Destaque: A população estrangeira em Portugal*, 2011.
- KOVÁCS, I. (Org.) (2005), *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*, Oeiras: Celta Editora.
- LAGES, M., et al. (2006), *Os imigrantes e a população portuguesa. Imagens recíprocas - análise de duas sondagens*, volume 21 da *Coleção de Estudos* do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIME.
- LAGES, M. e POLICARPO, V. (2003), *Atitudes e valores perante a imigração*, volume 2 da *Coleção de Estudos* do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIME.
- MALHEIROS, J. e ESTEVES, A. (Coords.) (2013), *Diagnóstico da população imigrante em Portugal: desafios e potencialidades*, Coleção “Portugal Imigrante” do ACIDI, Lisboa: ACIDI.
- MIPEX (2015), *Migrant Integration Policy Index 2015*, Disponível em <http://www.mipex.eu>, (data da consulta: 02-06-2015).
- OECD (2014), *International Migration Outlook 2014*, OECD Publishing.
- OECD (2013), *International Migration Outlook 2013*, OECD Publishing.
- OLIVEIRA, C. R. (Coord.) e GOMES, N. (2016), *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual*, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM.
- OLIVEIRA, C. R. (Coord.) e GOMES, N. (2014), *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal: Relatório Estatístico Decenal*, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM.
- OLIVEIRA, C. R. e PIRES, C. (2010), *Imigração e Sinistralidade Laboral*, volume 41 da *Coleção de Estudos* do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
- PEIXOTO, J. (2009), “New migrations in Portugal: labour markets, smuggling and gender segmentation”, in *International Migration*, 47(3): pp.185-210.
- PEIXOTO, J. (2008), “Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes”, in Peixoto, J. (Org.), *Revista Migrações - Número temático Imigração e Mercado de Trabalho*, 2: pp.19-46.

PEIXOTO, J. e IORIO, J. (2011), *Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: retorno, regulação ou resistência?*, Lisboa: Principia / Fundação Calouste Gulbenkian.

PEIXOTO, J., MARÇALO, C. e TOLENTINO, N. (2011), *Imigração e Segurança Social em Portugal*, volume 49 da *Coleção de Estudos* do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.

PHIZACKLEA, A. (2005), “O mercado de trabalho flexível e o trabalho incerto: o caso da migração”, in I. Kovács (Org.), *Flexibilidade de emprego - Riscos e Oportunidades*, Oeiras: Celta Editora.

PIORE, M. J. (1979), *Birds of Passage. Migrant Labour and Industrial Societies*, Cambridge: Cambridge University Press.

PORTES, A. (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta Editora.

SEF (2014), *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo (RIFA)*.

SEF (2013), *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo (RIFA)*.

VALADAS, C. (2013), “Mudanças nas políticas: do (des)emprego à empregabilidade”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 102: pp.89-110.

VALADAS, C., GÓIS, P., e MARQUES, J.C (2014), *Quando o trabalho desaparece: imigrantes em situação de desemprego em Portugal*, volume 55 da *Coleção de Estudos* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM.

ANEXOS

ANEXO 1.

ABRANGIDOS NPT POR MEDIDA ATIVA DE EMPREGO EM PORTUGAL, 2014

Código da Medida	Descrição da Medida	Abrangidos	
		N	%
F102	Formação Modular - Vida Ativa - Gestão Direta	12884	45,98%
F106	Cursos EF Adultos	2386	8,52%
F100	Formação Modular - Ativos empregados	1794	6,40%
F094	Português para Todos	1680	6,00%
F092	Aprendizagem - Entidades Externas	1643	5,86%
E506	Contrato Emprego Inserção	1318	4,70%
F093	Aprendizagem - Gestão Direta	1277	4,56%
F120	Formação Modular - Entidades Externas	797	2,84%
F101	Formação para a Inclusão	754	2,69%
E605	Estímulo 2013	629	2,24%
E425	Estágios Emprego	587	2,10%
E620	Reembolso da TSU	517	1,85%
F012	Outras Medidas de Formação Profissional	359	1,28%
E507	Contrato Emprego Inserção +	340	1,21%
F103	Cursos EF Jovens	228	0,81%
E021	Formação Profissional	212	0,76%
E003	Empresas de Inserção - Profissionalização	91	0,32%
E606	Estímulo Emprego	91	0,32%
E510	CEI Património	82	0,29%
E421	Estágios Profissionais - Port. 92/2011	74	0,26%
F013	Cursos de Especialização Tecnológica	68	0,24%
E612	Passaporte Emprego	46	0,16%
E059	Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós - Colocação	45	0,16%
E061	Apoios Criação Próprio Emprego - PAECPE	30	0,11%
E020	Avaliação e Orientação	22	0,08%

E614	Passaporte Emprego - Economia Social	12	0,04%
E597	Contrato Emprego Inserção + (PCDI)	10	0,04%
E066	Linha de Apoios à Criação de Empresas e de Emprego	10	0,04%
E495	Estágios Emprego (PCDI)	9	0,03%
F007	Formação de Formadores	5	0,02%
E063	Contrato emprego - Inserção para Pessoas c/ Defec e Incap	4	0,01%
E064	Estágio de Inserção para Pessoas c/ Defic. e Incapacidade	3	0,01%
E931	Prémio Int. - Empresas de Inserção	2	0,01%
E511	Reconversão de contrato - Medida Estímulo	2	0,01%
E951	Emp. Protegido - Cent. de Emp. Protegido	2	0,01%
E024	Atribuição de Produtos de Apoio	2	0,01%
E952	Emp. Protegido - Enclaves	2	0,01%
E613	Passaporte Emprego - Agricultura	1	0,00%
E618	Reembolso da TSU + 45	1	0,00%
Total		28019	100%

Fonte: IEFP, I. P. Valores acumulados a 31 de dezembro de 2014

ANEXO 2.

INQUÉRITO AOS IMIGRANTES DESEMPREGADOS 2015: NOTA METODOLÓGICA

A inquirição de populações raras ou ocultas, das quais se desconhecem listas de membros ou outra informação relevante para a sua contabilização, tem sido uma dificuldade para todos aqueles que se dedicam à amostragem. A imigração em Portugal é contabilizada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), mas nem todas as pessoas de nacionalidade não portuguesa estão contabilizadas nos dados disponibilizados por este organismo, pois a informação produzida pelo SEF (e.g., SEF, 2013) contabiliza apenas a imigração legalizada. Se o número de imigrantes indocumentados poderá ser pouco significativo quando comparado com o número contabilizado pelo SEF, o mesmo poderá não ser verdade quando se comparam os números do desemprego registados no IEFP com os números totais de desemprego. De forma semelhante à população de nacionalidade portuguesa, deveremos assumir que também entre a população imigrante poderemos encontrar uma fatia não negligenciável de desempregados que não se encontram registados nos Centros de Emprego do IEFP. Portanto, se a inquirição de imigrantes em geral já levanta dificuldades metodológicas relevantes, observadas, por exemplo, em estudos anteriores realizados pelo CESOP (e.g., Huddleston e Tjaden, 2012; Lages *et al.*, 2006), é fácil constatar a dificuldade do objetivo deste estudo: encontrar uma amostra representativa dos imigrantes desempregados a residir em Portugal (nomeadamente, nos distritos de Lisboa, Setúbal e Faro).

Das várias propostas metodológicas para inquirir populações raras, optou-se pelo método de amostragem por centros de agregação (Blangiardo, 1996; Baio *et al.*, 2011). Este tipo de amostragem, já utilizado no passado pelo CESOP (Huddleston e Tjaden, 2012), permite ultrapassar a questão da inexistência de dados residenciais dos imigrantes.

Nas três regiões com maior população imigrante – Lisboa, Setúbal e Faro – que correspondem também às três zonas com maior taxa de desemprego entre a população imigrante (13,7% na região da Área Metropolitana de Lisboa Sul e 12,7% no Algarve, segundo CLAI/ACIDI, 2009/2010 *in* Malheiros e Esteves, 2013) foram definidos, com base na experiência passada, 5 tipos de centros de agregação, correspondendo a 55 locais diferentes. Estes centros são locais com maior afluência de imigrantes na região, escolhidos de modo a garantir a maior heterogeneidade possível dos imigrantes que acedem a cada um destes locais de inquirição. O número de inquéritos a realizar em cada centro de agregação foi estabelecido consoante a intensidade de imigrantes que previsivelmente acederiam a cada um dos centros, sendo distribuídos pelos locais de inquirição seguindo o mesmo critério. Os cinco tipos de centros de agregação considerados são os seguintes: (1) centros de emprego; (2) centros que prestam serviços e assistência e centros de registo; (3) locais públicos/locais de encontro; (4) associações/clubes sociais e culturais; (5) lojas étnicas, mercados ou locais de entretenimento. Por ter sido esta metodologia já usada anteriormente pelo CESOP, a seleção dos locais a inquirir em cada centro de agregação teve em consideração a aplicação do estudo de Huddleston e Tjaden (2012) em Portugal. Ainda assim, tiveram de ser feitos diversos ajustamentos ao longo do trabalho de campo de modo a garantir a presença dos nossos entrevistadores em locais com afluência de indivíduos pertencentes a universo estatístico em estudo.

De acordo com esta metodologia, incluiu-se no questionário uma secção inicial com o objetivo de captar a frequência de cada tipo de local (centro agregador). Esta informação é essencial para o cálculo dos ponderadores, realizado depois de concluído o trabalho de campo (Blangiardo, 1996; Baio *et al.*, 2011).

Plano amostral: O objetivo definido para este estudo era a inquirição de 1200 imigrantes desempregados distribuídos por três distritos de forma não-proporcional (400 inquiridos em cada um dos distritos). Para compreender as diferentes realidades desta população, procurou-se abranger nesta amostra pessoas que frequentam centros de emprego e pessoas que não frequentam estes locais. Optou-se por procurar imigrantes desempregados não apenas nos centros de emprego, onde é mais fácil encontrá-los, mas também na rua, em locais de lazer, nos transportes, em mercados, hospitais, etc. Essa opção aumentou o custo e a duração do trabalho de campo (inquirição) pois conduziu a uma maior dificuldade para encontrar indivíduos pertencentes à população-alvo. A amostra prevista não foi atingida, mas conseguiu-se ainda assim uma amostra (N=983) que dá garantias de uma boa representação da população em análise.

Número de inquiridos por distrito, antes e pós-ponderação dos dados

	Antes de ponderação	Ponderado
Lisboa	464	482
Setúbal	220	202
Faro	299	299

Local de entrevista, antes e pós-ponderação dos dados

Local de entrevista	Antes de ponderação	Ponderado
Centros de emprego	544	416
Centros que prestam serviços de assistência e Centros de registo	228	247
Locais públicos / locais de encontro	160	239
Associações / Clubes sociais e culturais	23	26
Lojas étnicas, mercados ou locais de entretenimento	28	56

Questionário: O questionário utilizado neste estudo foi construído a partir de instrumentos de inquirição anteriores e consulta de fontes bibliográficas. Trata-se de um instrumento essencialmente constituído por perguntas de resposta fechada com o objetivo de abranger os seguintes tópicos: (1) Caracterização sociodemográfica; (2) Experiências de trabalho em Portugal; (3) Perceções e expectativas relativas à (re)inserção no mercado de trabalho; (4) Práticas individuais na procura de emprego; (5) Conhecimento, acesso e grau de satisfação relativamente às medidas ativas de emprego; e (6) Intenção de permanência no país, retorno ao país de origem ou (re)imigração para outro país.

A dimensão deste questionário reflete o compromisso necessário entre toda a informação que a equipa de investigação queria ver recolhida e as obrigações da boa prática de inquirição, as quais sugerem moderação no tempo de aplicação de um questionário, mesmo em estudos cuja temática é relevante para a vida concreta dos inquiridos. Procurou-se que cada entrevista não demorasse mais de 15 minutos. Uma versão prévia do questionário foi aplicada em pré-teste a 22 inquiridos em diferentes locais dos concelhos de Lisboa e Amadora.

Inquirição: O inquérito foi aplicado por colaboradores do CESOP devidamente credenciados e formados para o efeito. Pontualmente, quando necessário por desconhecimento da língua Portuguesa, o inquirido podia responder à entrevista em inglês ou numa versão de autopreenchimento em ucraniano. O trabalho de campo prologou-se por cerca de 3 meses, entre 8 de janeiro e 6 março de 2015. Todo o trabalho de campo foi sujeito a controlo de qualidade durante e após a sua execução.



OBSERVATÓRIO
DAS MIGRAÇÕES

Acompanhe-nos e subscreva a *newsletter* do
Observatório das Migrações em www.om.acm.gov.pt

Investigação com o apoio do Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT)

